

Cadernos **MARISTAS**



ÍNDICE **DAS MATÉRIAS**

3 **EDITORIAL**

Ir. André Lanfrey

■ **ARTIGOS**

Carisma & espiritualidade

- 5 Transmissão do carisma marista herdado de Marcelino Champagnat e dos primeiros Irmãos

Ir. Patricio Pino Medina

patofms@gmail.com



- 21 Rosto mariano da Igreja: sua história e recepção no Instituto dos Irmãos Maristas

Ângelo Ricordi

angelo.diniz@grupomarista.org.br



- 33 Como se forma um fundador? A formação de Marcelino no seminário menor

Ir. Manuel Mesonero Sánchez

manuelmesonero@maristasiberica.es



■ **HISTÓRIA**

- 47 Algumas precisões sobre a unidade de governo dos Irmãos Francisco, Luís Maria e João Batista

Ir. Juan Miguel Anaya

juanmiguelat@maristasmediterranea.com



- 75 *Caméristes, besaciers, forains* nas escolas dos Irmãos Maristas no século XIX

Ir. André Lanfrey

andrelanfrey@orange.fr



- 85 As comunidades de inserção na Bética marista depois do Concílio e do XVI Capítulo Geral

Ir. José Luis de Vicente

jldevic1@hotmail.com



■ PUBLICAÇÕES E PESQUISAS

- 99 Itinerário espiritual de Champagnat.
Um estudo de sua vida mística
Ir. Antonio Martínez Estaún
- 100 História da Província da Alemanha
H. André Lanfrey
- 103 Mística, sabedoria e autoridade no século XIX –
Estudos sobre o Irmão Francisco,
primeiro superior geral dos Irmãos Maristas
Fabiano Incerti e João Luis Fedel Gonçalves

■ NOTAS BREVES

- 107 “O quinto evangelho” - correspondência
do Irmão Henri Vergès
Ir. Michel Morel
- 109 São Marcelino Champagnat apresentado
ao público francês
Ir. André Lanfrey
- 111 Marcelino Champagnat de Varennes-sur-Allier a Marlihes
Ir. Lucien Brosse
- 112 Festa do bicentenário em Roma, 6 de junho de 2017
Ir. Michel Morel
- 114 Memorial Marista – Brasil
Ir. Benê Oliveira e Dyógenes Philippsen Araújo

Fotos da Capa: os “três-um” (Irmãos Francisco, Luís Maria e João Batista)
e os atuais Superior Geral e Vigário Geral (Irmãos Ernesto Sánchez e Luis Carlos Gutiérrez).

FMS Cadernos Maristas

No 36 Ano XXVIII Maio de 2018

Responsável de redação:

Comissão de Patrimônio

Diretor de comunicação

Luiz Da Rosa

Colaboradores nesse número

Ir. André Lanfrey
Ángelo Ricordi
Ir. Antonio Martínez Estaún
Ir. Benê Oliveira
Dyógenes Philippsen Araújo
Fabiano Incerti
João Luis Fedel Gonçalves
Ir. José Luis de Vicente
Ir. Juan Miguel Anaya
Ir. Lucien Brosse
Ir. Manuel Mesonero Sánchez
Ir. Michel Morel
Ir. Patrício Pino Medina

Tradutores:

Ir. Alain De Lorme
Ir. Aloisio Kuhn
Ir. Anthony Hunt
Ir. Antonio Aragón
Ir. Carlos Martín
Dina Hajje
Heloisia Afonso de Almeida Sousa
Ir. Jeff Crowe
Mary Berchmans
Ir. Moisés Puente
Ir. Ralph Arnell
Ir. Salvador Durante
Ir. Teófilo Minga



André Lanfrey,
fms

EDITORIAL

O número 36 do Cadernos Maristas foi concebido no ano do bicentenário do Instituto e antes do Capítulo Geral de 2017. A sua publicação será feita em meados de 2018, que poderá parecer um pouco fora das preocupações atuais do Instituto. Além disso, ao contrário de vários Cadernos Maristas anteriores, este não inclui um dossiê especial (sobre os leigos, o mito da Montagne ...) que lhe daria um caráter claramente distinto.

Para corrigir uma certa impressão de dispersão, tentamos, no índice, apresentar uma arquitetura de conjunto. Para artigos longos, discernimos dois eixos: um de reflexão com um fundamento espiritual e teológico; o outro oferece, em vários aspectos da história do Instituto, novos assuntos ou reinterpretações estimulantes.

Entre todas estas valiosas obras, o artigo do Ir. Patricio Pino constitui, enriquecido por alguns esquemas, uma síntese notável sobre a trans-

missão do carisma marista desde as origens até hoje. No campo da história, o artigo do Ir. Juan Miguel Anaya apresenta uma pesquisa particularmente inovadora sobre o mito do “Três-Um” (François, Jean-Baptiste e Louis-Marie sucessores do Pe. Champagnat em 1840-1860). Os textos mais breves são bastante numerosos e marcados pela atmosfera do bicentenário; alguns se referem à atividade de pesquisa do Instituto, enquanto os outros são mais informativos ou comemorativos.

É verdade que esta organização apresenta um aspeto um tanto formal que em parte esconde a diversidade dos autores e dos assuntos. Mas essa diversidade é um sinal de que a pesquisa marista é, menos do que antes, o trabalho de um número muito pequeno de pesquisadores sobre diferentes assuntos. Trata-se de irmãos e leigos que centram a sua pesquisa menos em Champagnat e nas origens, não hesitando em abrir novos horizontes de pesquisa ou oferecer interpretações diferen-

tes de fatos até agora insuficientemente criticados ou apresentados com pouca profundidade. De um modo breve, este número 36 do CM

atesta, à sua maneira, uma clara evolução da capacidade de reflexão dos maristas no que diz respeito à sua identidade.

TRANSMISSÃO DO CARISMA MARISTA herdado de Marcelino Champagnat e dos primeiros Irmãos



**Patricio Pino
Medina, fms**

Meu interesse por este tema, que agora apresento em forma de ensaio, surgiu de duas fontes vitais.

Por um lado, uma realidade vivida desde que conheci os maristas (aproximadamente em 1960, quando tinha 4 anos) em meu país – Chile – e em minha cidade natal – Rancagua. Desde esse começo, sempre estiveram juntos, em minha percepção e experiência, os irmãos e leigos, pois ambos eram professores em meu colégio – o Instituto O’Higgins –, ambos animavam o mês de Maria, as celebrações eucarísticas, as cerimônias patrióticas e os desfiles, os acampamentos, etc. Além disso, como meu pai era professor marista e ex-aluno, eu ia com ele, em várias ocasiões, à casa dos Irmãos, ou alguns deles iam à minha casa por algum motivo; em minha casa havia também um livro da vida de Marcelino Champagnat e uma relíquia dele. Meu pai o invocava muitas vezes em casa e nós também. Como estas pessoas, irmãos e leigos, chegaram a impregnar sua vida com o que agora chamamos de carisma marista, e puderam transmiti-lo à nossa geração e às outras anteriores e posteriores, com tanta força

como eu o sentia em minha infância e adolescência, e também a muitos outros ex-alunos atualmente? Por outro lado, meu interesse também está associado a uma busca intelectual, raiz de minha especialização posterior, já como irmão e formador, nessa temática do carisma marista. Essa especialização eu a fiz no México, no *Centro de Estudios del Patrimonio Espiritual Marista* (CEPAM), dirigido pelo Irmão Aureliano Brambila, baseado na pesquisa indutiva sobre cópias transcritas dos escritos originais do Fundador, dos primeiros irmãos e de toda a evolução do Instituto Marista. Essa formação levou-me a transmitir as bases desse carisma fundamentalmente aos nossos formandos em casa de formação, porém também já a vários grupos de leigos, leigas e irmãos por meio de cursos, oficinas, especializações, palestras, retiros, etc. Como se encarnou em nosso Instituto Marista este dom carismático em cada uma das etapas históricas pelas quais caminhamos nestes dois séculos de vida marista no mundo? Como foi transmitido em cada uma destas etapas? O que agora vemos como realidade

encarnada em alguns países com presença marista: irmãos, leigos e leigos levando adiante a vida e a missão marista, já estava presente nos inícios e nas primeiras etapas do nosso caminhar? E se estava, como o faziam?

De 1992 a 1994, participei das sessões anuais, um mês cada, do Patri-mônio Marista no CEPAM, México. O Irmão Aureliano Brambila fez uma primeira abordagem desse tema de transmissão do carisma marista entre irmãos e leigos desde as origens da nossa família carismática. Foi nessa ocasião que surgiu em mim, pela primeira vez, o interesse por essa temática, que agora procurarei explicar com base em um esquema que já partilhei em muitas ocasiões com irmãos e leigos e que o tenho enriquecido nesses diálogos. Como se pode ver, é uma proposta que está projetada a partir da minha perspectiva provincial e latino-americana, e não implica necessariamente a todo o Instituto, sobretudo nas últimas etapas que descrevo.

1. ABORDAGEM DE UM CONCEITO BÁSICO: O CARISMA MARISTA, UM DOM DO ESPÍRITO À IGREJA PARA SERVIR O MUNDO

Quero nesta parte explicitar o que eu entendo por carisma marista, pois é o que considero essencial a se cuidar na transmissão de geração a geração. Devo esclarecer que esta concepção

se baseia em algumas pesquisas teológicas atuais e em minha própria experiência de vida e da minha comunidade, porém, essa concepção não é necessariamente a que tiveram os fundadores da nossa família religiosa, nem a que prevaleceu nas etapas posteriores daquele período fundacional.

Os carismas são dons que o Espírito concede à Igreja para benefício de todos. Eles a ajudam a cumprir sua missão. São a alma de uma Congregação religiosa e seu sinal de identidade. Na origem das Congregações esteve muito presente esse dom do Espírito que tornou possível que o Fundador, vendo as grandes necessidades do momento, descobrisse uma dimensão do mistério de Cristo e, dessa experiência, lhes oferecesse uma resposta significativa e eficaz. Este carisma configurou, ao longo do tempo, as estruturas, as obras, a espiritualidade, o discernimento, a forma de governar e de formar as pessoas dos institutos religiosos¹.

Nosso carisma marista é uma resposta concreta a algumas necessidades da sociedade e da Igreja. Este carisma – pela ação do Espírito – nos convoca, nos reúne e nos envia à missão; se transforma em missão. Nosso Fundador e a comunidade dos primeiros irmãos receberam este dom do Espírito, e se sentiram movidos e interpelados por Ele e o converteram em fonte de água viva que nos diferencia, nos dá originalidade, nos faz dar o nosso próprio contributo no campo da missão e também na forma de viver o Evangelho. Deste carisma fun-

¹ Cf.: ARNÁIZ, José María. *Vida y misión compartidas. Laicos y religiosos hoy*, p. 19-21, PPC, Madrid, 2014.

dacional nasceu um projeto fundacional: Os Irmãos Maristas, o Instituto dos Irmãos Maristas. Porém a história da encanação deste carisma nestes dois séculos de caminhada nos dá sinais claros de que o carisma marista é mais que este único projeto.

O carisma nos proporciona e é, em si mesmo, uma chave de aproximação ao Evangelho e de se aproximar de Deus. É um caminho para viver o Evangelho, para seguir Jesus e nos configurar com Ele; é uma luz que nos permite ver o panorama total do Evangelho; uma lente que nos leva a focalizar nosso olhar, para ler o Evangelho a partir desse foco².

Qual é a chave de leitura do Evangelho que Champagnat cultivava com seus irmãos?

O traço fraterno de um Jesus de Nazaré compassivo, serviçal e próximo, que evangeliza a partir de baixo

e acolhe a todos. É o trabalho da encarnação, seu abaixamento ou *kénosis*³, seu amor ao pequeno e aos pequenos. Fomos chamados a perpetuar na Igreja, com nossa vida e nossas obras, o abaixamento de Jesus. O padre Champagnat pensou os membros da Congregação como Irmãos; deu-lhes o nome de pequenos Irmãos, sua missão ia se desenvolver entre os pequenos: crianças, adolescente e jovens, especialmente os mais pobres; seu estilo de vida se inspiraria em Nazaré e estaria caracterizado pela simplicidade⁴, o abandono confiante, o amor a Maria unida indissolúvelmente a Jesus, o amor ao trabalho e o espírito de família⁵.

Os textos bíblicos carismáticos que encontramos mais desenvolvidos nos escritos do Fundador são os seguintes: Jesus e as crianças⁶, a união fraterna⁷, e o *Nisi Dominum*...⁸

² Ver este tópico desenvolvido com outras nuances interessantes na parte 2.2. Espiritualidade, Carismas e as Famílias Espirituais da Igreja, em GREEN, Michael. *A Educação Marista desde 1993: Sua vitalidade e seu potencial para a criação de uma nova realidade*. Coleção Carisma e princípios educativos maristas, Vol. 3. EDITORA CHAMPAGNAT, Curitiba, 2014.

³ Ver essa característica mais desenvolvida nas conclusões de: VARONA GREGORIO, Mariano. *Jesucristo en la espiritualidad y escritos de Marcellin J. B. Champagnat (1789-1840) a partir de las fuentes directas*. Tesina para la licencia en teología con especialización en espiritualidad. Moderador: Bruno Secondin, O. Carm. Roma, 1987-1988. Cepam vínculo ch420008.doc.

⁴ Ver especialmente a conclusão da segunda parte em: MESONERO SÁNCHEZ, Manuel. *Espiritualidad de San Marcelino Champagnat a partir del estudio crítico de su biografía*. 2003. ch420006.doc. Tese doutoral em Teologia Espiritual.

⁵ PROVINCIA SANTA MARÍA DE LOS ANDES, Hermanos Maristas. *Modelo Marista de Evangelización. Una experiencia y un camino*. Chile, marzo 2015. N° 66, pág. 41.

⁶ Mt 19,14: Deixem que as crianças venham a mim, e não as impeçam porque deles é o Reino dos Céus. Mc 10, 14. Lc 18, 16.

⁷ Jo 13, 34-35. At 4, 32. At 2, 44.

⁸ Ver a conclusão geral de: MESONERO SÁNCHEZ, Manuel. *Espiritualidad de San Marcelino Champagnat a partir del estudio crítico de su biografía*. 2003. ch420006.doc. Tese doutoral em Teologia Espiritual. E também amplamente desenvolvido nos capítulos 4 e 5 de: VARONA GREGORIO, Mariano. *Jesucristo en la espiritualidad y escritos de Marcellin J. B. Champagnat (1789-1840) a partir de las fuentes directas*. Tese para a licenciatura em teologia com especialização em espiritualidade. Moderador: Bruno Secondin, O. Carm. Roma, 1987-1988. Cepam vínculo ch420008.doc.

O carisma é, além disso, ponto de partida, é fonte de água fresca que nos pede um contexto relacional e dialogante para a missão, e isso em três frentes simultâneas: conosco mesmo – os movimentos interiores que experimentamos –, com os demais – tanto aqueles com os quais partilhamos a missão, como com aqueles a quem queremos servir por meio dela – e com o Espírito de Deus que nos sugere, provoca e envia e acompanha na missão. Isso significa colocarmo-nos de acordo, colaborar e nos apoiar, sentirmo-nos responsáveis. Desse modo, a missão nos leva à comunhão, e a comunhão carismática nos leva à missão.

Podemos caracterizar o carisma marista como um raio de luz que tem três tonalidades: a espiritualidade, a missão e a vida partilhada⁹. As três estão intimamente relacionadas: “a espiritualidade é vivida na e para a missão; a missão cria e anima a vida partilhada; a vida partilhada é, por sua vez, fonte de espiritualidade e de missão”.

Olhando as três tonalidades de nosso carisma marista, podemos sintetizar o núcleo de cada uma delas da seguinte forma:

Comunidade: É a maneira de se relacionar com os demais que o Espírito nos impulsiona a viver. No nosso caso: a fraternidade, as relações horizontais; ser lugar de comunhão, de inclusão, de convivência marcada pela solidariedade, de acolhida à diferença, de saciedade da fome ao re-

tor da mesma mesa, de partilha de vida e de fé.

Espiritualidade: É a forma de nos relacionar com Deus que o Espírito cria em nós: do modo de Maria: atenta, disponível, confiante e praticante da sua vontade assim que a conhece. E apostólica, que sente e responde a paixão e compaixão de Deus pelas necessidades das pessoas, e disso e a partir do que estas necessidades provocam em nossa entranha e em nosso coração, lhe fala continuamente.

Missão: É a maneira de implementar a chave evangélica que nos foi dada. Em nossa experiência: evangelizar educando as crianças e os jovens em seu contexto, especialmente aos que estão em regiões de fronteira geográfica e/ou existencial. E isso em três eixos: uma sensibilidade que reconhece o que hoje é uma necessidade que exige resposta no mundo das crianças, adolescentes e jovens; a audácia para estar onde eles estão, e a ação de servir-lhes e acompanhar-lhes com a simples espontaneidade com que uma mãe cuida de seu filho. Dessa forma damos a conhecer Jesus Cristo e o fazemos amar.

Certamente que com estas palavras estamos analisando um conceito de carisma no contexto de hoje, porém – como dissemos no começo deste tema – isso aconteceu em nossos duzentos anos de história, e as expressões e matices de cada época, que procuraremos descrever, foram diferentes.

⁹ INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS, *Em torno da mesma mesa. A vocação dos leigos maristas de Champagnat*, n. 35. Trad. Ricardo Tescarolo, Roma, setembro, 2009.

2. PRIMEIRA ETAPA: INICIANDO UM CAMINHO, COM MARCOS NO TEMPO E NO ESPAÇO, E NO CORAÇÃO DAS PESSOAS

Em 20 de maio de 1789 nasce Marcelino José Bento Champagnat na aldeia ao sul da França – Rosey –, pertencente ao município de Marlihes, no departamento do Loire. Em 14 de julho seguinte, o povo de Paris toma a fortaleza da Bastilha, iniciando com isso a Revolução Francesa.

Marcelino e sua família recebem amplamente, em seu território, a influência desse processo social, político, militar e religioso, que mudará profundamente a maneira de conceber a pessoa humana, a sociedade, as crenças, a civilização... e também o papel e o significado da Igreja Católica na França.

Durante sua adolescência se sente convidado a buscar – na vocação ao sacerdócio – o sentido de sua vida. Acolhe o convite e, em 1805, com 16 anos, ingressa no seminário menor de Verrières, situado a uns 50 quilômetros a oeste de Lyon, para percorrer um itinerário formativo que o levará a se ordenar padre em 22 de julho de 1816.

Marcado, ele mesmo, desde criança pela falta de uma boa educação e consciente das consequências negativas da ignorância religiosa que ele sentia no seu entorno¹⁰, desde seminarista já se dedica ao apostolado da catequese de crianças e adultos durante as férias em sua aldeia e arredores¹¹. Seu objetivo imediato: instruir na religião as famílias de seus vizinhos.

Nesse período de formação, além de suas intenções claras e ações apostólicas, experimenta, em paralelo, um caminho de conversão que o vai moldando cada vez mais com o que Deus quer em sua vida concreta. Cultiva uma espiritualidade mais intensa, que o põe em relação de fé com essa vontade de Deus que pouco a pouco vai se concretizando em sua vida. Humildade, simplicidade, proximidade e abertura a todos, experiência do amor de Deus a ele mesmo e a todos, oração confiante e constante a Jesus e a Maria... são expressões que vão aparecendo em seu projeto de vida.

Estando em seus últimos anos de seminário, surge nele a intuição de que contando com irmãos professores poderia diminuir a ignorância de Deus na França pós-revolucionária. Parte de suas preocupações e intuições com alguns de seus companheiros¹², que o haviam convidado a

¹⁰ Carta de M. Champagnat a S. M. LUIS FELIPE; REY DE LOS FRANCESES; 1834-01-28; PS 034A-B; ch110034.doc; Cópia AFM 113.4; Original nos Arquivos Nacionais de Paris f.17 dossier Petits Frères de Marie; cópia da minuta: AFM, RCLA, 1, p. 1, nº 1; editada em CSG, I, p. 182 e em AAA, p. 140.

¹¹ Testemunho da Sra. Juliana EPALLE. CARAZO, Agustín (Postulador), “Témoignages sur Marcellin Champagnat”, Enquête Diocésaine, Roma 1991. Pág. 197. ch336001.doc

¹² Testemunho do P. BOURDIN, Juan Antonio — OM 754, ch338001.doc. P. CONVERS — OM 748, ch338003.doc, e também do P. MAITREPIERRE — OM 752. Está também o seu próprio testemunho em OMEx 152(416) de 1837-09-18.

integrar uma futura associação de padres dedicados às missões populares, sob a proteção da Santíssima Virgem Maria; eles o encarregaram desse projeto.

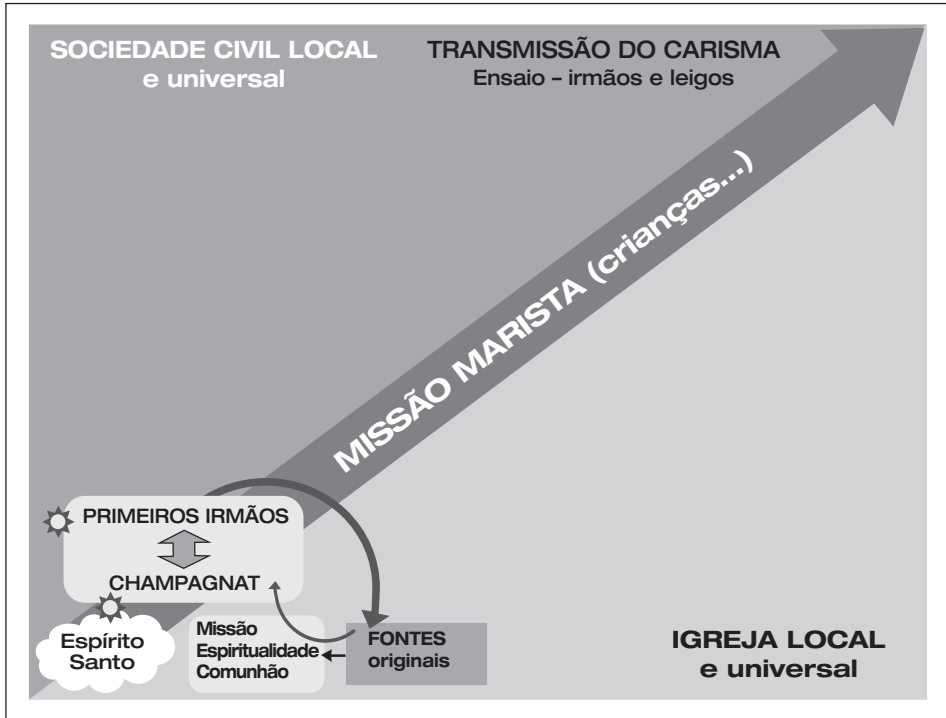
3.1816: OS DESAFIOS E CHAMADOS DE UMA NOVA AURORA

Em meados de agosto de 2016, Marcelino chega como vigário no povoado e paróquia de La Valla, perto de Saint Chamond. O que ele via com seus próprios olhos, inspirado pelo Espírito de Deus, o leva à ação daquela intuição que tivera enquanto seminarista, de uma comunidade de irmãos professores, com o nome

de Maria, dedicados totalmente ao cuidado das crianças do campo por meio da educação. Certamente que estamos falando de um conceito de irmãos e de comunidade próprio da época e do contexto, e que com certeza seria diferente o que hoje entendemos como tal.

Com esse fim, reúne jovens candidatos da região e, em diálogo com eles e com o Espírito Santo, vão dando forma a esse projeto evangelizador. Na verdade, é um diálogo mais amplo desses três interlocutores, pois também são parte ativa do que está nascendo neste projeto, tanto a sociedade civil do lugar como a Igreja local, uma vez que ambas são o contexto real que envolve essa iniciativa desde seu início, por meio de

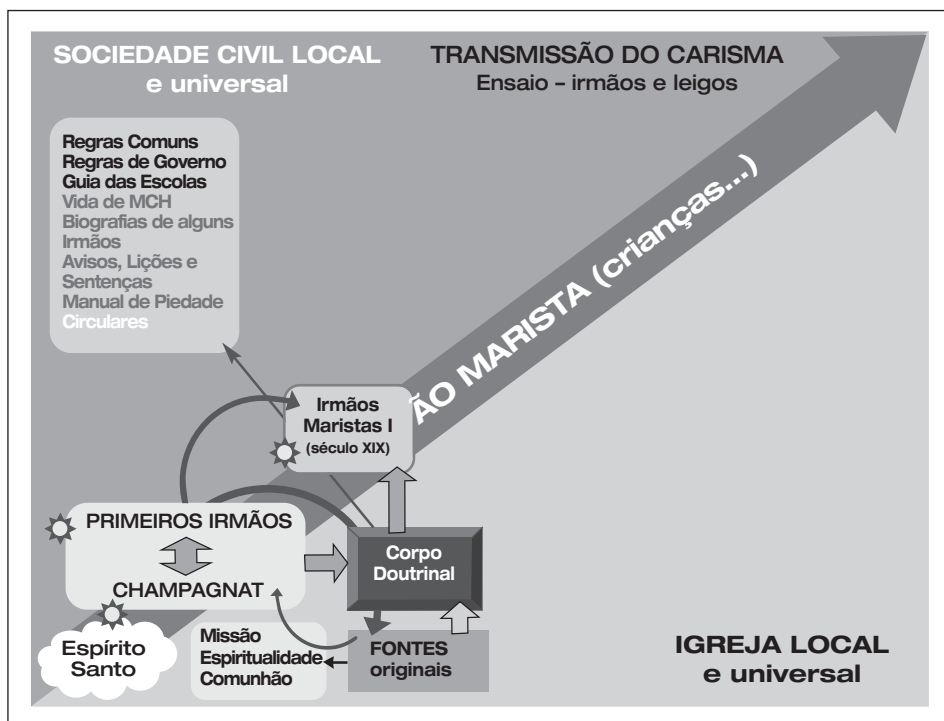




suas validações, críticas, contribuições econômicas, também de pessoas e de confiança, legalidades civis e eclesiais, infraestrutura, etc. É aí também onde Marcelino, os primeiros irmãos e aqueles que os ajudam, leem as necessidades da realidade e as interpretam como final dos tempos, na fé. Portanto, podemos falar que, nesta dinâmica da encarnação do nosso carisma nos inícios de um período fundacional, se envolveram estes cinco atores, cada qual dando uma contribuição própria a partir de sua realidade. Surge, assim, um projeto missionário evangelizador local, porém que se prolongará no tempo e se ampliará de maneira universal: dar a conhecer a Jesus Cristo e fazê-lo amar, a partir da educa-

ção cristã em todas suas formas, por meio de pequenas comunidades eclesiais fraternas impregnadas do espírito mariano e apostólico.

Esse diálogo e intercâmbio vital foi dando origem a diversas fontes, tangíveis e intangíveis (fontes originais): Por um lado, documentos escritos de diversas modalidades pelos interlocutores (cartas, cadernos de anotações, regulamentos internos, conferências, ...) onde estava sendo incorporado concretamente esse carisma foi desenvolvido no seu contexto específico. São escritos que nos falam de uma vivência encarnada de comunhão e fraternidade, da espiritualidade e da missão, e que contêm também a gestão, governo, animação e administração. Também foram incorporados estilos e



modos de fazer, de se relacionar e de viver os diversos âmbitos do carisma, porém de uma maneira intangível, transmitido de grupo a grupo e de pessoa a pessoa. É o começo do que ao longo do tempo serão algumas tradições cultivadas e enriquecidas por aqueles que vivem esse carisma em cada época. Finalmente, também há sinais das tentativas de encarnação desse carisma nos edifícios, propriedades, casas e nos utensílios que se constroem, planejam e ou adquirem para levar adiante este projeto.

Por outro lado, vários escritos da sociedade civil e eclesial que se inter-relacionavam diretamente com este projeto foram integrados neste grupo de fontes originais, o que o obrigavam a

contínuas adaptações, revisões, melhoramentos, incorporações... influenciando, muitos deles, na maneira como este carisma foi incorporado em sua área de influência. Tudo isso no período de tempo em que vive o Fundador e em que a comunidade fundadora vive com ele (1789-1840).

4. SEGUNDA ETAPA: O PASSO NECESSÁRIO A UMA SEGUNDA GERAÇÃO CARISMÁTICA

Os irmãos que entraram no Instituto depois de junho de 1840 marcaram, certamente, a passagem a uma

nova realidade. Sem conhecer o Fundador em pessoa, esses candidatos, e depois irmãos, chegam atraídos pelo Espírito Santo – que lhes concede este dom – e principalmente pela missão do Instituto, pelo testemunho dos irmãos que conheceram, pelo projeto educativo do país que propiciava, desde 1844, a lei Guizot, sobre a Instrução Pública na França; alguns deles, chegam também levados por outros motivos não tão claros. Porém, nenhum deles cultivou e esclareceu suas motivações vocacionais sob a direção do Fundador, mas dos irmãos que o receberam no Instituto nessa segunda etapa, que, nesse ensaio, que ainda consideramos uma etapa fundacional, até 1863, data da aprovação de nossas Constituições pela Santa Sé, de modo *ad experimentum*.

Nos aproximadamente 25 anos que se seguiram à morte de Marcelino Champagnat, os irmãos que ficaram responsáveis pela animação, governo e gestão do Instituto se esmeraram em desenvolver um Corpo Doutrinal, para a formação das futuras gerações de irmãos e para orientar, de maneira clara, a missão do Instituto e sua identidade.

Neste corpo de distinguem três tipos de escritos: Os documentos do 2º Capítulo geral: Regras Comuns, Regras de Governo e Guia das Escolas.

O magistério interno dos Superiores gerais por meio de suas Circulares, e um conjunto de escritos publicados, propiciados pelo Governo geral com uma clara intenção pedagógica: A Vida do Padre Champagnat, Biografias de

alguns Irmãos, Manual de Piedade, entre outros.

Esse corpo doutrinal serviu por quase cem anos como a base da formação carismática de todos os irmãos no Instituto, até o Concílio Vaticano II. Representa um considerável esforço e uma estratégia proposta, planejada para transmitir o carisma à geração futura, sem contar com a presença viva e temporal do Fundador, mas, sim, seu espírito e sua intercessão¹³.

Essa primeira geração de Irmãos Maristas do século XIX, que não conheceu em vida o Fundador, foi formada com base nesse corpo doutrinal, como também pela influência dos primeiros irmãos, aqueles que viveram com o Fundador. É uma geração que conhece um Instituto que cresce e se expande enormemente, e que cultiva uma vocação que pretende ser resposta adequada às necessidades da sociedade e da Igreja em seu entorno. Representa uma geração que recebe com êxito a transmissão do carisma marista nascido em La Valla, em 1816, e interpretado pela geração fundacional.

5. TERCEIRA ETAPA: NOVA GERAÇÃO MARISTA EM UM NOVO SÉCULO

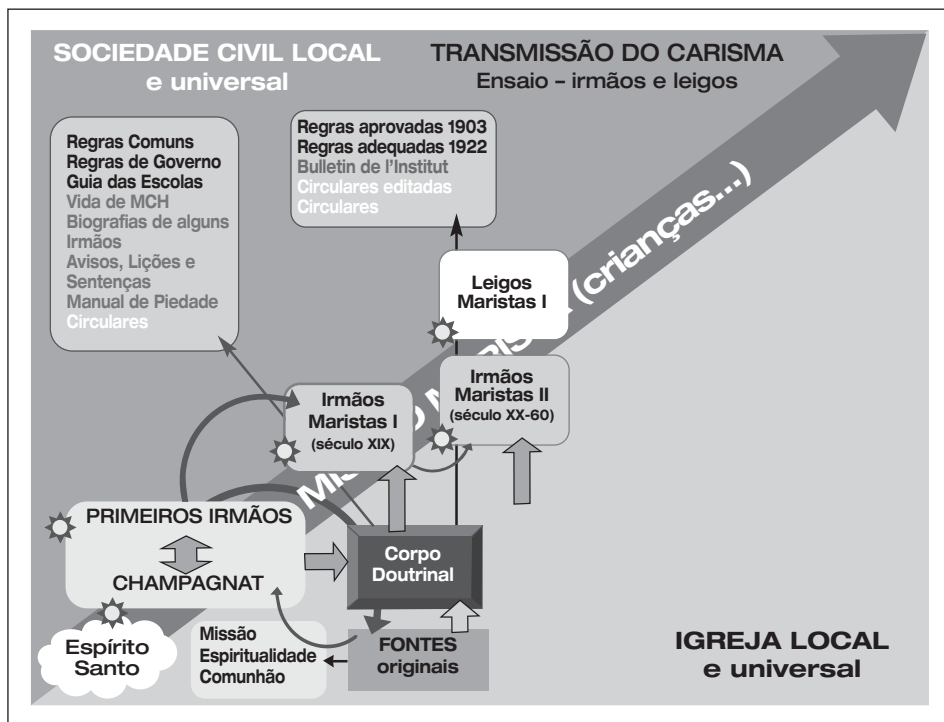
A chegada do século XX e até os inícios da década de 60 dá lugar a outra geração de Irmãos Maristas. São

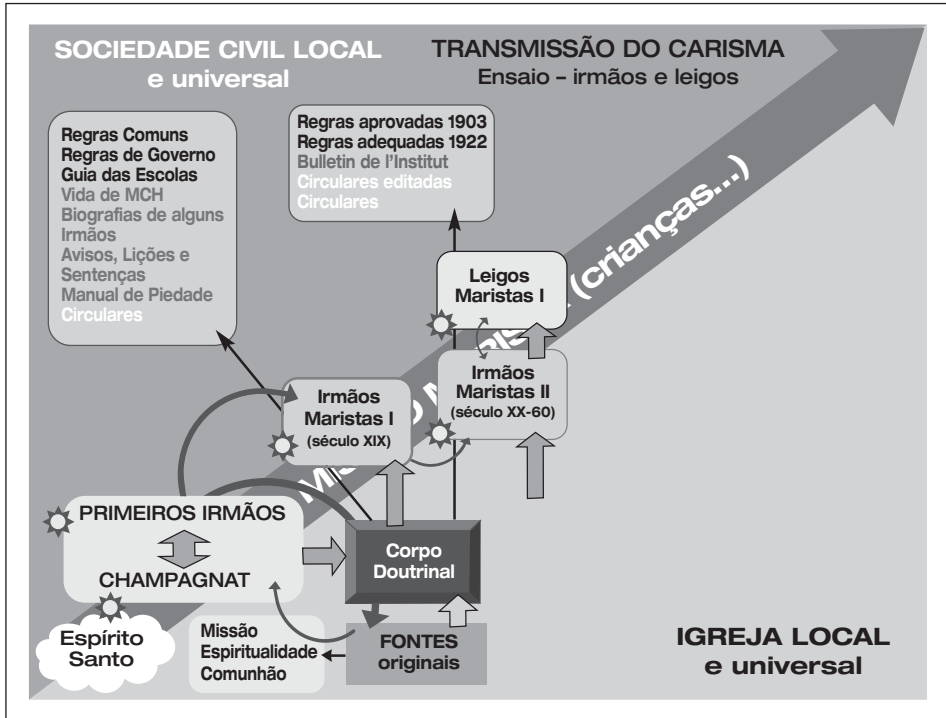
¹³ Circulares do H. FRANCISCO ao INSTITUTO. 1840-06-06; CSG 1, 41; ch310022.doc y 1840-09-08; CSG 1, 43; ch310024.doc.

irmãos que receberam o dom carismático do Espírito Santo para viver o carisma marista em um Instituto que vive um intenso processo de internacionalização, que se expandiu nos cinco continentes, que vai perdendo lenta e progressivamente sua raiz francesa e vai se abrindo para ser uma instituição pluricultural. Esses irmãos, certamente, não conheceram em pessoa nem o Fundador nem os Primeiros Irmãos, porém muitos deles, tampouco conheceram em profundidade nem o país nem a cultura francesa. Sem dúvida, sua formação foi marcada pelo mesmo corpo doutrinal que formou a geração anterior. Receberam, também, a influência formativa e testemunhal dessa geração. É uma segun-

da tentativa bem-sucedida de transmissão do carisma marista, porém que terá crises no final do período.

O corpo doutrinal das origens, nesse período, foi enriquecido principalmente por dois motivos. O primeiro: a aprovação canônica em plenitude das Regras do Instituto pela Santa Sé, Regras que desde sua aprovação canônica em 1863 estavam *ad experimentum*, renovando-se a cada 5 anos a sua permissão. Isso deu origem a novas Regras aprovadas em 1903 e adequadas em plenitude em 1922. A segunda: a celebração do Centenário do Instituto em 1917, acontecimento que propiciou a edição de todas as Circulares dos Superiores gerais, e a aparição

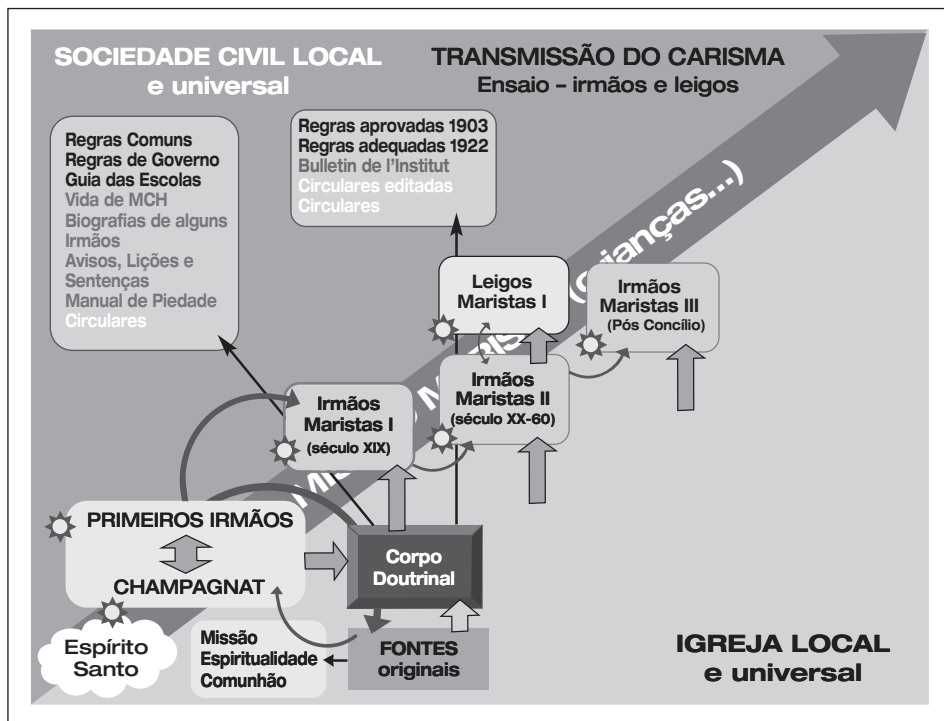




do *Bulletin de l'Institut*, como órgão informativo periódico do Instituto, separado já das Circulares, e de grande influência na criação de um espírito de corpo global em um Instituto Marista internacional.

Em vários países onde o Instituto está presente nesse período, surge uma realidade nova que dará um novo rosto à missão marista nestes lugares. Por diversas circunstâncias principalmente de tipo funcional, em muitas obras maristas, começa a trabalhar e a ajudar na missão do Instituto um grupo cada vez mais numeroso de leigos. Na maioria das vezes, desenvolvem serviços que por diversos motivos os irmãos não podem ou não desejam fazer. São pessoas contratadas. Porém, vários de-

les sentem que, para além do contrato, sua própria missão educativa podem vivê-la e desenvolver com o estilo com que o fazem os irmãos. Deles aprendem, além de sua própria formação profissional, a realizar sua tarefa como uma missão de Igreja, cada vez mais plena do espírito mariano e apostólico que cultivam os irmãos. Alguns deles percebem isso como uma vocação espiritual e, além disso, recebem orientações formativas por parte de alguns irmãos, baseadas em sínteses e extratos do corpo doutrinal que eles são formados. Há obras fundadas nesse período que, desde seu início, vivem essa realidade: irmãos e leigos levam juntos a obra, porém sempre sob o governo, a animação e a gestão dos irmãos.



Nos lugares onde esta realidade acontece, os alunos e suas famílias percebem os maristas como uma unidade cada vez mais evidente, entre os irmãos e os leigos que trabalham com eles.

6. QUARTA ETAPA: A GERAÇÃO MARISTA DO CONCÍLIO E DO PÓS-CONCÍLIO

Essa geração de irmãos maristas é filha de um Instituto que está em seu máximo desenvolvimento numérico histórico, que mudou sua casa geral para Roma e que há apenas cinco anos celebrou a beatificação de seu Fundador.

É claramente uma geração internacional, que respira de maneira contrastante e diversa, os ares renovadores do Concílio Vaticano II: irmãos que acolhem com alegria e expectativa a renovada, humana e atraente forma que tem a Igreja de ver a si mesma e ao mundo ao qual ela serve. Uma geração que recebe, neste contexto de mudança, a inspiração do Espírito para encarnar agora o carisma marista nesta nova realidade e nestes novos tempos, que marcam o início de uma mudança de época. Esses irmãos são testemunhas do início da crise que toda a Igreja experimenta com relação à percepção numérica das vocações: há muitas saídas, e não só de irmãos jovens, e também começa o declínio de entrada de candidatos, sobretudo em

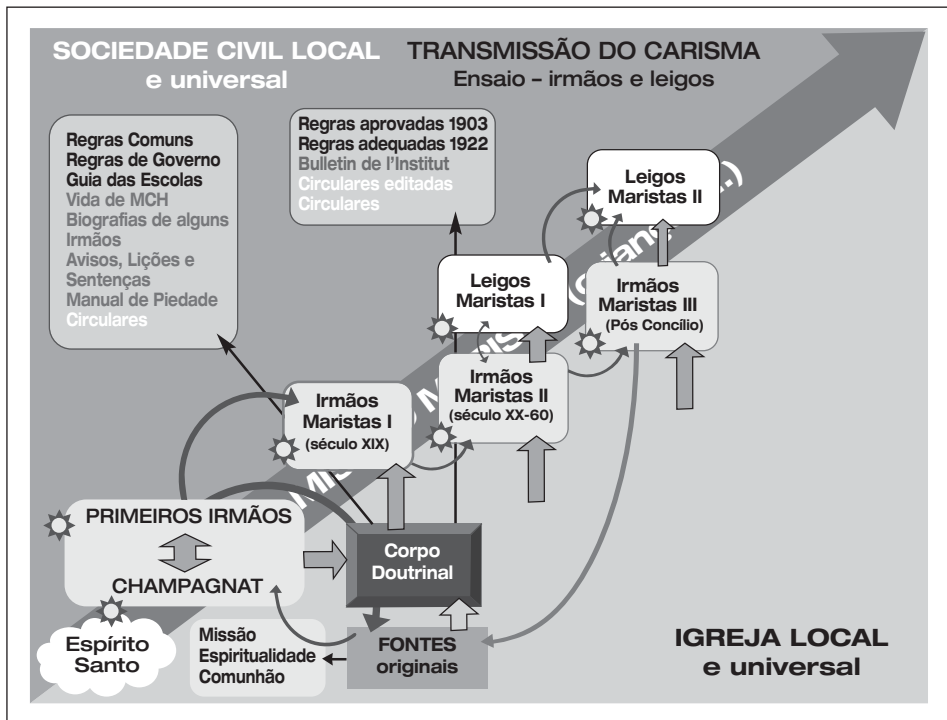
lugares históricos e abundantes, como o foram vários países europeus, Canadá e Austrália, para citar alguns lugares emblemáticos neste ponto. São também testemunhos e gestores de uma variedade de experiências desafiadoras e vitais, seguindo as orientações, visões e propostas do Concílio.

Essa geração foi bebendo o carisma do mesmo corpo doutrinal do século XIX e inícios do XX, e também da influência da geração anterior, uma geração que foi amplamente confundida, se não defensiva, quanto às muitas e rápidas mudanças que experimenta o Instituto, a Igreja e a sociedade.

Porém, essa geração de irmãos do pós-Concílio, sob o convite do Concílio, é uma geração que começa a interpretar o corpo doutrinal recebido, à luz

do contato direto com as fontes originais que mencionamos no ponto III desde ensaio. Cada vez mais, nessa etapa, houve um maior acesso a estas fontes, e um grupo importante de irmãos se dedicou ou foi destinado pelos superiores, para pesquisar, coletar e organizar estas fontes originais, reinterpretando criticamente o corpo doutrinal da segunda geração e divulgando tanto esta visão crítica, como as próprias fontes originais, pelos novos meios de comunicação. Isso implicou em uma notável mudança de perspectiva em relação à nossa vocação de irmãos na formação inicial dos candidatos e dos irmãos.

Paralelamente a esse processo, também se tornou notória, nesse período, uma segunda geração de leigos maristas. Com certeza que seu nú-

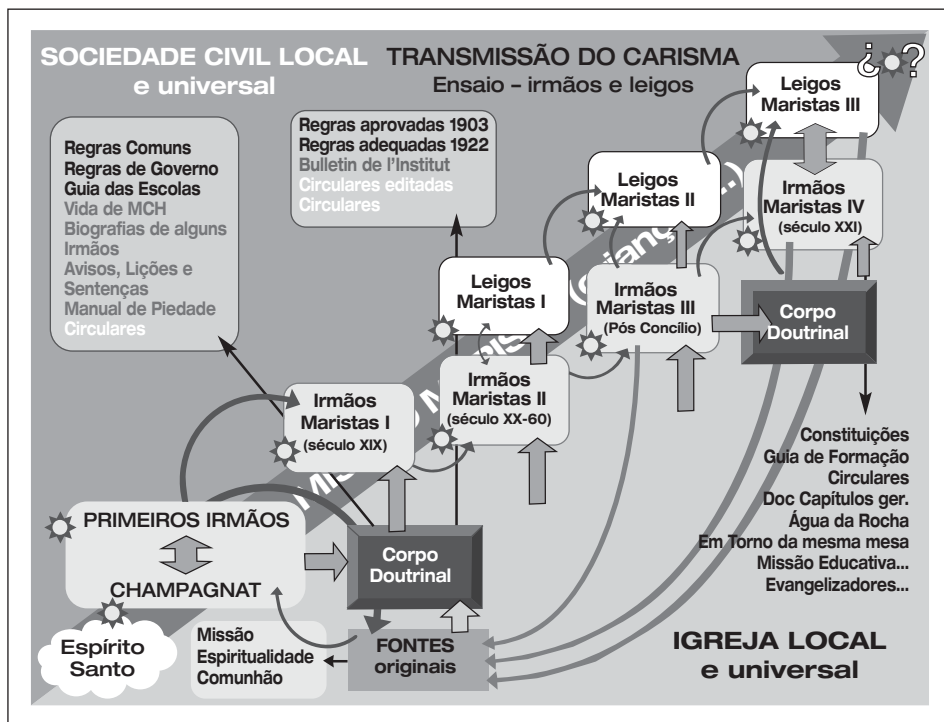


mero, em vários países, aumentou consideravelmente, tanto pela diminuição dos irmãos, como pelo contínuo crescimento da missão marista em países e lugares que não estávamos presentes. Muitos desses leigos contatados percebem também seu serviço profissional como um chamado do Espírito, e sentem no carisma um espaço para sua vocação pessoal. Esses leigos continuam recebendo sua influência formativa dos irmãos com os quais compartilham a missão, e por intermédio das fontes e do corpo doutrinal, sintetizados e transmitidos agora com um olhar crítico. Porém, recebem também a influência formativa carismática diretamente da geração anterior dos leigos maristas, onde havia. É importante constar isso, uma vez que

vários desses leigos foram contratados por outros leigos maristas, que agora são corresponsáveis pelas obras maristas em várias províncias do Instituto. Vale também destacar que vários desses leigos não são contratados, mas integrantes de Movimentos apostólicos e espirituais que a Congregação promoveu à luz do caminho da renovação compreendido.

7. QUINTA ETAPA: A GERAÇÃO MARISTA DO TERCEIRO MILÊNIO

É necessário enfatizar que essa geração emerge simultaneamente, naqueles países em que se dá esse processo, tanto em irmãos como em



leigas e leigos maristas. O Espírito concede o dom carismático a ambas vocações específicas. São leigas, leigos e irmãos que conhecem e procuram viver um carisma marista encarnado em cerca de 80 países no mundo, uma família carismática que se esforça por levar um novo amanhecer por meio do evangelho às meninas, aos meninos e aos jovens de hoje, especialmente aos que vivem nas fronteiras geográficas e existenciais do nosso mundo. Uma geração que se esforça por mostrar o rosto mariano da Igreja com meio da fraternidade. A transmissão do carisma se dá aqui de maneira natural, recebendo ambas vocações a influência formativa das gerações anteriores de irmãos e de leigos, por uma parte, porém, também ambas vocações têm agora contato direto com as fontes originais do carisma por meio de diversas instâncias formativas, investigativas e experienciais, podemos também interpretá-lo a partir das realidades sociais e eclesiais onde estão inseridos e a partir de suas vocações específicas. Essa geração de maristas recebe também uma proposta formativa a partir de um novo corpo doutrinal, iniciado em sua construção com intensidade por gerações anteriores de irmãos e de leigos maristas, corpo que se vai criando para responder hoje, com fidelidade ao Espírito, aos desafios do mundo de hoje, para sonhar juntos o futuro e a vitalidade do carisma marista com dom recebido e partilhado; corpo doutrinal que se concretiza em diversos documentos, tanto de índole legislativa, como magistral e de iluminação da vocação marista em geral

(Constituições, Guia de Formação, Circulares dos Superiores gerais do período, Documentos capitulares, Missão Educativa Marista, Água da Rocha, Em torno da mesma mesa, Evangelizadores entre os jovens...) É significativo que alguns desses documentos foram feitos por irmãos e leigos que trabalharam juntos em sua reflexão e redação. É de se destacar, também, que em vários casos em que esses documentos legislativos ou magistras são produzidos, os leigos participam na reflexão.

8. UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA O FUTURO DO CARISMA MARISTA

Nesse início de século, em alguns países do Instituto Marista, há um intenso diálogo entre as duas vocações específicas que agora incorporam esse carisma na Igreja. Como nos inícios, em que dialogavam um padre fundador e uma Igreja clerical com um grupo de jovens irmãos professores para dar vida a esse carisma espiritual, agora, da mesma forma, mas em um contexto diverso dialogam os irmãos maristas com as leigas e os leigos maristas, discernindo em conjunto e, em vários aspectos, em igualdade de condições, sobre a realidade do mundo de hoje, os apelos que o Espírito nos faz por meio dos sinais dos tempos, e as respostas possíveis que podemos dar a esses chamados, de maneira conjunta, ou de nossas vocações específicas. Temos assim, a esperança de que há uma nova aurora para esse carisma que tanto bem já fez na Igreja e na sociedade.

ROSTO MARIANO DA IGREJA: sua história e recepção no Instituto dos Irmãos Maristas¹



Ângelo Ricordi²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a reflexão sobre a expressão *Rosto Mariano da Igreja*, sua história e recepção no Instituto dos Irmãos Maristas. A expressão representa uma forma de ser e viver o cristianismo inspirado no seguimento de Jesus a exemplo de Maria, e se tornou habitual no Instituto Marista a partir do XXI Capítulo Geral. No intuito de aprofundar o seu real significado, convém perguntar-se: quando e onde se ouviu pela primeira vez a expressão na história do Instituto? Como foi evoluindo? Qual a sua base teológica? Possui reconhecimento do Magistério da Igreja? E, por fim, qual o seu impacto na renovação do Instituto? No intuito de trazer uma contribuição a esses questionamentos é que este artigo foi concebido.

Seu objetivo principal consiste em analisar, por meio das publicações oficiais do Instituto Marista, bem como da Tradição dos Padres Maristas e do Magistério da Igreja, a evolução de um pensamento que se torna determinante no governo do Irmão Emili Turú, Superior-Geral, no modo de entender a relação dos Maristas de Champagnat com Maria e no processo de renovação do Instituto dos Irmãos Maristas.

1. “IGREJA MARIANA, UMA INSPIRAÇÃO”

A ideia de viver a fé em Jesus Cristo em uma Igreja que reflete o modo como Maria a viveu nas origens do cristianismo foi denominada pelo Padre Colin e pelos primeiros maristas com a expressão *Igreja Nascente*.

¹ Artigo preparado para o Encontro de Animadores em Espiritualidade Marista- UMBRASIL – Florianópolis, novembro de 2016. Para a realização desta pesquisa o autor contou com a riquíssima orientação do **Irmão Antonio Martinez Estaún**, estudioso do tema Rosto Mariano no Instituto Marista.

² Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Pesquisador do Laboratório Irmão Francisco (PUCPR/ Memorial Marista) e membro do Setor de Vida Consagrado e Laicato da Província Marista Brasil Centro-Sul.

Essa ideia remonta à história da Sociedade de Maria (Padres Maristas) e à maneira como ela concebe a sua missão pastoral e escatológica na Igreja. Desde o início da Sociedade, Padre Colin moveu-se por um pensamento um tanto quanto misterioso:

No final de 1837 – mais de vinte anos depois que Colin havia deixado Santo Irineu – Mayet escreveu as seguintes palavras de Colin: A Santíssima Virgem disse: “Fui o sustentáculo da Igreja nascente, e sê-lo-ei também no final dos tempos”³ (TAYLOR, 2015, p.27).

Essa dupla afirmação constitui-se como um dos polos da espiritualidade dos Padres Maristas, redescoberta na volta às fontes⁴, motivada pelo movimento de renovação suscitado pelo Concílio Vaticano II. Assim como no Instituto dos Irmãos Maristas, os Padres Maristas descobriram aspectos de sua fundação e espiritualidade até então desconhecidos de sua história.

O termo *Igreja Mariana* nunca foi utilizado de maneira explícita por Colin, ou pelos primeiros maristas. Ao contrário, utilizaram o termo Sociedade de Maria. Uma sociedade reunida sob os auspícios da Virgem no processo de recristianização da França e do mundo. Padre Coste, ao falar sobre a ideia da Sociedade de Maria, resgata não se tratar de algo específico do grupo dos seminaristas de

Lyon, mas sim de uma inspiração já presente na história da Igreja e de outras congregações (COSTE, 1965).

Todavia, existem elementos que marcam uma mística mariana autêntica neste movimento iniciado em Lyon que segundo Padre Keel (1993), estudioso marista, pode ser descrito como três momentos fundamentais na vida da Igreja primitiva, como fonte e inspiração para a nascente Sociedade de Maria: Maria como sustento da Igreja; Maria e a Igreja Nascente e, por fim, Maria e os Apóstolos.

1.1. Maria como sustento da Igreja

Nos relatos do Padre Mayet (*Origines Maristes*, 1961) Colin fala de Maria não apenas como sustentáculo da Igreja, mas também, da Sociedade que está nascendo sob o seu nome. Numa interessante analogia aos três anos de vida pública de Jesus e da sua formação dos apóstolos, Colin faz uma reflexão dos anos em que se prepararam no grande Seminário de Santo Irineu.

Em todas essas afirmações, existe uma intuição, uma mística mariana não centrada na pessoa de Maria, mas sobretudo na postura existencial de primeira discípula do seu Filho. Colin parece fundamentar não apenas uma mariologia, mas antes de tudo uma eclesiologia, um modelo para a Sociedade de Maria.

³ “La S. Vierge a dits: J’ai été soutien de l’Église naissante; je le serai aussi à la fin des temps” (COSTE; LESSARD, 1960. Doc. 422).

⁴ Os escritos e pesquisas dos Padres Jean Coste, Antoine Forissier e Gaston Lessard são fundamentais no processo de redescoberta das fontes maristas. Esse processo culminará na seleção e edição em quatro volumes, em Roma, da obra *Origines Maristes*, Sociedade dos Padres Maristas, 1960.

1.2. Maria e a Igreja nascente

O período da Igreja Nascente foi o modelo de referência fundamental de eclesiologia para a Sociedade de Maria. Os primeiros Maristas acreditam nessa inspiração de Colín. Estaún, no texto *Herdeiros da Promessa*, resgata essas afirmações:

A Sociedade não toma como modelo nenhuma outra, já existente. Não temos outro modelo de Sociedade senão a Igreja nascente. A Sociedade começou como a Igreja; é preciso que sejamos como os apóstolos e como os numerosos que a eles aderiram: Cor unum et anima una. Amavam-se como irmãos. (TAYLOR; ESTAÚN; DROUILLY, 2015, p. 50).

Da imagem da Igreja primitiva nasce um dos elementos caros, tanto à espiritualidade dos padres como dos Irmãos Maristas, representada na inspiração lucana: “*cor unum et anima una*”⁵ (At 4, 32). Essa mesma expressão aparece consolidada no Testamento Espiritual do Padre Champagnat:

“Eu vos peço também, meus Irmãos, com toda a afeição de minha alma [...] Que não haja entre vós senão um mesmo coração e um mesmo espírito” (FURET, 1999, p. 223).

Trata-se de uma inspiração utópica e mística, que contempla no horizonte da Igreja nascente em torno de

Maria um grande desejo de fraternidade que deveria marcar o início da Sociedade de Maria.

1.3. Maria e os Apóstolos

Uma das redescobertas da volta às fontes na pesquisa dos Padres Maristas foi a dimensão marial que iluminava e inspirava Colín no início da Sociedade de Maria. Trata-se da presença de Maria junto aos apóstolos⁶:

Maria presente no meio dos apóstolos, o sustentáculo da Igreja nascente, apesar de oculta dentro dela, um modelo para a sociedade nestes últimos tempos que lhe pareciam tão semelhantes aos da primeira comunidade apostólica. (COSTE, 1980, p. 10).

1.4. Marcelino Champagnat⁷

Marcelino Champagnat, padre Marista e fundador dos Pequenos Irmãozinhos de Maria, não escreve de forma explícita ou sistematizada, sobre a expressão mariológica e escatológica coliniana. Entretanto, algumas de suas cartas revelam uma escatologia subjacente à certeza de que a *Sociedade de Maria* é uma obra desejada e querida por Jesus e por Maria, em tempos de crise moral e incredulidade. Escrevendo ao Monseñor de Pins, administrador de Lyon,

⁵ Um só coração e uma só alma.

⁶ Sobre essa temática, existe um campo de pesquisas ainda aberto sobre a influência da obra de Maria d'Agreda na espiritualidade dos Padres Maristas, assim como em Marcelino Champagnat (LANFREY, 2007, p. 23; COSTE; LESSARD, 1961. Doc. 554; LESSARD, [S.d.], p. 46).

⁷ Recomendamos sobre essa temática o trabalho do Ir. Francisco das Chagas Ribeiro (1989): *A Superiora dos Maristas. Trabalho de síntese e hermenêutica dos textos de Marcelino Champagnat relacionados à Maria.*

afirma o que segue:

Jesus e Maria, é neles que espero, apesar da maldade deste século. Continuo mantendo a firme convicção de que Deus quer esta obra, apesar dos esforços mais do que diabólicos que satanás desde o princípio fez para derrubá-la. Deus quer esta obra nestes tempos de perversidade. Sempre tem sido esta minha convicção inabalável.
(CHAMPAGNAT, 1997, Cartas n. 6).

Em Marcelino Champagnat, não aparece a visão universalista e utópica do Padre Colin, de uma Sociedade na qual até mesmo o Papa um dia viria se tornar marista (COSTE; LESSARD, 1961, doc. 459). Sua visão, ainda que tenha traços da universalidade do projeto marista:

“Todas as dioceses do mundo entram em nossos planos [...]”
(CHAMPAGNAT, Cartas, n. 93, 112, 208),

encontra sua realização na cidade mística de L’Hermitage. Para ele, L’Hermitage é o protótipo do verdadeiro cenáculo. Na Circular de janeiro de 1828, inspirado pelo texto da Carta aos Gálatas (1,15) orienta seus Irmãos:

“Deus nos amou desde toda a eternidade; escolheu-nos e nos separou do mundo.

A Santíssima Virgem nos plantou em seu quintal,
Ela tem o cuidado de que nada nos falte”
(CARTAS, n.10).

Numa vertente menos universalista, o Ir. Balko afirma que a característica fundamental da sua visão mariana é a filialidade. A Sociedade que começa em l’Hermitage é mais simples. Nela, o papel fundamental de Maria é ser mãe, não rainha⁸. Sua concepção de Maria não é original; pelo contrário, fundamenta-se na piedade cristã. Maria é, acima de tudo, a Boa Mãe⁹, a cuidadora de Jesus e, conseqüentemente, de todo filho que lhe chama à casa. A atitude fundamental que nasce dessa devoção, segundo o historiador e pesquisador Marista Irmão Balko (1983), é o abandono filial à pessoa de Maria.

2. A “IGREJA MARIAL” E O XXI CAPÍTULO GERAL

A temática aludida pela expressão *Igreja Marial* dos primeiros Maristas reaparece pela primeira vez entre os documentos oficiais dos Irmãos numa das cartas em preparação ao XXI Capítulo Geral. Trata-se da Carta Regional da Oceania, de 1 de janeiro de 2009. Nela, surge a projeção dos Ma-

⁸ Todavia, há exceções, como o acontecido na Revolução de 1830. Diante da instabilidade política e religiosa, Champagnat mostraria uma clara evolução à Promessa realizada em Fourvière. Já não confiaria sua fundação à proteção do Rei ou da Rainha, mas diante da única realeza capaz de protegê-los, à realeza de Maria. A partir desse ano, recomendaria uma prática que seria incorporada ao Instituto: a oração da Salve Rainha (FURET, 1999, p. 321; LANFREY, 2015, p. 351).

⁹ Em várias cartas de Marcelino Champagnat aparece a expressão Boa Mãe. Em quase todas elas, Champagnat refere-se às situações concretas das quais saca uma mística profunda e filial, de alguém que para ele era pessoa concreta, real, próxima: Cf. Cartas n. 11, 23, 58, 74, 95, 109, 122, 144, 172, 249 e 278 (Cartas da edição brasileira de 1997).

ristas em face do futuro, e como argumentação, a seguinte expressão:

Progressivamente os Maristas vão constituir um movimento internacional na Igreja, com característica e espiritualidade específicas, na visão de uma “Igreja marial”, dinâmica e audaz em prol da evangelização e da solidariedade. (INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS, 2009, p. 4)

O conceito de uma *Igreja Marial*, descrita na Carta Regional da Oceania, se expressa concretamente na descentralização e na solidariedade, marcas de uma Igreja que é mãe fecunda e cuidadora, sensível às necessidades de todos, em especial daqueles que mais precisam. Uma Igreja que não seja marcada pela dominação masculina e institucional, mas que expresse a liberdade do Espírito. O sonho de uma Igreja laical parece ser refletida no projeto pessoal de fundação dos *Pequenos Irmãos de Maria*. A valorização do laicato insere-se no projeto marista de Marcelino Champagnat. Desde o grupo dos aspirantes maristas do Seminário Maior de Lion em Fourvière, Marcelino insistia na necessidade de Irmãos leigos: “Precisamos de Irmãos!”¹⁰. Segundo o Ir. Estaún,

ao subir sozinho a Fourvière, Marcelino não apenas consagra os Irmãos que deseja fundar, mas traz no seu coração todos aqueles que seriam contagiados pelo dom do Espírito Santo,

que é o carisma marista na Igreja (ESTAÚN, et al., p. 45).

A percepção da presença de Maria no XXI Capítulo Geral se traduziu em questões de ordem performativa. Segundo o Irmão Emili Turú, pode-se constatar a influência naquilo que ele denominou de “diálogo mariano”, diálogo franco, aberto, descentralizado:

“Sinto que nos é dirigido um forte chamado a viver no espírito desse diálogo, em todos os níveis do Instituto: pessoal e interpessoal; comunitário; provincial; interprovincial e intercongregacional” (Turú, 2010, p. 12).

3. UMA EVOLUÇÃO DA EXPRESSÃO IGREJA MARIANA PARA O TERMO ROSTO MARIANO DA IGREJA¹¹

A partir da reflexão do Irmão Emili Turú e da repercussão do tema tanto no Capítulo Geral como fora dele, o Irmão Antonio Estaún, na época Diretor de Comunicação do Instituto, começa a publicação de uma série de artigos na Revista *Notícias Maristas*, sobre o tema *Rosto Mariano da Igreja*.

No primeiro deles, datado de 20 de maio de 2010, Estaún resgata a ideia de que o termo *Igreja Mariana* remonta à mariologia dos Padres

¹⁰ FURET, 1999, p. 28.

¹¹ O primeiro teólogo a falar em *Perfil ou Princípio Mariano* da Igreja foi o teólogo Hans Urs von Balthasar. Teólogo e jesuíta suíço, nasceu em 1905, em Lucerna. Foi um dos mais importantes teólogos do século XX. Grande defensor da *teologia genúflexa*, dizia que a verdadeira teologia era feita de joelhos, orando (BOFF, 1988, p. 142).

Maristas, e chega como reflexão ao Capítulo Geral como eco das Cartas regionais da Oceania.

No segundo artigo (ESTAÚN, 2010, n. 107) há um aprofundamento do termo *Rosto Mariano*, por forte influência dos estudos realizados em preparação ao mês de Maria na Casa Geral. Após a leitura da obra *O Princípio Mariano na Igreja*, de Brendan Leahy (2005), Ir. Estaún faz uma síntese dos principais temas trabalhados pelo autor, cujo resultado iremos desenvolver na próxima seção.¹²

O objetivo de von Balthasar supera a intenção de oferecer Maria como um modelo a ser vivido ou seguido individualmente na Igreja. Pelo contrário, ao citar o documento conciliar *Lumen Gentium*, evidencia a validade do princípio mariano para toda a Igreja. Segundo ele, a identidade da Igreja oscila entre o princípio mariano e o princípio petrino (LEAHY, 2005). Ao todo, o teólogo von Balthasar fala de cinco princípios que constituem a estrutura fundamental da Igreja: os princípios petrino, paulino, joanino, jacobeu (São Tiago) e mariano – sendo que este último compreende os anteriores.

No princípio petrino, von Balthasar assinala a figura de Pedro, relacionando-a à proclamação do querigma e à sua realização concreta na vida cristã. O princípio paulino está vinculado ao caráter missionário de Paulo, o apóstolo dos gentios, aquele que se tornou cristão pela graça de Deus. No

princípio joanino, von Balthasar considera a missão de João como uma missão de unidade que continua. Sintetiza os elementos petrinus e paulinus, combinando-os com uma visão contemplativa. O princípio jacobeu se baseia em São Tiago, irmão do Senhor, que representa, sobretudo, a continuidade entre a Antiga e a Nova Aliança, a Tradição, a continuidade, o direito canônico.

Por sua vez, o princípio mariano afirma que Maria é o modelo de fé para todos os membros da Igreja. Os fundamentos desse princípio se apoiam na lógica trinitária no inefável mistério de Deus, revelado em Cristo. Maria é uma explicação desse mistério de amor e é o modelo de nosso encontro com o mistério de Deus, revelado em Jesus Cristo¹³.

Nas edições 128, 133 e 136 de *Notícias Maristas*, Ir. Estaún, tendo von Balthasar como embasamento teórico, enumera o princípio mariano da Igreja a partir de três momentos fundantes:

Anunciação (ícone do mistério): em Maria, a Mãe fiel, dá-se a continuidade à fé da Igreja. A Igreja fundada em Nazaré, no sim de Maria. O mistério da anunciação reflete uma Igreja fiel à palavra dada, Igreja fecundada pela Palavra, a qual remete à fé na qual se compromete com uma oferta que somente se conhece se é certa ao final.

Maria, a esposa (ícone de comunhão), a Igreja da cruz. Ao pé da cruz, um Leigo e uma Leiga recebem o encargo de continuação da missão Filho-Mãe. Mãe-Filho é a expressão da comunidade de fé

¹² Recomendamos a leitura na íntegra dos textos apresentados na Revista *Notícias Maristas*, n. 105, 107, 111, 128 e 133, escritos pelo Ir. Antonio Estaún.

¹³ Cf. ALONSO, *apud* ESTAÚN, 2010, n. 111, p. 2.

nascida do lado aberto de Cristo. Nasce a Igreja de comunhão na vocação de Maria, que, por sua vez, precede a função de João. João e Maria são uma comunidade de crentes. João a recebe em sua casa como a portadora da fé, a crente fiel de Nazaré.

Pentecostes (icone da fecundidade),

consolidação da experiência vivida em Nazaré. Nela, o Espírito Santo consolida sua obra.

Um dos resultados que se apresentam, mediante essa pesquisa, é a clara influência das reflexões realizadas pelo Irmão Estaún na escrita da primeira Circular do Superior-Geral Emili Turú, *Deu-nos o nome de Maria*. Pode-se constatar, nos textos publicados em *Notícias Maristas* pelo Irmão Estaún, uma proximidade conceitual a partir da hermenêutica fundada no conceito de perfil mariano da Igreja, tendo como base o pensamento de von Balthasar.

4. O ROSTO MARIANO NA CIRCULAR DEU-NOS O NOME DE MARIA

A primeira Circular do governo do Irmão Emili Turú (2012) reflete e aprofunda uma série de assuntos que apareceram de forma intensa no XXI Capítulo Geral. Ao escrever uma Circular que aprofunda a expressão *Rosto Mariano da Igreja*, Turú insere na linha do magistério dos demais Superiores-Gerais um novo tema na reflexão do Instituto Marista. É necessário destacar que o conceito de *Rosto Mariano da Igreja* trabalhado por Estaún e também por Turú difere do conceito *Igreja mariana* dos Padres Maristas. Os autores inserem-se numa renovada maneira de conceber

o papel de Maria e do Instituto Marista na Igreja.

4.1. Chamados a construir o Rosto Mariano da Igreja

Quem primeiro utilizou a expressão *perfil mariano* na história da Igreja foi o teólogo jesuíta Hans Urs von Balthasar. Falar de um rosto mariano da Igreja corresponde a fazer uma experiência, assim como Maria, de crente e membro da comunidade cristã, no mistério único no qual Cristo é o único ponto de convergência.

Todavia, para melhor entender essa expressão, a Circular apresenta, na mesma linha de Estaún, a diferenciação entre os princípios ou arquétipos que constroem a face da Igreja. São eles: a experiência de Pedro com o aporte de sua convicção na ressurreição do Senhor (*querigma*); a experiência carismática da vida de Paulo; a experiência mística da visão joanina; por fim, a experiência da Mãe do Senhor.

4.2. O Sonho de uma Igreja Renovada

O Irmão Emili Turú faz uma leitura do evento fundante de Fourvière a partir do prisma de uma Igreja renovada. Vê no desejo de Colin a necessidade de uma profunda renovação da Igreja. Colin fala em reiniciar uma nova Igreja:

“A Sociedade deve recomençar uma nova Igreja de novo. Não quero dizer isto em sentido literal, o que seria uma blasfêmia. Mas ainda, em certo sentido, sim, nós devemos começar uma nova Igreja” (COSTE, 1980, p.15).

Champagnat, por sua vez, pensa de maneira mais prática, na necessida-

de de uma Igreja não hierarquizada: “Precisamos de Irmãos”. Pela valorização do Irmão leigo, Champagnat prioriza uma ação que tem na educação o seu verdadeiro apostolado. Acredita que por meio da educação da fé, através do ensino do catecismo à criança, o Religioso Irmão compartilha de um ministério tão sublime quanto dos Apóstolos.

5. O MAGISTÉRIO DA IGREJA E O PERFIL MARIANO DA IGREJA

O movimento de vinculação à Maria como Mãe da Igreja é inaugurado pelo Papa Paulo VI em seção plenária do Concílio e posteriormente resgatado com a sua Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, ao afirmar:

“Deste modo, o amor pela Igreja traduzir-se-á em amor para com Maria, e vice-versa, pois uma não pode subsistir sem a outra” [...] (PAULO VI, 1974, p. 13).

Todos os Papas que o sucederam caminharam na evolução do papel de Maria frente à Igreja.

5.1 Papa João Paulo II

O Papa João Paulo II destaca, na encíclica *Redemptoris Mater*, a relação sublime e fundamental da maternidade de Maria em correlação com a maternidade da Igreja. Ao dar Maria como mãe ao discípulo na cruz, Cristo a oferece como um dom do Espírito Santo a cada discípulo, a cada cristão:

“A dimensão mariana da vida de um discípulo de Cristo exprime-se, de modo especial,

precisamente mediante essa entrega filial em relação à Mãe de Cristo [...]” (JOÃO PAULO II, 1987, p. 39).

No *Catecismo da Igreja Católica*, promulgado no ano de 1992, a expressão *dimensão mariana* encontrará o seu lugar no ensino oficial da Doutrina católica. Assim afirma o Catecismo:

A santidade é a medida segundo o grande mistério, em que a Esposa responde com o dom do amor ao dom do Esposo. Maria nos precede a todos na santidade que é o mistério da Igreja como

“a Esposa sem mancha e sem ruga” (Ef 5, 27).

“Por isso, a dimensão marial da Igreja antecede a sua missão petrina”. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n. 773).

5.2 Papa Bento XVI

Na homilia da missa em comemoração ao 40º aniversário de encerramento do Concílio Vaticano II, o Papa Bento XVI recorda o evento a partir de uma “moldura mariana”. Recordando o discurso de Paulo VI, reafirma Maria como a mãe da Igreja:

“Maria não se coloca somente numa relação singular com Cristo, o Filho de Deus que, como homem, quis tornar-se seu filho. Permanecendo totalmente unida a Cristo, Ela pertence também de modo integral a nós” (BENTO XVI, 2005, p. 2).

Numa hermenêutica marial a respeito do Concílio, afirma:

O Concílio queria dizer-nos isto: Maria está tão entrelaçada no grande mistério da Igreja, que ela e a Igreja são inseparáveis, da mesma forma que ela e Cristo são inseparáveis. Maria reflete a Igreja, antecipa-a na sua pessoa e, em todas as turbulências que afligem a Igreja sofredora e fatigante, permanece sempre a sua estrela da salvação (idem, p.3)

5.3 Papa Francisco¹⁴

Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco oferece um programa de governo para a Igreja. Na introdução desse documento, salienta que essa exortação é programática, ou seja, contém em germe os rumos para a caminhada da Igreja nos próximos anos. Na linha de uma renovação pós-conciliar, Francisco propõe uma Igreja em missão, uma Igreja em saída, uma Igreja servidora. E reconhece, nesse estilo, o estilo mariano da Igreja:

Há um estilo mariano na atividade evangelizadora da Igreja. Porque sempre que olhamos para Maria, voltamos a acreditar na força revolucionária da ternura e do afeto. N'ela, vemos que a humildade e a ternura não são virtudes dos fracos, mas dos fortes, que não precisam maltratar os outros para sentirem-se importantes (FRANCISCO, 2013, p.227).

6. O ROSTO MARIANO DA IGREJA E A RENOVAÇÃO DO INSTITUTO MARISTA

O Irmão Emili Turú fez da expressão *Rosto Mariano da Igreja* uma inspiração carismática para sua ação programática de governo. As escolhas do seu mandato como Superior-Geral dão continuidade ao movimento de Renovação já outrora vivenciado no XXI Capítulo Geral. Suas recentes *Cartas Montagne: a dança da Missão* e *Fourvière: a revolução da Ternura* revelam que a chama acesa de uma Igreja de *rosto mariano* continua iluminando os caminhos e as escolhas do Instituto para os próximos anos.

A recente *Carta do Ano Fourvière* ressalta o chamamento a sermos uma Igreja de *rosto mariano*, uma *Igreja samaritana*, em suma, uma *Igreja misericordiosa* (TURÚ, 2016). Em profunda sintonia com o magistério do Papa Francisco, o Irmão Emili traça, em comunhão com todo o Instituto, um novo modo de viver a fraternidade e ser sinal da presença de Deus no mundo.

¹⁴ O *Documento de Aparecida*, redigido sob a presidência do então Cardeal Bergoglio, traz, no n. 268, uma belíssima contribuição da Igreja da América Latina e Caribe sobre a visão mariana da Igreja: “Como na família humana, a Igreja-família é gerada ao redor de uma mãe, que confere “alma” e ternura à convivência familiar. Maria, Mãe da Igreja, além de modelo e paradigma da humanidade, é artífice de comunhão. Um dos eventos fundamentais da Igreja é quando o “sim” brotou de Maria. Ela atrai multidões à comunhão com Jesus e a sua Igreja, como experimentamos muitas vezes nos santuários marianos. Por isso, como a Virgem Maria, **a Igreja é mãe. Esta visão mariana da Igreja é o melhor remédio para uma Igreja meramente funcional e burocrática**” (CELAM, 2008, p. 124-125).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar historicamente a recepção no Instituto dos Irmãos Maristas da expressão *Rosto Mariano da Igreja*. Tentou responder ao problema de fundo que guiou a escrita desse artigo, a saber, qual o impacto pastoral dessa expressão, na recente história do Instituto Marista. Para isso, procurou desenvolver a hipótese de que há uma evolução não apenas na Mariologia do Instituto, mas acima de tudo, na eclesiologia adotada a partir do processo de renovação do Concílio Vaticano II.

Essa evolução manifesta-se nessa pesquisa, a partir de quatro resultados que agora são compartilhados:

Em primeiro lugar, pôde-se perceber uma intuição, ou mística mariana originária que perpassa desde o projeto de Fourvière, pelos aspirantes Maristas, à fundação dos Pequenos Irmãos de Maria, por Marcelino Champagnat. Todavia, se há semelhança na mística mariana, a realização dos projetos de fundação (Padres e Irmãos Maristas) seguem eclesiologias bastante diferentes.

O surgimento da expressão *Igreja Mariana e Rosto Mariano da Igreja* refletem um posicionamento eclesiológico, iniciado com o projeto de Renovação do Concílio Vaticano II. No Instituto Marista, esse processo foi catalizado pela figura de Maria, ícone da identidade do Instituto, e modelo seguro de renovação do mesmo.

Outro resultado relevante da pesquisa foi a confirmação de que a expressão *Rosto Mariano da Igreja* possui vasta sustentação teológica e magisterial. Pôde-se ver uma evolução constante da percepção de Maria no processo de renovação da Igreja. Por fim, percebe-se que a expressão *Rosto Mariano da Igreja*, parece ser adotada muito mais como uma forma de animação pastoral do Instituto, do que como reflexão sistematizada e aprofundada em seus documentos. Os limites dessa pesquisa encontram-se justamente no fato de não se ter uma reflexão sistemática sobre o tema. Por isso, constitui-se campo amplo de trabalho para outros pesquisadores, aprofundar a reflexão sobre a renovação do Instituto, bem como o papel de Maria, na configuração e escolhas pastorais dessa renovação.

REFERÊNCIAS

- BALTHASAR, H. U. von. et al. O culto a Maria hoje: subsídio teológico-pastoral. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1983. (Coleção Teologia hoje).
- BALTHASAR, H. U. von.; RATZINGER, J. Maria, Iglesia naciente. Madrid: Encuentro, 1999.
- BALTHASAR, H. U. von. Ensayos Teologicos II. Sponsa Verbi. Madrid: Libros del Monograma, 1965.
- CHAMPAGNAT, M. Cartas. São Paulo: Simar; Edições Loyola, 1997.
- FURET, J.-B. Vida de São Marcelino José Bento Champagnat. São Paulo: Simar; Edições Loyola, 1999.
- CELAM – Conselho Episcopal Latino-americano. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Edições CNBB; Paulus, Paulinas, 2008.

- COSTE, J; LESSARD, G. *Origines Maristes*. Vol. II. Roma: Sociedade dos Padres Maristas, 1960. (Documentos 422, 459, 482, 554, 582, 591, 631, 674, 690).
- COSTE, J; LESSARD, G. *Origines Maristes*. Vol. III. Roma: Sociedade dos Padres Maristas, 1966. (Documentos 802, 819, 842).
- COSTE, J. A utopia marista da fraternidade. *Separata Presença Marista*, Porto Alegre, n. 23, p. 1-21, 1980.
- _____. *Une vision mariale de l'Église*: Jean-Claude Colin. Roma: Marística, 1998.
- ESTAÚN, A. M. Maristas, "o rosto mariano da Igreja": O Ir. Emili Turú, Superior Geral e a "Igreja mariana". *Notícias Maristas*, Roma: Instituto dos Irmãos Maristas, ano 2, n. 105, 106, 111, 128.
- FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium: a alegria do Evangelho*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FORISSIER, A. *Presenças de Maria: fundadores e fundadoras maristas*. Brasília: Umbrasil, 2015.
- GREEN, M. *A educação marista a partir de 1993: sua vitalidade e seu potencial para a criação de uma nova realidade*. Curitiba: Champagnat, 2014.
- INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS. *Água da Rocha. Espiritualidade Marista: fluindo na tradição de Marcelino Champagnat*. Roma: Instituto dos Irmãos Maristas, 2007.
- _____. *Os Irmãos Maristas da Oceania aos Delegados Capitulares*. Roma: Instituto dos Irmãos Maristas, 2009.
- LANFREY, A. *Marcelino Champagnat e os Primeiros Irmãos Maristas 1789-1840: tradição educativa, espiritualidade missionária e congregação*. Curitiba: Champagnat, 2015. Tomo I.
- _____. *História do Instituto: da aldeia de Marlies à expansão mundial (1789-1907)*. Roma: Instituto dos Irmãos Maristas, 2015.
- LESSARD, G. *Tornar-se Marista*. Belo Horizonte: Padres Maristas, [S.d.]. (Coleção Presenças de Maria, n. 1).
- FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium: a alegria do Evangelho*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FURET, J.-B. *Vida de São Marcelino José Bento Champagnat*. São Paulo: Simar; Edições Loyola, 1999.
- KASPER, W. *A Igreja Católica: Essência, Realidade, Missão*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2012. (Coleção Theologia Pública).
- LEAHY, B. *O Princípio Mariano na Igreja*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2005.
- LUBAC, Henri de. *Meditacion sobre la Iglesia*. Bilbao: Ed. Desclée de Brouwer, 1958.
- MORAL BARRIO, J. *Primeiros Hermanos Místicos e Profetas*. Roma: Instituto dos Irmãos Maristas, 2015.
- TURÚ, Emili. *Deu-nos o nome de Maria*. Roma: Instituto dos Irmãos Maristas, 2012.
- _____. *Montagne: a dança da missão*. Roma: Instituto dos Irmãos Maristas, 2015.
- _____. *Fourvière: a revolução da ternura*. Roma: Instituto dos Irmãos Maristas, 2016.
- RATZINGER, J. "Su madre como nuestra Madre": Homilía del Cardenal Joseph Ratzinger para los peregrinos de Schoenstatt en la Basílica de Santa María La Mayor, Roma, 18 de septiembre de 1985.
- RIBEIRO, Francisco das Chagas Costa Ribeiro. *A "Superiora dos Maristas"*. Recife: Província Marista Brasil Norte, 1989.
- RUEDA, B. *Um novo espaço para Maria*. São Paulo: FTD, 1976.
- SAMMON, S. *Em seus braços ou em seu coração: Maria, nossa Boa Mãe. Maria, nossa Fonte de Renovação*. Roma: Instituto dos Irmãos Maristas, 2009.

COMO SE FORMA UM FUNDADOR?

A formação de Marcelino no seminário menor



Manuel Mesonero Sánchez, fms

“Educar quer dizer tirar de dentro, não colocar de fora. Não somos cubos vazios que é preciso encher, somos fogo que é preciso acender”.

Dr. Mario Alonso Puig

Este artigo é a primeira parte de um escrito mais extenso em que apresentaremos a herança formativa que Marcelino Champagnat recebeu nos Seminários Menor e Maior. Este itinerário formativo marcará profundamente sua vocação de fundador e o modo de entender seu carisma. Daí sua importância.

O artigo intitulado “Como se forma um fundador?” dedicamo-lo ao relato dos fracassos sucessivos que Marcelino teve ao enfrentar seus estudos e às dificuldades em sua formação como seminarista que o levaram a estar atordoado (descenrado) por um tempo prolongado, equivalente à metade de sua permanência como pensionista.

Os acontecimentos tiveram lugar em *Verrières*. Ali se forjou um líder, mas o fato foi precedido por um bom tempo de resistências, provocadas por circunstâncias pessoais complicadas, ao começar seus estudos, e por um seminário que, inicialmente, não reunia as condições necessárias para seu funcionamento: nem o prédio nem a equipe de professores que cuidavam da formação.

1. UM SÍMBOLO: O ARTISTA E SUA OBRA

Às vezes penso no trabalho do escultor para falar da formação. Da canteteira sai um bloco de mármore. Nele o artista vê as possibilidades de criar sua escultura. E, com seu cinzel, Miguel Ângelo, por exemplo, logrou converter um bloco de pedra em seu “Davi” ou em seu “Moisés”.

A educação, em certa medida, pode ser comparada ao ofício de um escultor. Educar e formar um religioso para uma instituição é uma arte, e tem muito a ver com a relação entre duas realidades: o carisma que é preciso assimilar e o candidato:

“O noviço descobre o espírito marista e o assimila, esforçando-se por sintonizar com ele seu coração”.
(C 99)

A matéria prima tem alguns limites que o escultor deve conhecer e aceitar. O milagre criativo sucede na interação dessa dupla realidade. O formando realiza seu objetivo por meio da docilidade, entendida não como pura passividade, mas como

assimilação interior das propostas que o formador lhe faz. A aprendizagem implica chegar ao protótipo ao qual se aspira:

“O noviço toma por modelo a vida simples dos Irmãos...” (C 99).

Utilizando agora o símbolo da natureza, constatamos que, para o crescimento de uma planta, é necessário colocá-la ao sol e deste, assimilar a luz que recebe. Sem a luz a planta não será capaz de viver. Mas a assimilação desse processo, que chamamos fotossíntese, implica a planta inteira. Nisto consiste a formação: tornar próprio o “alimento” que recebemos!

Para conhecer a transformação realizada em Marcelino, durante os dez anos de seminário menor e maior, vamos começar a descrever o jovem que entrava pela porta de Verrières, aos 16 anos. De que “bloco de rocha” estamos falando? De que matéria prima partiram seus formadores? Sua biografia nos oferece poucas pistas, descrevendo-nos apenas algumas características externas de seu modo de ser:

“Sua timidez, seu porte externo contido, seus modos de rude montanhês, valeram-lhe, de imediato, os gracejos dos colegas. Mas seu caráter aberto.... granjeou-lhe, naturalmente, a simpatia de todos. Tinha então em torno de dezessete anos¹ e era bastante crescido, de modo que era o mais alto e o último da classe”².

Entretanto, precisaríamos de uma informação mais completa para garantir a eficácia na educação de um jovem que recebêssemos pela primeira vez. Um bom educador teria a necessidade de anotar A TRAGÉDIA FAMILIAR que Marcelino havia vivido. Aos 14 anos presenciara a morte de seu segundo irmão, João Batista, de 23 anos, no verão de 1803. E no Natal do mesmo ano, sem tempo suficiente para assimilar essa perda, morria o caçula da casa com apenas 13 anos, por causas que desconhecemos. A família, mergulhada na dor de dois lutos, dois meses depois, realizou o casamento de sua filha Ana Maria, de 25 anos, ocasionando no lar uma ausência a mais, com a exigência econômica de um dote, o que provocava um sacrifício pecuniário suplementar à família.

No verão seguinte, aconteceu a maior das desgraças: a morte inesperada do pai, João Batista. O falecimento do chefe de família acentuou ainda mais a tragédia em que viviam os descendentes. Os Champagnat ficaram numa crítica situação psicológica, envolvidos pelo sofrimento dos múltiplos lutos, enfrentados por seus membros.

A essa situação se somaria a crise econômica que tiveram que suportar pelas dívidas contraídas pelo pai. Depois dessas mortes, alterou-se, profundamente, a estrutura do sistema familiar dos Champagnat, e – necessariamente – tiveram que reorganizar as atribuições dentro dela.

¹ Não são 17 anos; Marcelino entrou no seminário com 16 anos.

² VIDA, 1ª, cap. 2, p. 12.

Ao adolescente Marcelino também coube assumir essas perdas que influenciaram em seu equilíbrio afetivo e se converteram em incentivo para perguntar-se sobre o sentido da vida³. É mais do que provável que um jovem de 16 anos visse, nesse ambiente familiar, um futuro sem saída e quisesse empreender um novo rumo. Pode ser que, ao mesmo tempo, lhe produzisse uma boa dose de sofrimento e de incerteza pensar na situação familiar que deixaria para trás, ausentando-se de Rosey, ou ao recordá-la do distante seminário.

Juntamente com essa realidade psicológica de Marcelino, seus formadores precisavam conhecer seu histórico acadêmico. O perfil era o de um aluno com AGUDO FRACASSO ESCOLAR. O primeiro revés sucedeu em sua infância, ao se negar a receber as elementares lições de leitura, escrita e cálculo. A consequência foi a relutância à escola, motivada pelo método pedagógico do professor⁴.

O segundo fracasso acadêmico ocorreu ao tentar chegar ao nível cultural exigido para iniciar o estudo do

latim. Seu cunhado, Benito Arnaud, que foi seu professor, depois de um ano de frequência a suas aulas particulares, julgou que ele não tinha capacidade para o estudo e desaconselhou a família de incentivá-lo na vocação eclesiástica. Tratou-se de um naufrágio anunciado, porque coincidiu com a tragédia familiar relatada. Em situações como esta, “*alguns adolescentes perdem o curso escolar. O fato de estarem transtornados pela emoção impede a possibilidade de pensar e de se concentrar*”⁵.

2. A PRIMEIRA ETAPA 1805-1810: DESCONCENTRAÇÃO

Marcelino se incorporava no seminário com essa complicada situação pessoal para enfrentar longos estudos⁶. Verrières era um seminário que acabava de ser aberto⁷. O edifício, que abrigava em torno de uma centena de alunos, não apresentava as condições necessárias para essa função⁸. Faltava espaço. A comida

³ “(Os adolescentes) interrogam: por que a mim? Qual é a razão de existir? O adolescente começa a refletir sobre a vida. Essas reflexões se convertem em um descontrole e em libertinagem, em alguns casos, incontroláveis” GROLLMAN, E., *Straight talk...*, 145.

⁴ VIDA, 1^a, cap. 1.

⁵ Payás, Alba. *El mensaje de las lágrimas*. Paidós 2014. Barcelona.

⁶ O programa completo constava de um curso preparatório; de cinco cursos que compunham o ciclo básico, dos três cursos do ciclo superior, e de um curso de Filosofia. Os cursos eram contados em ordem descendente.

⁷ Estava situado num pequeno povoado, ao lado de Montbrison, a 36 km de sua cidade natal.

⁸ “*Como dormitório dispúnhamos de um sótão, debaixo das telhas; chegávamos a ele por meio de uma escada; as janelas mal instaladas eram cobertas apenas com papel; no inverno se congelava e no verão se cozinhava*”. THIERY, I., FMS. *Vie du Bienheureux Marcelin Champagnat*. Genval, 1956, p.22.

habitual consistia em uma porção de cozido, um pedaço de toucinho ou batatas e pão de centeio. Nos tempos livres trabalhavam para os lavradores da região, em troca de alguns produtos.

O Pe. Périer (1765), fundador do seminário, era o Diretor e, ao mesmo tempo, pároco da cidade. Tratava-se de um sacerdote virtuoso, mas

“não tinha a autoridade necessária para implantar a ordem e a disciplina indispensáveis numa casa desse gênero”⁹.

Para o funcionamento ajudavam-no outros dois professores.

Marcelino cursou este primeiro ano na classe preparatória, que era a dos principiantes. Era composta por alunos de diferentes idades, sendo seu professor o leigo Raynaud. O ano terminou para Marcelino com resultados negativos, tanto que, antes de partir em férias, Périer lhe disse que não sonhasse com longos estudos. Desse modo, Marcelino contabilizava seu terceiro fracasso escolar, na terceira de suas tentativas. A que se deve este descalabro? Tudo apon-

ta para as circunstâncias pessoais comentadas e às más condições do seminário, acima descritas.

O fato de sua demissão foi habilmente esquecido, em sua biografia, por se tratar de um episódio pouco edificante¹⁰. Entretanto, temos testemunhos¹¹ que o avalizam, entre eles, o de sua vizinha, Juliana Epalle:

“Depois de um ano de estudos, o superior do seminário pensou que o rapaz não tinha talentos suficientes para continuar”¹².

Por que Marcelino insistiu em sua readmissão? O que o movia a intentar de novo? Honestamente, não o sabemos. O que constatamos, sim, é que o indulto¹³ concedido, para que novamente tentasse, não produziu nele a conversão esperada.

A classe do segundo ano de seminário à qual Marcelino frequentou foi a oitava¹⁴. O seminarista, dotado de um caráter muito sociável “deixou-se levar, com toda certeza, a uma vida alegre, no meio de tantos bons companheiros”¹⁵. A tendência de Marcelino pelos grupos de amigos levou-o a participar do grupo “banda

⁹ Chausse, J. M. *Vie de J. L. Duplay*. Delhomme et Briguet, Saint-Étienne. 1887, p. 91.

¹⁰ Este modo de entender uma biografia, o Ir. Avit deixa-o transparecer numa conversa mantida com Furet: “*Não se põe a não ser o positivo, em uma biografia*” (AA 619).

¹¹ São as declarações de Julienne Epalle, vizinha dos Champagnat, de Jean-Claude Grattotier, cura e pároco de Marthes, e do Ir. Marie-Abraham.

¹² Cf. SUMM, fol. 310. *Julienne Epalle Testimonio* 26, p.81.

¹³ É mais do que provável que a família tenha recorrido a Linossier, amigo da família, para ser readmitido. Ele chegava, neste ano, como professor do seminário.

¹⁴ Neste segundo ano de sua presença no seminário, o edifício sofreu reformas, pois Périer construiu um edifício de três andares para instalar o refeitório e o dormitório e poder acolher uns 160 a 180 seminaristas, que vão colaborar em sua construção. O seminário passou a ter sete em vez de três professores e cinco pessoas de serviço.

¹⁵ Balko, Alexandre. Tradução de Jaime Juaristi. *Juventud y estudios de Marcelino Champagnat. Apuntes*. CEPAM.

alegre”. Todos eles frequentavam os bares, apesar de estar proibido no regulamento do seminário:

“Em Verrières... no decorrer de seus dois primeiros anos, ele foi incluído no contingente da banda alegre”¹⁶.

Não é de estranhar a ausência de melhora em Marcelino, pois a organização do centro e os estudos deixavam muito a desejar, e não ajudavam os seminaristas. Um relatório do Pe. Cabarat, publicado no ano seguinte, mas que descreve esse segundo ano, nos ajuda a entendê-lo:

“A fonte que abastece a casa fica fora, numa praça pública, em frente da porta de entrada. Assim, os rapazes estão assim expostos a sair frequentemente, sob pretexto de ir buscar água... A aldeia de Verrières é um lugar popular de passagem. HÁ MUITOS BARES. (...)

A vigilância não é muito cuidadosa. A comunicação com estranhos é muito fácil. O Pe. Pèrier pouco se importa com os estudos... Em geral, os professores não parecem afeiçoados ao estabelecimento. Apenas o Pe. Linossier está contente”¹⁷.

Quando a direção não se ocupa dos estudos e os formadores não estão à vontade, numa casa de formação é bem difícil que os próprios seminaristas estejam centrados em sua vocação. É o que ocorreu com Marcelino. Esse curso não foi um fracasso tão notório, mas está longe do

êxito que lhe conferiu a biografia ao afirmar que Marcelino “avançou duas séries em um ano”¹⁸. Na realidade, os professores, considerando que estava numa série inferior àquela que lhe tocava por idade, como sucedia à maioria dos estudantes, fizeram-no pular a sétima série.

O sexto ano ou a sexta série, 1807 – 1808, era o terceiro de sua permanência em Verrières. Marcelino completava 19 anos. Muitos escritos assinalam sua conversão nesse ano, referindo-se a Bedoin, pároco de La Valla:

“A morte inesperada de um de seus colegas de classe e a repreensão salutar do Pe. Linossier, professor de retórica, foram a oportunidade e causa da conversão sólida e perseverante de M. Champagnat”¹⁹.

Seu condiscípulo chamava-se Denis Duplay. Sua morte ocorreu no dia 2 de setembro de 1807. Tratava-se de um estudante com o qual tinha boas relações e coincidia no caráter. Essas circunstâncias, além do chamado à ordem do chefe de estudos e de disciplina, propiciaram nova ocasião de pesar e de reflexão. Mas a melhora do seminarista se fez esperar. As condições acadêmicas de seu grupo continuavam sendo desfavoráveis.

Sua classe contava com alunos de idades muito diferentes que iam de 10 a 23 anos. Este fato complicava, ex-

¹⁶ Pe. Bedoin, pároco de La Valla. A. Carazo. Roma. 1991. Citado em: A. LANFREY, *História do Instituto I*, FMS, Roma 2015. p. 37.

¹⁷ Cadernos maristas, nº 34. FMS, Roma maio 2016, p. 162-164. Relatório sobre Verrières. Ir. André Lanfrey.

¹⁸ *Vida*, 1ª parte, cap. II.

¹⁹ Citado em A. LANFREY, *História do Instituto I*, FMS, Roma 2015, p. 37.

traordinariamente, um ritmo de estudos adaptado ao grupo. O professor Simon Breuil, com 20 anos de idade, tinha apenas um a mais que Marcelino, e alguns de seus alunos ultrapassavam sua idade. Além disso, era seu primeiro ano como professor e tratava-se, na realidade, de um seminarista como eles, pois ainda não havia sido ordenado. A melhora de Marcelino não chegara ao grau de poder superar esse tipo de situações adversas. As notas comparativas da classe, no item conduta, no-lo certificam:

“7 alunos com ‘muito boa’; 11 com ‘boa’; 2 com ‘aceitável’; 4 com ‘deficiente-mediana’; 1 com ‘má’; 2 com ‘suspeita’; 2 com ‘moralidade duvidosa’”.

Marcelino se encontra no grupo de ‘deficiente-mediana’. O padre Coste comenta estes resultados:

“Ao comparar suas notas com as de outros alunos, em relação à sua conduta, ele não era bem visto por seus professores”²⁰.

A turma do quinto ano (1808-09) foi a mais numerosa: 43 alunos. Era o quarto ano, no seminário de Verrières para Marcelino. Os dados sugerem que ele o viveu como tempo de transição, deixando-se levar pela inércia. No dia 10 de fevereiro de

1808, valeu-se de sua condição de seminarista ao ser liberado do serviço militar. Este foi o motivo para saltar o ano escolar seguinte, e passar diretamente ao terceiro. Tratava-se de uma medida administrativa que afetava o grupo todo²¹ e não, de um progresso acadêmico intensivo.

Desse modo, precisamos esperar até o terceiro ano ou 3ª série (1809-10) para poder testemunhar a transformação de Marcelino. Tinha então 21 anos e era seu quinto ano de seminário.

Tudo começou com a nomeação de um novo Diretor: o padre Barou²². Tratava-se de um sacerdote muito mais organizado que seu predecesor²³. O ambiente de maior exigência acadêmica e a coerência dos professores com sua condição de formadores na espiritualidade própria de um seminário influenciaram, notavelmente, para que Marcelino começasse a corrigir seu comportamento.

Durante este ano, ademais, faleceu sua mãe, no dia 24 de janeiro de 1810. Tinha 64 anos.

Marcelino viveria esta morte com maior sossego e naturalidade do que as perdas familiares de sua adolescência. Esta vez, o sofrimento e o luto por ela constituíram ocasião favorável para refletir sobre o sentido da vida e as metas que queria alcançar... e se decidiu por sua vocação sacerdotal.

²⁰ OM I, 140, nota: “Marcelino era, pois, pouco apreciado por seus mestres, devido à sua conduta”.

²¹ Certamente, os alunos dividiram, neste ano, disciplinas do 5º e de 4º.

²² O P. Barou havia sido professor em Argentière por um ano. Foi exatamente o tipo de pessoa e de sacerdote que agradou a Marcelino e o elevou a novos níveis de esforço.

²³ O seminário se ampliou, ocupando também o Castelo de Solailan, presente de Antonieta Monte.

O melhor testemunho dessa mudança radical, no rumo de sua vida, temo-lo em seus autógrafos, lançados em seu caderno de propósitos, que contém suas resoluções²⁴. Este primeiro manuscrito que se conserva do santo recolhe todos os elementos essenciais que ocorrem numa verdadeira e sincera conversão:

“Oh Senhor e Deus meu, prometo não vos ofender mais e fazer atos de fé, esperança e outros semelhantes, sempre que me lembrar; não voltar mais à taberna sem necessidade; fugir das más companhias; em uma palavra, não fazer nada que vá contra vosso serviço. Ao contrário, dar bons exemplos e levá-los à virtude, enquanto de mim dependa; instruir os demais em vossos divinos preceitos; ensinar o catecismo tanto aos pobres como aos ricos”²⁵.

Seus propósitos têm como objetivo a decisão firme de começar a viver com coerência. A primeira resolução – não vos ofender mais – é uma manifestação sobre uma mudança de rumo vital: do mal para o bem.

O segundo propósito, “fazer atos de fé, esperança e outros semelhantes”, alude ao viver na presença de Deus. Marcelino vê a si mesmo

habitado por Deus, como criatura sua. Seu interesse centra-se, agora, em falar a esse Ser que mora nele, através de breves orações, em qualquer momento do dia²⁶.

A terceira decisão, “não retornar à taberna sem necessidade”, faz ver que o costume de ir aos bares foi persistente. A expressão “não voltar” indica deixar algo que ainda se costuma fazer²⁷. “Sem necessidade” sugere que se tratava de um costume arraigado para os momentos de folga. Este compromisso autobiográfico pode nos ajudar a ver a vida de Marcelino com maior realismo. A resolução contradiz o testemunho do pároco Bedoin que limitava esse costume aos dois primeiros anos, em Verrières, visto que o protagonista afirma querer deixá-lo em seu quinto ano de seminarista.

A quarta resolução, “fugir das más companhias”, recolhe uma estratégia muito conhecida: a fuga. As relações prejudiciais corrompem os bons costumes e daí a necessidade de deixá-las. Marcelino, jovem sociável e alegre, amigo de brincadeiras até o fim de sua vida, se unira a um grupo de amigos que lhe dificultavam se centrar nos estudos. A

²⁴ Este manuscrito está sem data. A data proposta pelo arquivo oficial marista, 1812, é apenas uma possibilidade remota. Este texto é autônomo e anterior ao manuscrito datado em 1812, porque se vê um começo, uns propósitos determinados e um final. Balco o datou em finais do ano letivo de 1810. Parece mais razoável por ajustar-se melhor ao contexto e ao resto dos dados que temos de Marcelino.

²⁵ RESOLUÇÕES.

²⁶ É o que santa Teresa denomina o chamado a entrar no castelo interior, isto é, dentro de si mesmo, onde o ser humano se encontra habitado por Deus (Cf. 1 M 1,59).

²⁷ Alguns visitantes do seminário, como o Pe. Cabarat, em 1808, já advertiram a necessidade de “controlar de maneira mais rígida as saídas dos seminaristas”, dado que Verrières, por ser cidade de passagem, tinha muitas tabernas.

personalidade rica e extrovertida do seminarista foi “difícil de domar”²⁸, e por isso, somente obteve resultado, graças a um trabalho constante e progressivo consigo mesmo.

Depois dessa primeira série de propósitos, sobre ações a serem alteradas, começa a segunda parte do texto mais criativo e otimista, onde percebe a si mesmo como luz (Mt 5,14). Luz diante de seus companheiros “dando-lhes bons exemplos e levando-os à virtude”. A estratégia de recém-convertido faz relação ao testemunho público e, ao mesmo tempo, ao trato pessoal com aqueles que ele poderia convencer a emendarem sua conduta e centrá-los em sua vocação:

“Não satisfeito com ser modelar em tudo, aproveitava todas as oportunidades para levar seus colegas à prática da virtude... Certo jovem... desgostou-se completamente do estudo e da piedade. Já se dispunha a deixar o seminário. ... Fizeram a novena e ... percebeu então que a causa de seu desânimo nos estudos e o enfraquecimento de sua piedade resultavam dos maus conselhos de um companheiro relaxado”²⁹.

Como consequência desta tática, Marcelino passará das “más companhias” para organizar um grupo de amigos centrados em sua vocação.

A segunda promessa consistia

em ser testemunha e “instruir aos demais em teus preceitos”, intuindo sua missão futura como pastor que guia o rebanho, na paróquia a que for destinado. Entrevê sua missão como sacerdote pelo prisma do magistério.

E termina sua lista de iniciativas pessoais com uma muito significativa: “ensinar o catecismo”. Pressentimos, nesse desejo de catequizar, o embrião do carisma fundacional de evangelizar as crianças e levá-las a Deus, o que, um dia, desenvolverá como fundador. Os testemunhos de sua estada de verão, em Rosey, como seminarista, serão a melhor prova da fidelidade a este compromisso escrito:

“Frequentemente reunia, em seu quarto, as crianças do lugarejo para ensinar-lhes o catecismo e as orações”³⁰.

Descobrimos, no conjunto desses primeiros autógrafos, uma pérola por polir. Tratava-se de um seminarista, Marcelino, que apenas convertido, começava a intuir o sentido de sua vida, tornando-se sensível à sua vocação. No escrito não vemos nada de prodigioso e heroico. A heroicidade consistirá, simplesmente, em levar adiante, de maneira sistemática, inclusive obstinada, o plano que, inspirado pelo Espírito, havia proposto para si mesmo.

²⁸ BALKO, p. 59.

²⁹ “Marcelino... fazia-lhe companhia durante os recreios, e...disse-lhe: “Meu amigo, de duas uma: ou mereceu ou não mereceu tais castigos. Se você os mereceu... não deve se entristecer, menos ainda, criticar seu mestre. ... Se você acha que não mereceu, deve receber o castigo ... a fim de exercitar a mortificação e imitar Jesus Cristo...” VIDA 1ª, cap. 2, p. 15-16.

³⁰ VIDA 1ª, cap. 3. p. 23

3. O NASCIMENTO DO LÍDER

É compreensível que uma instituição de educadores tenha cuidado em passar por alto uma etapa de seu fundador com fracasso escolar, visto que sua figura é proposta como modelo aos seminaristas e aos alunos da citada instituição. Entretanto, a compreensão desse fracasso pode dar-nos uma percepção mais profunda e completa da origem que teve o carisma marista.

Os primeiros testemunhos que nos falam dos motivos que Marcelino propunha para fundar os Irmãos podem iluminar-nos. Os relatos falam de que, ante sua insistência, os demais membros do grupo, que um dia firmariam a promessa de Fourvière, não se opunham, mas sua ideia lhes parecia não ter importância. Finalmente lhe disseram:

“Pois bem, encarregue-se você dos Irmãos, pois que teve a ideia de fundá-los”³¹.

E como justificava seu propósito? Seus discípulos o receberam assim:

“Minha educação inicial foi muito deficiente. Sentir-me-ia feliz de poder contribuir e fazer chegar aos demais os benefícios que eu não tive”. E foi atendido”³².

Marcelino alude à sua educação inicial deficiente. A expressão vai além da historieta infantil da bofeta-

da do professor, na escola de Marlies, e nos faz entrever o quadro de dificuldades educativas graves e prolongadas no tempo. Seu interesse em fundar Irmãos foi consequência da RESSONÂNCIA INTERIOR que lhe provocou sua experiência dolorosa, profunda e extensa, causada por seus fracassos acadêmicos e formativos. Essas dificuldades foram causadas pela falta de formadores capazes e com vocação.

Às vezes agimos como se desconhecêssemos a dinâmica que se deu nos chamados de Jesus. Esquecemos, por exemplo, as origens dos apóstolos, antes de estar com Jesus, que os chamou em seus ofícios “pagaños” e “pecadores”. Como no caso da vocação de Mateus (Mt 9,9-13), em que todos se escandalizavam dessa eleição. Mas Deus não julga como os homens, dali a expressão de Jesus para justificar a companhia de Mateus: “Não vim chamar os justos, mas, sim, os pecadores”.

Nos cursos formativos do cárcere que ensino sobre Acompanhantes do Programa de Prevenção de Suicídios (P.P.S), pude comprovar que os voluntários, como companheiros de presos diagnosticados em perigo de suicídio, são outros presos que já passaram por esse risco e o superaram. E, por vezes, o melhor cuidador de um viciado em drogas é um ex-viciado.

A mesma lógica de atuação podemos aplicar a Marcelino: um aluno com fracasso escolar em sua infância,

³¹ VIDA 1ª, cap. 3, p. 28 - A citação em pé de página 29: “Diz o Padre Colin nas suas memórias: ‘A ideia da fundação deste Instituto era dele. Foi ele que, impressionado pelas dificuldades enfrentadas para se instruir’...” (OME, doc. 171, p. 470).

³² MAITREPIERRE, OM II, doc. 752, linhas 702-709.

adolescência e juventude, converteu-se no fundador de uma instituição de educadores. Não esqueçamos que o maior dos êxitos sucede, com frequência, depois de haver provado amargos fracassos, e que “boas pessoas vêm à sabedoria por meio do fracasso”³³. Assim sucedeu a Marcelino: de suas “inúmeras dificuldades para aprender a ler e a escrever”³⁴, surgiu a inspiração de dar origem a uma instituição de educadores.

4. A CONFIRMAÇÃO DE SUA CONVERSÃO: AVALIAÇÃO ACADÊMICA

No ano seguinte à sua mudança de vida, ele foi para o segundo ano, fazendo Humanidades (1810-11). Agora sim, Marcelino estava preparado para assumir a tarefa da vigilância do dormitório, ajudando Pe. Linossier na disciplina, e diminuindo seu tempo de sono para estudar. A atribuição dessa responsabilidade “era recompensa a vários anos de esforços por uma conduta exemplar”³⁵.

Os frutos dessa conversão se tornaram sólidos e visíveis com o passar do tempo. Um dos aspectos em que podemos comprová-lo é a ava-

liação acadêmica que fizeram seus professores. Basta colocar em paralelo suas notas anteriores à mudança e as que lhe seguiram:

“Trabalho: suficiente; Capacidades: suficiente; Conduta: mediana (corrente) (1810).
Trabalho: muito; Conteúdos: fraco; Conduta: muito boa. Caráter: bom”. (Filosofia, 1813)

Marcelino dera uma volta completa à percepção que dele tinham seus educadores. Referimo-nos à volta copernicana ocorrida no trabalho – de *suficiente* para *muito* – e na conduta – de *mediana* para *muito boa*.

Entretanto, a qualificação dos conteúdos continuou baixa: apenas um ‘aprovado’ apesar de seus esforços. Temos a confirmação das dificuldades que ele teve na assimilação dos conteúdos, nos resultados do exame de entrada no seminário de Lyon, realizado por todos os seminaristas, uns meses depois:

“5 seminaristas: bem satisfatório; 19 seminaristas: satisfatório; 27 seminaristas: média (do grupo); 16 seminaristas: insatisfatório (suspensos); 08 seminaristas: muito insatisfatório; 05 seminaristas: não receberam qualificação”³⁶.

Marcelino estava no grupo com “insatisfatório” (suspensos). Através deste

³³ Frase de William Saroyan (Califórnia, 1908 - 1981) foi filho de imigrantes armênios pobres. Destacou-se como escritor de numerosas obras e contos sobre o tema de emigrantes.

³⁴ CARTA 34, ao rei.

³⁵ BALKO 1, 89.

³⁶ Não receber nenhuma qualificação significava que o estudante era fraco demais para ser avaliado (ZIND 1, nº 125, 3). As qualificações foram colhidas de “Extraits du registre des élèves du grand séminaire St. Irénée”, Arquivos do Seminário Maior de Lyon, reg. 1, Ano escolar 1813-14.

dado, entre outros, confirmamos “seu caráter não intelectual”³⁷. Esta situação, em vez de interpretá-la como negativa, é preciso descobri-la como o dom que o impulsionou a colocar-se no nível das pessoas simples, convertendo sua dificuldade em dom.

5. O “CONHECE-TE A TI MESMO” COMO PRIMEIRA TAREFA FORMATIVA

No ano escolar (1811-12), com 23 anos, estudou Retórica. Deste ano data o segundo texto autobiográfico de Marcelino, que nos ajudará a ver os primeiros passos em sua evolução espiritual:

“Confesso, Senhor, que ainda não me conhecia; que ainda tenho defeitos muito grandes, mas espero que, tendo-me concedido a graça de conhecê-los, também me concederás a de vencê-los, combatendo-os com coragem...”³⁸

A formação começa pela busca do CONHECIMENTO PRÓPRIO. Sua aquisição permitirá afrontar a questão básica de um seminário sacerdotal: o que o seminarista quer fazer com sua vida? Nenhum estudo de Retórica, nem de Filosofia, nem de Teologia,

poderá substituir o “conhece-te a ti mesmo”³⁹. O estudante que não chega a ele, não encontra a missão a que é chamado pessoalmente, mesmo se receber as ordens sacerdotais:

“O conhecimento de si mesmo é o fator principal no descobrimento da missão própria. Seja qual for a forma que tome a missão, sempre lançará suas raízes na identidade de cada indivíduo”⁴⁰.

No escrito, Marcelino confessa o defeito do orgulho. O orgulhoso é narcisista. Tem uma autoestima exagerada, dando-nos uma percepção falsa de nós mesmos. Daí vem que o orgulhoso viva numa miragem. Por isso, o conhecimento próprio provoca um movimento inversamente proporcional ao protagonismo do ego. Para um maior conhecimento, menos ego, pois o autoconhecimento desmascara sua capacidade operativa.

“Falarei indistintamente a todos os meus colegas, seja qual for a repugnância que possa provar; posto que, desde este momento, reconheço que é unicamente o orgulho que tanto se opõe”⁴¹.

Para entender estas linhas precisamos recordar que, durante o ano escolar, entraram novos estudantes, oriundos de Argentièrre, um dos seminários fechados por Napoleão⁴².

³⁷ BALKO 33.

³⁸ “Tomo hoje, neste 9 de janeiro de 1812...” RESOLUÇÕES

³⁹ Monbourquette, J., *A cada cual su misión. Descubrir el proyecto de vida*, Santander: Sal Terrae, 2000, p. 25.

⁴⁰ Jean Monbourquette o expressa magistralmente em MONBOURQUETTE, J., *A cada cual su...*, 26.

⁴¹ RESOLUÇÕES. 1812.

⁴² Entre os estudantes se encontrava Colin; sacerdote que será mais tarde o primeiro superior da Sociedade de Maria.

Certamente isso mudou a convivência que até então existira em seu grupo, depois de quatro anos, dando origem a rivalidades ou antipatias entre eles.

Marcelino havia decidido romper com seu antigo grupo de amigos – a banda alegre – e iniciar um caminho de maior abertura em suas relações. Agora tinha uma ótima oportunidade. Que dificuldade houve para sua abertura? Seu orgulho, seu ‘ego’, que se alimenta de “comparações”⁴³ e de imaginar-se superior para ocultar seus próprios medos. Essa era a origem de suas “repugnâncias” que decide afrontar e superar.

Nessas resoluções se percebe a docilidade que Marcelino começa a ter com seus formadores, empregando, para corrigir-se, o método sugerido por eles⁴⁴. Tratava-se de uma dinâmica que consistia em opor-se diametralmente às tentações passando ao extremo contrário, propiciando desse modo maior objetividade no equilibrar a balança⁴⁵.

Os frutos desses propósitos sobre as antipatias serão percebidos logo ao começar sua vida em La Valla. Seus paroquianos contam que ele “falava com prazer com qualquer um que encontrasse... não era nada

orgulhoso”⁴⁶. E os Irmãos, com os quais, em certas ocasiões, passava os recreios, sempre agradeceram a proximidade que lhes demonstrava.

CONCLUINDO

Nossa narrativa, se voltássemos o olhar para o passado e imaginássemos o jovem Marcelino com 16 anos, entrando pela primeira vez no seminário de Verrières, compreenderíamos que nesses momentos não tinha claro o que queria fazer com sua vida. Víktor Frankl define esta ausência de sentido como “frustração existencial”:

“O homem somente é capaz de se realizar na medida em que realiza um sentido”⁴⁷.

Encontrá-lo levou seu tempo. Este trabalho é experiencial e não intelectual, porque

“existe grande diferença entre filosofar sobre o sentido da vida e encontrar o sentido de minha vida”⁴⁸.

Marcelino o conseguiu! No entanto, sobrava-lhe muito caminho pela frente.

⁴³ O *ego* é definido socialmente como **um conjunto de atitudes soberbas, desconsideradas, competitivas e interessadas**. Significado de ego <http://significado.net/ego/#ixzz4Zi8NEdSo>

⁴⁴ *Opositum per diametrum*. Cfr. E.E. nº 12.

⁴⁵ Se o *ego* incitava Marcelino a crer-se um “sabe-tudo”, por exemplo, nos trabalhos manuais que faziam no seminário, passa ao outro extremo e se vê “como o último da classe”. Ante a tendência de ver-se melhor que outros, percebe-se “sem as virtudes” que outros sim o têm.

⁴⁶ Testemunho do processo de beatificação, citado em BALKO, p. 43.

⁴⁷ Víktor Frankl. *El hombre doliente*. Herder, 1972.

⁴⁸ MONBOURQUETTE, J., *A cada cual su misión. Descubrir...*, 53.

ABREVIATURAS

- AA: AVIT, Frère. *Anales del Instituto* (Tradução do Ir. Jaime Juaristi Melanesio). Guadalajara, JAL, México.
- BALKO A.: BALKO A. *Marcelino Champagnat: Volviendo a las fuentes*. Zaragoza 1983.
- BALKO 1: BALKO A. *Repensons a nos origines. Juventud y estudios de Marcelino Champagnat*. Roma, 2001.
- CARTA: *Cartas del P. Champagnat* (Crónicas Maristas V). Zaragoza: Edelvives, 1985.
- CEPAM 2000: www.cepam.umch.edu.pe/cepam/ch332000.doc.
- EE: SAN IGNACIO DE LOYOLA, *Ejercicios espirituales*, Mensajero. Bilbao, 2000.
- M: SANTA TERESA DE ÁVILA, *Obras completas. Las moradas*. Burgos, 1987.
- OM: J. COSTE, G. LESSARD, *Origines Maristes (1786-1836) Tomos I-IV*, Roma, 1985.
- RESOLUÇÕES: M. CHAMPAGNAT, “Resoluções”, em SESTER, P., *Origines des frères maristes 1*. Roma, 1985.
- SUMM: A. CARAZO, *Témoignages sur Marcellin Champagnat. Enquête diocésaine de Lyon pour l'introduction de la cause de béatification et de canonisation de Marcellin-Joseph-Benoit Champagnat (1888-1890)*. Roma, 1991.
- VIDA: FURET, J. B. *Vida de J. B. Marcelino Champagnat* (Edição do Bicentenário), São Paulo: Brasil. 1989.
- ZIND 1: ZIND, P. FMS. *Sur les traces de Marcellin Champagnat I*. Roma, 2001.

BIBLIOGRAFIA

- LANFREY, A. *História do Instituto I*, FMS, Roma 2015.
- Cadernos maristas, nº. 34. FMS, Roma maio 2016.
- CHAUSSE, J.M. *Vie de J. L. Duplay*. Delhomme et Briguet. Saint-Étienne. 1887.
- GROLLMAN, E. *Straight talk about death for teenagers. How to cope with losing someone you love*, Beacon Press, Colorado, 1993.
- MONBOURQUETTE, J. *A cada cual su misión. Descubrir el proyecto de vida*. Santander: Sal Terrae, 2000.
- PAYÁS, Alba. *El mensaje de las lágrimas*. Barcelona: Paidós, 2014.
- THIERY I. ,FMS. *Vie de Bienheureux Marcelino Champagnat*, Genval. 1956.
- FRANKL, Viktor. *El hombre doliente*. Herder, 1972.

ALGUMAS PRECISÕES SOBRE A UNIDADE DE GOVERNO dos Irmãos Francisco, Luís Maria e João Batista



Juan Miguel Anaya
Torres, fms¹

Este artigo é mais extenso que de costume. A Comissão de Patrimônio decidiu, entretanto, que fosse publicado como está, devido à importância do tema.

RESUMO

O presente artigo examina 7 situações em que a unidade de governo dos Irmãos Francisco, Luís Maria e João Batista, que a tradição marista qualificou classicamente como modular, até chegar a cunhar a expressão os *três-um*, parece ter sido exagerada e reinterpretada pela tradição marista.

Estes fatos são: a transformação dos edifícios da antiga propriedade Patouillard em l'Hermitage, em 1841; a carta confidencial do Ir. Francisco a alguns Irmãos pedindo uma ajuda para sua tarefa de governo, em 1846; o fracasso no intento do Ir. Francisco de obter a aprovação canônica do Instituto; a construção da nova Casa Geral em Saint-Genis-Laval; as dife-

renças que mantêm os três Irmãos sobre o modo de obter receitas e, especialmente, suas opiniões sobre os internatos (estas três situações são da segunda metade dos anos cinquenta); as razões para a renúncia do Ir. Francisco, em 1860; e a existência de diferentes tradições sobre o papel desempenhado pelo Ir. Francisco na história do Instituto.

Do exame de tais situações parece deduzir-se que existe entre eles uma discordância sobre os meios de animar, administrar e governar o Instituto que vai além de eventuais situações pontuais, afetando o mesmo conceito de governo e os princípios e meios que devem ser usados nessa tarefa que os *três-um* herdaram do Pe. Champagnat.

¹ Juan Miguel Anaya Torres nasceu em 1958 em Sevilha (Espanha). Em 1977 fez sua primeira profissão no Instituto dos Irmãos Maristas. Em 1980 começou a trabalhar nos colégios de sua Província Marista. Encarregou-se de temas esportivos, pastorais, sociais, solidários e educativos, sendo tutor, professor ou diretor em diversos Colégios e na Escola Universitária de Formação de Professores de Alcalá de Henares (Espanha). É membro fundador da ONGD SED. Coordenou diversas atividades relacionadas com o apostolado escolar e a solidariedade na Espanha. No ano de 2002 foi nomeado Procurador-Geral do Instituto Marista, cargo que desempenhou até o ano de 2011. É Mestre, Licenciado em Matemáticas, Licenciado em Direito Canônico, Licenciado em Ciências Religiosas, Doutor em Direito Canônico e Master Universitário em Recursos Humanos. Foi Conselheiro Provincial de 1989 a 2002 e de 2012 a 2016. Participou nos Capítulos Gerais de 2001 e 2009.

1. INTRODUÇÃO E MÉTODO

Este artigo pretende ser uma investigação bibliográfica que, tendo em conta materiais existentes em livros, artigos, manuscritos, cartas e outros arquivos, impressos ou virtuais², permita revisar um conceito próprio de nossa história institucional que, à luz de algumas observações presentes nos documentos citados anteriormente, pode ter sido exagerado e reinterpretado na transmissão oral e escrita.

Trata-se concretamente do exemplo de unidade que tradicionalmente se atribuiu aos Irmãos Francisco, Luís Maria e João Batista em seu governo durante os anos posteriores à morte do Pe. Champagnat, que levou a chamá-los os *três-um*.

Propomo-nos investigar um tema cujos dados estão fragmentados no tempo e que exigirá uma visão de espaços geográficos diversos. Precisamente por isso, optou-se por uma investigação bibliográfica, que proporciona a possibilidade de alcançar uma gama maior de fenômenos. Já que se quer fazer um estudo histórico, este tipo de investigação é o que dá mais oportunidades para acertar e contribuir com algo significativo para o conhecimento da história marista.

Pretendeu-se que as fontes do estudo fossem as Cartas e Circulares

dos implicados que fizeram referência ao eventual processo que permitiu aos três Irmãos crescer em sua unidade no governo, ou a motivos de desacordo que se poderiam identificar. Também testemunhos extraídos do Diário do Ir. Francisco ou outros documentos administrativos oficiais que se podem encontrar nos Arquivos da Casa Geral.

A literatura crítica sobre este tema será proporcionada pelo *Bulletin de l'Institut*, as Biografias do Ir. Francisco, alguns livros de nossas origens, de autoria dos Irmãos João Batista, Silvestre e Avit, e alguns outros estudos sobre o período, existentes na Biblioteca da Casa Geral ou em Cadernos Maristas.

2. ORIGEM DA EXPRESSÃO OS TRÊS-UM

Para compreender de onde surgiu essa tradição marista que afirma tão fortemente a união do Ir. Francisco e seus Assistentes-Gerais, Irmãos Luís Maria e João Batista, temos que ler o que nos disse o próprio Ir. João Batista em sua obra *Avis, Leçons et Sentences*:

[Nosso venerado pai] Compreendia que a força vem da união, e que esta é a garantia da obediência dos súbditos e da prosperidade e bom go-

² A maioria desses materiais estão escritos originalmente em francês. Pode-se consultar a bibliografia, no final do artigo, para distinguir aqueles materiais que já foram traduzidos para o espanhol numa versão oficial. Quando existe tal versão se usa diretamente. Quando não existe a versão em espanhol, o autor do artigo realizou pessoalmente a tradução correspondente. Optou-se por conservar em espanhol os nomes dos Irmãos Francisco, Luís Maria e João Batista, já que é assim que são conhecidos no mundo hispano-americano.

verno de uma comunidade religiosa. Não deixou, portanto, de recomendar várias vezes ao Irmão Francisco, seu sucessor, e a seus colaboradores no governo da congregação, que vivessem concordes e permanecessem sempre unidos. “Terão muitas dificuldades, lhes digo, mas não percam a confiança: Deus estará com vocês, se permanecerem unidos, visto que é sua obra que realizam”³.

O Irmão Francisco e seus dois Assistentes, não só pelo carinho que professavam a seu venerado pai, mas também por virtude e dever de consciência, tomaram a peito mostrar-se fiéis a esse conselho do padre Champagnat: sua união foi completa, constante e inalterável. Foi sua força e sua glória, deu-lhes autoridade perante os Irmãos e foi a causa principal de todo o bem que realizaram ao instituto marista. Fazer constar isso aqui foi a razão de intitular este capítulo *Da união, vem a força*, para que sirva de modelo para todos os Irmãos, singularmente para os chamados a governar a congregação.

Quando o fundador ainda vivia, os Irmãos Francisco, Luís Maria e João Batista, os três aproximadamente da mesma idade⁴, foram eleitos por todos os Irmãos professores, em nú-

mero de noventa e dois, para governar o instituto: o primeiro, como Superior-Geral, e os outros dois como seus Assistentes. Após a eleição, presidiu pessoalmente pelo R. Pe. Colin, o Pe. Champagnat se mostrou satisfeíssimo pelo resultado do escrutínio e pronunciou estas palavras: “Alegro-me pela eleição: são precisamente os homens que eu desejava. Louvado seja Deus por tais votações!”⁵

Os três eram veteranos⁶. Viveram muito tempo com o piedoso fundador, foram formados particularmente por ele e o ajudaram no governo do instituto. Aproveitaram seus exemplos e lições, e estavam totalmente imbuídos de suas ideias e princípios: o espírito do fundador passou íntegro a cada um deles, e esse espírito foi a alma de sua administração e de cada um de seus empreendimentos.

Confiou-se-lhes o governo da congregação no momento mais crítico e nas piores circunstâncias, isto é, na morte do fundador: quando o instituto mais necessitava de chefes prudentes e esclarecidos para seu governo; quando se impunha recolher as tradições dos começos e revisar as regras e o método de ensino, a aplicação de todos os princípios do fundador e terminar seu trabalho.

³ Cf. H. Juan Bautista, 1989, p. 249.

⁴ Nasceram, respectivamente, em 1801, 1810 e 1807.

⁵ Ir. João Batista, 1988, p. 319. Afirma-se algo parecido em Ir. Silvestre, 1990, p. 76. A citação aparece recolhida em todas as biografias do Ir. Francisco, mas chama a atenção que este testemunho do Ir. João Batista apareça nas Sentenças, sem se refletir na biografia do Pe. Champagnat do mesmo autor. Cf. Ponty, 1899, p. 56; Chastel, 1948, p. 52; Michel, 1996, p. 71.

⁶ Não se trata de uma veterania absoluta, já que tinham cerca de 30 anos de idade e, no caso do Ir. Luís Maria, nem sequer se pode afirmar que fosse *veterano* no instituto, porque havia ingressado em 1831. Mas sua formação humanística e teológica no seminário maior lhe dava a venerabilidade dos outros, admitidos em 1818 (Francisco) e 1822 (João Batista).

É evidente que não se tratava de uma tarefa fácil. Se o fizeram, é sobretudo porque permaneceram unidos. Eis aqui algo realmente fora do comum e digno de admiração: três homens, de temperamento muito diferente, governaram juntos a congregação durante mais de vinte anos, sem deixar transparecer a menor divergência de opiniões, sem que se pudesse notar, uma única vez, que um deles pensasse algo diferente dos outros dois.

A qualquer deles que se consultasse, se ouvia sempre o mesmo estilo, visões idênticas e avaliação das coisas, idêntica maneira de tratar os assuntos; em suma, o mesmo espírito e governo. Jamais concedeu um o que outro tivesse negado, jamais um deles criticou, nem sequer com o menor gesto de desaprovação, o que os outros dois houvessem feito ou dito.

Ao escutá-los, ao vê-los agir, dir-se-ia que os três só tinham uma alma; pelo menos havia que reconhecer que um mesmo espírito os animava. Essa união perfeita, que tanto os honra, era tão manifesta, que a autoridade e a ascendência eram idênticas nos três, e se considerava resolvido e sem apelação o que qualquer um deles houvesse ordenado, prometido ou realizado.

Um dos Irmãos mais capacitados e perspicazes, assombrado diante dessa união tão perfeita e constante, que em tantas ocasiões poderia ter, se não quebrado, ao menos debilitado por divergência de pareceres e modos de agir, exclamou:

“Seria empresa mais árdua dividir esses três homens que plantar um rosal em pleno oceano”.

Locução um tanto pitoresca, porém, muito adequada para mostrar quão íntima era a união, o que dela pensavam os Irmãos e quanto influía neles para manter o espírito de submissão e obediência.

Um venerável sacerdote, que teve de tratar vários assuntos com a administração do instituto, disse a um Irmão diretor: Seus *três-um* são a confirmação mais evidente que tive até hoje desta máxima do Espírito Santo:

“Uma corda tripla
não se arrebenta facilmente” (Ecl 4, 12).

O mais admirável e digno de louvor em tal união é ter-se conservado inalterável no meio das circunstâncias mais próprias para rompê-la ou, pelo menos, debilitá-la. O Irmão Francisco, praticamente enfermo crônico ou impossibilitado de agir, se vê forçado a deixar o peso da administração aos Assistentes, que dividem o trabalho, tratam dos negócios, dirigem os Irmãos, tudo ordenam e se ocupam de tudo com tão perfeito espírito de união e entrega pessoal, que a autoridade do Irmão Francisco, longe de diminuir, não parou de robustecer-se, e os Irmãos quase não se deram conta de que ele se eclipsava e só atuava por meio de seus dois Assistentes.

O Capítulo Geral de 1860 manifestou muito claramente quanto havia comovido os Irmãos aquele exemplo de união. Votou, por unanimidade, que se pintasse um quadro⁷ com o trio de superiores unidos pelo mes-

⁷ O quadro pode ser visto em H. Juan Bautista, 1986, p. 12.

mo espírito, para que tal representação recordasse a todos os Irmãos esse fato singular e edificante (H. Juan Bautista, 1988, p. 319-321).

Mas diversas observações encontradas em vários materiais, partindo já do mesmo ano de 1841, me suscitaram dúvidas sobre tal unidade ou, pelo menos, me levaram a concluir inicialmente que essa unidade não se deu de imediato, mas que os Irmãos citados tiveram que trabalhar para consegui-la e precisaram de ajuda em seu caminho para alcançá-la.

Enumeremos, e expliquemos brevemente, cada um dos casos a que me refiro.

3. TRANSFORMAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA PROPRIEDADE PATOUIILLARD EM L'HERMITAGE

Cronologicamente falando, a primeira nota que encontrei, discordando da versão tradicional, é um relato do Ir. Avit sobre a transformação de edifícios, em l'Hermitage, para organizar melhor a produção de tecido, por atacado, nessa casa (cf. Ir. Avit, 2012, ano 1841, n. 48).

A casa atual de l'Hermitage se situa em ambos os lados do Gier, mas nem sempre foi assim. Quando, em 13 de maio de 1824, Champagnat e Courveille compraram, no município de Saint-Martin-en-Coailleux, o terreno onde queriam levantar a casa de l'Hermitage de Nossa Senhora (cf. Ata de compra e venda, em Perrin, 2014, p. 140), do outro lado do rio, que pertence ao município de Izieux, se es-

tabeleceram oficinas ou edifícios industriais pertencentes a Antoine Thiollière-Laroche que os venderá, a partir de 3 de julho de 1824, a Mathieu Patouillard, que se tornará desse modo vizinho de l'Hermitage até 1º de janeiro de 1839, data da venda dessa propriedade a Champagnat, pela importância, elevada para aquele tempo, de 39.000 francos. Assim, apesar de seu nome, l'Hermitage continuará sendo durante 15 anos uma casa obrigada a ter uma vizinhança muito próxima, porém com uma vocação completamente distinta.

Conhecemos um pouco o Sr. Patouillard pelas fontes maristas, graças à ata de compra e venda realizada em 1839 (cf. Perrin, 2014, p. 153-154). Tem por esposa Françoise Touillieu, e três filhos: Jeanne, Vincent e André. A ata o assinala como apisoador e descreve com precisão a propriedade adquirida em 1824:

“Consistem em maquinaria, oficina de branqueamento de algodão, casa de habitação, palheiro, estábulo, depósito de água, dique, canal, curso e tomada de água no rio Gier, prado, horta, pastagem, terras, bosques e rochas”
(Perrin, 2014, p.153).

É, portanto, um pequeno industrial, especializado no desengorduramento e cardagem de lã (apisoador) e no acabamento de tecidos de algodão, graças à força motriz proporcionada pelas águas do Gier. Também é dono de propriedades agrícolas em Izieux e em St. Martin-en-Coailleux.

Ao comprar tudo isso, Champagnat duplica mais ou menos a superfície de l'Hermitage e adquire o direito de utilizar a força motriz do Gier.

Na morte do Pe. Champagnat, haviam sido pagos uns 18.200 francos do ajuste (cf. Lanfrey, 2015, p. 122). A dívida restante será uma das principais preocupações do Ir. Francisco, sucessor de Champagnat. O Irmão Avit cita, por outra parte, as condições de um empréstimo de 22.000 francos por 5 anos, obtido pelo Irmão Francisco e o Irmão Jean-Marie junto aos dois filhos do notário Finaz, com uma taxa de 4,5% e o preço de uma inscrição de hipoteca sobre todos os bens ativos da Sociedade civil localizados em Gaux e na Grange Payre (cf. Ir. Avit, 2012, ano 1840, n. 19-22).

Felizmente, o Sr. Antoine Thiollière, industrial de St. Chamond e benfeitor da Congregação, não tardaria em pagar a importância da dívida (cf. Lanfrey, 2015, p.122).

Mas antes desse pagamento providencial, o Irmão Francisco vislumbra

a possibilidade de utilizar o pisão, o moinho e a prensa de azeite (que não é mencionada na ata de compra e venda) que se encontravam nesses edifícios, para criar recursos e fontes de receitas. Já sabemos que os numerosos Irmãos que viviam em l'Hermitage contribuía nas finanças do Instituto com várias oficinas e produções industriais e agropecuárias.

Também é legítimo se perguntar se o Ir. Francisco, ademais, não queria realizar, adaptando-o, o desejo de Champagnat em 1824: estabelecer uma espécie de centro de aprendizagem para adolescentes órfãos, alguns dos quais poderiam chegar a ser Irmãos.

Seus dois Assistentes, que não estão de acordo, recorrem ao Pe. Colin, que desaprova energicamente o projeto, como conta o Ir. Luís Maria que, após consultar o Pe. Colin, escreve ao Ir. Francisco, em 26 de maio de 1841⁸:

Meu muito querido Irmão:

Creio dever comunicar-lhe as disposições do Reverendo Pe. Superior-Geral sobre a construção que o senhor projeta. Já lhe disse que o Ir. João Batista se opõe com toda a energia. Também lhe comuniquei, como ao Ir. João Maria, minhas observações a esse respeito. Eis aqui, mais ou menos, o que me disse o R.P.S.G. ontem de noite. Apenas falamos de uma coisa, das 8 até as 11.

Meus Irmãos, nem pensem, como, sem consultar-me e com mais de 60.000 fr. de dívidas, emprender uma construção que aumentará de 12 para 15.000 fr. ?... E dizem vocês que sou superior... Meus Irmãos, se sou seu superior, não quero ser um superior fantoche [...].

Se fosse algo absolutamente necessário, se poderia aceitar, mas só se fala de utilidade, de presumidos benefícios, de comércio... Meus Irmãos, essa utilidade é real? Os Irmãos a serem empregados nessas fábricas, não seriam suprimidos do ensino, sua principal e única finalidade?

Vocês dizem que empregariam os Irmãos que não podem ensinar, isso é ilusório. Um Irmão esgotado nas aulas não quererá meter-se num pisão, num moinho e num lagar, etc. [...].

Não se deveria, pelo menos, deliberar sobre esse assunto numa reunião do Conselho e com os principais Irmãos? Não deveriam submeter-me seu plano, os orçamentos? [...].

⁸ A carta inteira, que trata também de outros temas, pode ser encontrada em Lessard (Ed.), 2007, doc. 267.

Cada um age por conta própria, vocês não se põem de acordo mesmo estando juntos, dizem que fizeram observações, que o Ir. João Batista se opõe firmemente, não me consultam em absoluto, e continuam em frente? Não entendo nada. Essa não é a forma de agir

(Ir. Avit, 2012, ano 1841, n. 42-48).

Após essa intervenção do Pe. Colin, provocada pelo Ir. Luís Maria, nos edifícios Patouillard foram instalados os estábulo, a ferraria e a serralhe-

ria, a padaria e vários depósitos que ocupavam os edifícios situados no pátio. Estes últimos edifícios foram demolidos (cf. Ir. Avit, 2012, n. 41-53).

4. A CARTA CONFIDENCIAL DO IR. FRANCISCO A ALGUNS IRMÃOS, EM 1846, E A PROLONGAÇÃO DA SITUAÇÃO ATÉ O CAPÍTULO DE 1852-1854

Nas biografias do Ir. Francisco encontramos referências a uma carta confidencial⁹ enviada aos Irmãos mais

antigos, em agosto de 1846, pelo Ir. Francisco (cf. Michel, 1996, p. 118-119; Ponty, 1899, p. 149) expondo que:

A debilidade de minha saúde e o esgotamento de minhas forças me obrigam a delegar um pouco o detalhe da administração exterior e do governo-geral da Sociedade, para ocupar-me mais especialmente da direção interior, das Constituições, etc. . . Para isso, preciso ter junto a mim um Irmão que possa representar-me em caso de necessidade, atender à correspondência necessária, seja com os Irmãos Diretores, ou com as demais pessoas, numa palavra, encarregar-se do detalhe de todos os assuntos da congregação. Não é que eu queira suprimir meus contatos com os Irmãos, nem me retirar do governo da Sociedade, mas, pelo contrário, ocupar-me disso de forma mais eficiente. Depois de ter refletido muito diante do Senhor, rezado e feito rezar para esse fim, lhe peço sua opinião e o comprometo a dizer-me, no menor prazo possível, qual dos Irmãos Assistentes ou de outros Irmãos professos antigos julga você ser o mais capaz para realizar o fardo que desejo lhe confiar

(Carta de agosto de 1846 do Ir. Francisco).

O Ir. Francisco acrescentava num P. S.:

“Queira colocar sua opinião no verso desta carta e ma reenviar”. A quantos Irmãos enviou a carta? Tampouco sabemos se obteve respostas escritas ou orais. É arriscado supor que os irmãos pensaram que o Irmão Francisco, no auge de sua idade, fazia seu trabalho bem e não precisava de tal ajuda?

(cf. Michel, 1996, p. 119).

⁹ No anexo pode-se ver uma cópia desta carta.

O tema não se resolve nem torna a ser posto publicamente até o II Capítulo Geral, mas o Ir. Francisco entrega a seus Assistentes, pouco a pouco, a gestão de todos os casos

ordinários, reservando-se a tomada de responsabilidades. Nisso, a necessidade estava em harmonia com o conceito que o Irmão Francisco tinha da Administração-Geral:

O governo mais importante e adequado é governar os que administram os detalhes... O desejo de examinar tudo pessoalmente é desconfiança, é pequenez... Para concluir grandes projetos se deve ter o espírito livre e descansado... Os superiores que trabalham, que acumulam os expedientes, que fazem pessoalmente a maioria dos negócios são os que menos governam. Fazem o trabalho dos demais, porém seu trabalho próprio não é feito, ninguém se preocupa em fazê-lo... Em resumo, um verdadeiro superior só deve fazer o que ninguém mais pode fazer

(Caderno 304 do Ir. Francisco, p. 800-801).

O Ir. Francisco invoca, portanto, o princípio de subsidiariedade: Por que tratar em nível superior os assuntos que devem ser resolvidos em níveis inferiores? Entretanto sua postura parece não ser

entendida e, por exemplo, o Irmão Avit descreve com estas palavras a situação em que se encontra o Irmão Francisco um pouco antes e durante a realização do Capítulo Geral de 1852-1854:

As casas e os Irmãos eram muito numerosos, a administração sempre mais complexa e os membros do Conselho já não eram suficientes. Há uns dez anos, o Irmão Superior-Geral acrescentou às funções próprias de seu cargo as de Assistente da Província do Norte. Suas dores de cabeça eram cada vez mais frequentes e os problemas e as complicações dos assuntos lhe eram cada vez mais penosos

(Ir. Avit, 2012, ano 1854, n. 46).

Nessas circunstâncias, em pleno Capítulo, o Irmão Francisco toma uma decisão que mostra existir uma crise muito séria de entendimento com seus Assistentes que não compreenderam a proposta do novo modo de governo

que Francisco propugna, ou não colaboram abertamente porque intuem que cairá sobre eles a responsabilidade. Francisco decide ampliar o campo de consulta para conhecer a opinião qualificada dos capitulares:

Durante essa 3ª sessão, reuniu todos os capitulares, sem comunicá-lo aos dois Assistentes, para declarar-lhes sua intenção de descarregar parte da administração sobre um Irmão Vigário e lhes pediu que indicassem, em votação secreta, a qual dos Assistentes consideravam mais apto para essa função. Ao inteirar-se dessa consulta, os Irmãos Luís Maria e João Batista não se mostraram muito contentes. O Reverendo guardou as cédulas sem comunicar o resultado

(Ir. Avit, 2012, ano 1854, n. 47).

“Dezoito votos vão para o Irmão Luís Maria e dezesseis para o Irmão João Batista. De fato, o Irmão Francisco não se atreverá a falar disso, nem a um nem a outro. Seguirá apoiando-se em ambos”

(Michel, 1996, p. 228).

Seja pelo descontentamento de seus Assistentes, seja pela exatidão do resultado, a designação de um dos Assistentes como *alter ego* do Irmão Francisco ficou no ar.

Mas o descontentamento com o sistema de governo não era motivo de desacordos unicamente entre os *três-um*, mas também se estendia a um bom grupo de Irmãos.

Na 3ª sessão do II Capítulo Geral se recebe uma reclamação do Pe. Mazelier, que, ademais, visita os Irmãos reunidos em Capítulo, solicitando que o setor de Saint-Paul pos-

sa ter um Provincial residente na região. Quer para Saint-Paul um líder local relativamente independente do governo central. Essa exigência de nova estrutura de governo supõe uma contestação do modelo de governo dos *três-um*. No Capítulo havia uma dúzia de Irmãos partidários de um governo provincial no Instituto. A reclamação permite estudar como se concebe o governo centralizado dos Pequenos Irmãos.

Em teoria, Francisco o concebe assim:

“O Superior tem os Assistentes pela mão, e estes, por sua vez, os Diretores, que, também, têm os Irmãos e os meninos para ir juntos ao paraíso pelo caminho das Regras e dos Mandamentos”

(Caderno 304 do Ir. Francisco, p. 981).

Entretanto, a resposta do Capítulo a Mazelier, na qual se vê a mão do Irmão Luís Maria (cf. Ir. Avit, 2012, ano 1854, n. 45), nos oferece a interpretação prática do Regime (= o Governo-Geral) desse assunto, e que poderíamos resumir em dois pontos;

- a) Criaram-se Assistentes provinciais que têm a vantagem de estar próximos da base e do Superior-Geral.
- b) Esses Assistentes são os únicos encarregados de receber o relato de consciência dos Irmãos e, de-

pois de 15 anos de experiência, se pode dizer que todo o êxito da Congregação se deve a essa prática (cf. Ir. Avit, 2012, ano 1854, n. 30-34).

Parece um tanto chamativo que Luís Maria atribua o êxito do desenvolvimento experimentado durante 15 anos ao modo de organizar o Instituto para receber o relato de consciência dos Irmãos, quando este será um de dos temas denunciados a Roma por várias capitulares posteriormente.

Antes de encerrar esta 3ª e última sessão do Capítulo, o Irmão Francis-

co pediu que se lhe nomeasse um terceiro Assistente. A eleição, realizada de acordo com as Constituições recém-aprovadas, recaiu no Irmão Pascal (cf. Ir. Avit, 2012, ano 1854, n. 48).

Ao novo Assistente (Irmão Pascal) foi confiada a Província do Norte para que o Reverendo pudesse descansar um pouco e se ocupar somente da direção-geral. Deixou também os problemas oficiais aos Assistentes e se reservou os assuntos da vida interna e a direção religiosa do Instituto (cf. Ir. Avit, 2012, ano 1854, n. 54).

No Capítulo também se aprova a introdução do voto de estabilidade no Instituto¹⁰. Sua introdução é querida pelo Irmão Francisco, pelos Irmãos antigos, ou por todos eles?

O Irmão Lanfrey afirma que esse Capítulo é decepcionante sobre as questões da nomeação de um novo Assistente e da introdução do voto de estabilidade. No primeiro caso, o Irmão Francisco obtém em parte o que ha-

via reclamado em 1846. Quanto ao segundo, há indícios de que Francisco é partidário do voto de estabilidade (cf. Caderno 301 do Ir. Francisco, p. 41), embora tal iniciativa pareça mais própria do espírito do Irmão Luís Maria, menos preocupado pela tradição original (cf. Lanfrey, 2015, capítulo 36).¹¹

Também se pode pensar que a introdução do voto de estabilidade seja uma concessão ao desejo de uma parte dos Irmãos mais antigos, já que esse voto cria uma verdadeira aristocracia na congregação da qual eles serão os beneficiários. Mas com essa normativa se marginalizam os Irmãos mais jovens, que não acessarão aos cargos importantes sem haver passado pela prova de sua conformidade com o espírito primitivo (cf. Martínez Estaún, 2015, p. 159-160).

Vimos também como o Ir. Luís Maria adquire um papel protagonista na hora de redatar alguns documentos oficiais em que se marcam as pautas

¹⁰ Os capitulares, na sessão de 6 de maio de 1854, aprovaram a emissão do voto de estabilidade. Numa carta de 31 de maio de 1858, o Ir. Luís Maria explica ao Cardeal de Lyon, Dom de Bonald, os motivos pelos quais se introduziu tal voto: “Embora o voto de estabilidade nunca fosse emitido na vida do Fundador, ele o admitia em princípio, já que encontramos na Regra um artigo escrito por ele pessoalmente: Os Irmãos farão os quatro votos de pobreza, castidade, obediência e estabilidade... Este voto só se concede aos Irmãos mais capazes e virtuosos... Com esse voto se quis assegurar o bom governo do Instituto, proporcionando ao corpo administrativo os melhores elementos da Congregação”. Os primeiros a fazê-lo foram os Irmãos Andronic e Pascal, em Beaucamps; depois os Irmãos Francisco, Luís Maria, João Batista, Boaventura, João Maria e Léon, em l’Hermitage (Anônimo, 1967, p. 632). Cf. G. Michel, 1996, p. 228-229. O Ir. Silvestre assegura que jamais ouviu o Pe. Champagnat falar de tal voto, mas que no Capítulo que o aprovou “se mostrou a cada capitular um escrito autógrafa do Fundador com o conteúdo textual: os Irmãos deste Instituto farão os três votos de pobreza, castidade e obediência e o voto de estabilidade, sem outra explicação. Tive o escrito nas mãos e posso garantir que a letra era sua; as diferentes cartas que ele me escreveu não me permitem duvidar disso de nenhuma maneira” (Ir. Silvestre, 1990, p. 53).

¹¹ O Ir. Lanfrey preparou, por escrito, algumas observações críticas à Vida do Irmão Francisco, redatada pelo Irmão Gabriel Michel, para que fossem usadas por um grupo da PUCPR que está fazendo uma pesquisa sobre o Ir. Francisco. Essa obra é a que acabamos de citar. Como as observações feitas pelo Ir. Lanfrey estão agrupadas segundo os capítulos desse livro, as referências mencionarão o capítulo de que se trata.

para o futuro da instituição. A carta-resposta do Capítulo dirigida ao Pe. Mazelier é um exemplo. Seu protagonismo será ainda mais determinante na redação das Constituições, pouco tempo depois.

Esse protagonismo põe em evidência duas coisas: por um lado, a não

coincidência de pensamento entre Francisco e Luís Maria sobre princípios ou políticas de governo e organização. Segundo, uma liderança preponderante de Luís Maria, que define com clareza de pensamento as ideias e impõe suas teses sobre o governo do Instituto. O Irmão Avit é superabundante nesta ideia:

“As atas dos secretários do Capítulo, antes de serem lidas e adotadas em sessão plenária, passavam pela caneta do Irmão Luís Maria, tanto antes como depois de sua elevação ao generalato”

(Ir. Avit, 2012, ano 1852, n. 67).

5. AS CIRCUNSTÂNCIAS EM TORNO DA VIAGEM A ROMA PARA INTENTAR OBTER A APROVAÇÃO CANÔNICA DO INSTITUTO

Os Irmãos Francisco e Luís Maria viajam a Roma para intentar obter a aprovação do Instituto¹², porém as decisões do Capítulo de 1852-1854 não eram bem-vistas por todos os Irmãos. Chegam a Roma, ao mesmo tempo que eles, por meio de canais eclesiais, mensagens de descontentamento dirigidas à Penitenciária romana, procedentes de alguns Irmãos que não concordam com a nova legislação aprovada no Capítulo recém-concluído. Em 22 de fevereiro de 1858, o Irmão Marie Jubin também havia denunciado em Roma, usando como intermediário o arcebispo de Lyon, as condições em que se elabo-

raram as Constituições no Capítulo. Parecia, a ele e a outros Irmãos, que certos pontos foram aprovados sob uma forte pressão do Governo. Por outro lado, no modo prático de realizar a conduta de consciência, os superiores dos Irmãos tendiam a exercer o papel de confessores. Os Irmãos, porém, são leigos.

Nossos padres que vão confessar as comunidades de Irmãos e Irmãs, com frequência se encontram em apuros, porque se lhes pergunta se há obrigação de dar a conhecer... as faltas graves à superiora ou ao superior, que é um leigo, e, dado que é uma prática existente, não sabem o que responder (Carta do P. Favre a C. Nicolet, em 21 de fevereiro de 1858).

Essas intervenções perante a Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares (=SCOR), que mostram uma ação simultânea de alguns Irmãos, do

¹² Pode-se ver um relato da estada romana do Ir. Francisco, em forma de diário, em seu caderno 305, p. 1-197. Também podemos encontrar nos Arquivos Gerais de Roma uma tentativa de sistematizar o relato correspondente (*Sur les traces de Frère François, Pèlerin a Roma*), ou podem ser lidos os capítulos 5 e 6 de Martínez Estaún, 2015.

arcebispo de Lyon e dos padres Maristas, explicam a relutância com que as autoridades romanas recebem do governo de nosso Instituto as tentativas de aprovação de suas Constituições.

De fato, o Ir. Luís Maria voltará à França após 3 meses de ter chegado a Roma, deixando ali o Ir. Francisco. Dedicar-se-á ao governo e à construção da nova Casa Geral em Saint-Genis-Laval, o que incrementará sua liderança no Instituto.

Após permanecer em Roma seis meses e meio (6 de fevereiro – 22 de agosto) Francisco, por sua vez, com o desejo de estar na França no momento do retiro, deixa Roma sem ter conseguido nenhum resultado. Apenas deixou iniciado o processo. O fracasso da autorização romana em 1858 põe o Irmão Francisco numa posição delicada.

1858 é o ano do grande fracasso do Irmão Francisco que, depois de seis meses em Roma, volta de mãos vazias.

Saiu de l'Hermitage e regressa a Saint-Genis-Laval; durante sua ausência, seus dois Assistentes asseguraram o governo, e a casa de Saint-Genis-Laval afiança o prestígio do Irmão Luís Maria. Esses diversos acontecimentos pesaram muito no desejo do Irmão Francisco de se retirar (Lanfrey, 2015, capítulo 44).

6. A CONSTRUÇÃO DA NOVA CASA GERAL EM SAINT-GENIS-LAVAL¹³

Por outro lado, o traslado da Casa Central se realiza na ausência do Superior-Geral. Com efeito, Francisco está ainda em Roma e essa circunstância não lhe permite viver diretamente junto a seus Irmãos a grande mudança do Instituto, ao trasladar sua Casa Central, do recolhido vale de l'Hermitage para a cidade de Saint-Genis-Laval. O Irmão Avit nos conta que:

Durante os preparativos e suas diversas modificações, o Ir. Francisco se opunha a que as janelas do piso térreo fossem curvas e os pilares do claustro de pedra talhada. Não lhe parecia suficientemente modesto, nem conforme à simplicidade, que o piedoso Fundador sempre havia desejado. [...] Para vencer os escrúpulos do Reverendo, sem enfrentamentos diretos, os planos foram submetidos ao cardeal Bonald, e sua Eminência manifestou não ver neles nada que contrariasse a simplicidade religiosa... mas, após sua instalação em Saint-Genis-Laval, era fácil ver que a complacência de Francisco era, em vez disso, medíocre

(Ir. Avit, 2012, ano 1858, n. 38-39).

O tempo que o Ir. Francisco passou em Saint-Genis-Laval, depois de seu retorno de Roma, foi um longo período de deserto e de purificação interior para seu espírito, uma oportu-

nidade de revisar e refletir sobre tudo o que havia acontecido durante sua permanência em Roma. Ao regressar da cidade eterna, verifica que tudo havia funcionado sem ele.

¹³ Não vamos nos deter neste assunto, que pode ser encontrado em Ir. Avit, 2012, ano 1853, n. 16. 29-33; ano 1854, n.13-16; ano 1855, n. 18; ano 1858, n. 38-47.

Por outro lado, constata as discrepâncias que mantém com as políticas de Luís Maria e o desacordo com João Batista em diversas matérias.

7. DIFERENÇAS SOBRE O MODO DE OBTER RECEITAS A QUESTÃO DOS INTERNATOS

Outro problema prático que se apresenta, sobretudo durante a construção de Saint-Genis-Laval, mas também, posteriormente, consiste em determinar a fonte, ou fontes, de receitas para enfrentar os gastos resultantes das construções.

O Ir. Francisco, falando dos projetos de construção em Saint-Genis-Laval, escrevia em 1854:

Interessaria muito pôr os alicerces este ano e construir uma parte, se pudermos... porém, antes de emprender a construção, se necessita do concurso mais ativo e abnegado de todos os membros do Instituto... Só dispomos de nossas pequenas economias... Se pudermos utilizar as coisas com o máximo cuidado, evitar ou atrasar certos gastos não indispensáveis, economizar os gastos de uma viagem, de uma carta de pouca utilidade, diminuir os gastos de escritório, quer dizer, fazer um grande número de pequenas economias... Para ajudar na construção, o Caríssimo Irmão comprometia todos os Irmãos a uma subscrição pessoal ou para suas famílias; insistia com os postulantes e noviços que ainda não haviam pago a taxa do noviciado a incentivar as famílias a fazê-lo quanto antes; pedia aos Irmãos diretores que enviassem 50 fr. por Irmão, economizando em vestuário, já por suas economias ou com o obtido de pessoas caritativas em suas localidades

(Avit, 2012, ano 1854, n. 14-16).

Portanto, sua postura parece ser uma continuação da política do Fundador: enfrentar os gastos produzidos pela expansão do Instituto e a necessidade de novas obras mediante uma vida austera dos Irmãos, o cuidado de que às novas construções não lhes falte a simplicidade dos inícios e a acumulação de pequenas economias que se podem fazer nas comu-

nidades e obras, além disso, confiança na Providência que suscitará benfeitores e fontes alternativas de financiamento.

Por sua parte, o Ir. Luís Maria quer multiplicar os internatos e as grandes obras para obter rapidamente o dinheiro necessário à liquidação das dívidas contraídas¹⁴. Recorrerá também a grandes empréstimos¹⁵. Nesse pon-

¹⁴ Esta ideia dos internatos como fonte de recursos econômicos para pagar as dívidas contraídas com as construções será uma das que o Ir. Luís Maria porá em prática ao longo de toda a sua vida como superior. O capítulo 9 de sua biografia (Anônimo, 1907) está dedicado às construções e escolas por ele fundadas. Podemos citar a grande obra de Saint-Genis-Laval, mais 5 casas provinciais reformadas ou construídas, 9 novos grandes internatos criados e outros 9 ampliados. A realidade é que todas essas construções e compras exigiram uma grande quantidade de fundos e endividaram o Instituto. No total, no final de seu generalato, foram realizadas 195 novas fundações. Esse expansionismo, junto a uma política financeira aventureira, criaram um forte descontentamento entre os Irmãos.

¹⁵ Por exemplo, de 1857 até 1860 obtem 113.550 francos emprestados, pelos quais deve pagar 131.961, com os juros (Cf. Avit, 2012, ano 1860, números 73-74)

to há também uma grande diferença de opinião com o Irmão João Batista que disse que os internatos ou pensionatos esgotam os Irmãos, por isso não deve haver muitos. Francisco neste assunto dos internatos e

das grandes obras está do lado do Irmão João Batista.

Ao Pároco de Neuville, que o animava a adquirir um terreno à venda para uma melhor instalação do internato, o Irmão Diretor-Geral lhe respondeu: ...

Desejamos, menos que nunca, ter internatos. Cada vez mais constatamos que o melhor para nós Irmãos é ter internatos simples e poder depois dedicar-se com tranquilidade aos exercícios de piedade e viver no recolhimento e na estrita observância das Regras... O pensamento expresso pelo Irmão Diretor-Geral estava em total sintonia com o do Irmão João Batista que havia fechado o internato de Saint-Paul, fechou logo o de N.D. de La Blanchette e já não aceitava nenhum outro. O Irmão Luís Maria compartilhava menos essa ideia. Pareciam interessar-lhe os internatos bem organizados, equipados do pessoal necessário e que produzissem receitas para o Instituto

(H. Avit, 2012, ano 1852, n. 74-78).

8. AS RAZÕES QUE PRODUZIRAM A RENÚNCIA DO IR. FRANCISCO¹⁶

O único motivo de renúncia a que menciona o Ir. Francisco na sua última circular geral aos Irmãos, em 21 de julho de 1860, é seu estado de saúde.

Entretanto, o Ir. Avit descreve da seguinte forma o que ocorre ao Irmão Francisco antes de convocar o III Capítulo Geral:

As dores de cabeça do Reverendo Irmão se haviam tornado crônicas, a administração era cada vez mais importante e complicada e aumentava seu gosto pela vida interior e

tranquila. Tudo isso tornava sua situação cada vez mais insustentável. Ademais, desde algum tempo, os 3 Assistentes se encarregavam de quase todos os assuntos. Nessa situação, a responsabilidade o assustava (Ir. Avit, 2012, ano 1860, n. 25).

Nessa descrição do Irmão Avit se refere às crônicas dores de cabeça, mas também à responsabilidade que o assustava. Apresenta, portanto, manifestações de debilidade física, mas também limitações e incapacidade psicológica. Assim, o Ir. Avit acrescenta aos problemas de saúde um segundo e terceiro motivo: a administração do Instituto, cada vez mais pesada, e o apelo a uma vida mais contemplativa.

¹⁶ O tema está tratado excelentemente em Zind, 1960. O ensaio vai assinado com seu nome de religioso, Louis-Laurent. O Ir. Pierre Zind teve acesso aos Arquivos do Instituto e copiou citações diretamente das Atas dos Capítulos, ou de outros documentos que encontrou, sem citá-los. Tais citações se indicam no texto do artigo com "..."

O Ir. Pierre Zind, estudando paralelamente a história dos diferentes ramos maristas, sugere um quarto motivo: o exemplo do Pe. Colin, que também havia renunciado em 9 de maio de 1854. E ao apresentar sua renúncia como Superior-Geral, o Ir. Francisco não inovou dentro da Sociedade de Maria. Mesmo que não leve-

mos em conta o Pe. Champagnat, que renunciou de certo modo ao fazer que se elegesse um Diretor-Geral, o Pe. Colin havia dado o exemplo com sua renúncia, seis anos antes, como Superior-Geral (cf. P. Zind, 1960, p. 291-292).

Por outro lado, Lanfrey acrescenta uma quinta razão:

Francisco está consciente de que é preciso ampliar o Governo do Instituto para controlar melhor seu crescimento e enfrentar as crescentes dificuldades internas (os Irmãos pouco edificantes) e as procedentes da sociedade e da gestão. No fundo, se trata de uma crise estrutural. Também pesam as autoridades eclesiais e Roma, que põem em dúvida a capacidade de governar dos Superiores e acreditam que o governo está demasiadamente centralizado.

Enquanto em 1852-1854 Francisco tinha a aura do prestígio de haver obtido o reconhecimento legal, agora parece ser o elo frágil dos sucessores de Champagnat. Basicamente é o único que pode partir sem que os Irmãos se preocupem demasiado, porque é o que tem menos prestígio. Mas também tem a autoridade necessária para fazer que se aceite a mudança sem criar problemas, porque é um dos primeiros discípulos. Até certo ponto, é um bode expiatório, sacrificado voluntariamente para restaurar a unidade.

Francisco parece haver fracassado, sobretudo, no seu projeto de separar a função carismática e de Governo, da tarefa administrativa. Essa tarefa era muito difícil porque tinha contra ele a tradição procedente de Champagnat. O Ir. Luís Ma-

ria, depois dele, felizmente continuará misturando governo, autoridade carismática e poder administrativo. Sob seu generalato, o problema da melhor formação espiritual dos Irmãos não terá solução real, embora o Irmão João Batista e as circulares proporcionem importantes complementos de doutrina (Lanfrey, 2015, capítulo 46).

Para apoiar esta 5ª razão, fornecida pelo Ir. Lanfrey, narraremos brevemente as circunstâncias em que se produziu a renúncia do Ir. Francisco do cargo de Superior-Geral, ainda que isso possa alargar a extensão deste artigo.

Em 2 de julho de 1860, o Ir. Francisco convoca uma assembleia capitular para a qual são chamados os Irmãos estáveis (Circular do Ir. Francisco, de 2 de julho de 1860). Não ha-

verá delegados eleitos.¹⁷ São convocados os Irmãos estáveis do Instituto, três dos quais estarão ausentes (cf. *Chronologie mariste*, 2010, p. 198). Os termos da circular de convocação são os seguintes:

Considerando as disposições do artigo 11, aprovadas pelo Capítulo de 1854, que constam no livro de Atas, chamadas transitórias, relativas à reunião do Capítulo, decidimos reunir em assembleia capitular os Irmãos que fizeram os quatro votos a fim de tomar com eles regularmente as medidas necessárias para nos ajudar e garantir assim o bom governo do Instituto. O Capítulo como veem, meus queridos Irmãos, terá uma incumbência das mais importantes... O Instituto, pela misericórdia de Deus e a proteção da augusta Virgem Maria, está em crescimento constante, tornando nosso cargo cada vez mais pesado e mais difícil; a isso devo acrescentar que minhas enfermidades sempre crescentes o tornam quase impossível. O bem da congregação pede que tome as medidas necessárias para não falhar nesta função, e para dirigir os assuntos administrativos com toda a exatidão e todos os cuidados que assegurem o êxito

(Circular do Ir. Francisco, de 2 de julho de 1860, p. 400).

Assim, o Ir. Francisco não anuncia que vai se demitir, mas apenas seu desejo de tomar as medidas necessárias para governar e dirigir melhor os assuntos administrativos. Portanto, o problema que subjaz é a gestão, não a saúde: o crescimento constante do Instituto, que torna seu car-

¹⁷ Há que se notar que, nem o primeiro Capítulo que elegeu o Irmão Francisco, em 12 de outubro de 1839 em l'Hermitage, nem o terceiro Capítulo que aceitou sua renúncia, em 18 de julho de 1860 em Saint-Genis-Laval, contavam com membros eleitos em sua composição. Eram membros de pleno direito do primeiro Capítulo Geral todos os Irmãos professos perpétuos, que então eram 112, se bem que, de fato, só 92 professos perpétuos participaram da eleição. Eram membros de direito do terceiro Capítulo Geral todos os Irmãos professos com voto de estabilidade.

42 Irmãos haviam emitido o voto de estabilidade desde 2 de setembro de 1855, dos quais três já haviam falecido (Irmãos: Léon, 16 de março de 1856, Urbain, 14 de junho de 1857 e Angilbert, 31 de maio de 1858). Ficavam, portanto, para participar da assembleia capitular 39 Irmãos estáveis, incluindo o Reverendo Superior-Geral e seus três Assistentes. A quantidade de 39 estáveis anulava o segundo dos quatro artigos transitórios aprovados pelo segundo Capítulo Geral na tarde de 18 de maio de 1854, a que faz referência explícita o Irmão Francisco na sua circular de 2 de julho de 1860. Este artigo dizia o seguinte: "Se fosse necessário reunir um Capítulo antes de ter trinta e três Irmãos com voto de estabilidade, para a nomeação de Deputados, seguir-se-á o método e os critérios adotados na Circular de 17 de abril de 1852". Em consequência, havia que seguir as disposições do artigo 7, da secção primeira, do capítulo IV das Regras de Governo, no qual se estipulava que os membros do Capítulo serão eleitos entre os professos estáveis por todos os professos perpétuos nas Províncias. Na prática, a operação se reduzia a eleger 33 capitulares de 35 elegíveis, já que os membros do Regime (4) são membros de direito do Capítulo. Essa eleição parecia ridícula, tanto mais quanto eram previsíveis ausências, que se deram de fato. O mais inteligente nesse momento era convocar todos os elegíveis. Foi a decisão adotada pelo Irmão Francisco. A circular de 2 de julho convidava os capitulares a estar em Saint-Genis doze dias mais tarde. Depois de um dia de retiro, se iniciaria o Capítulo no dia 16, festa de Nossa Senhora do Monte Carmelo. Por alguma razão desconhecida para nós, talvez devido a alguns atrasos compreensíveis, dada a rapidez e velocidade da convocatória, a abertura do Capítulo foi adiada de um dia (cf. P. Zind, 1960, p. 387-389).

go cada vez mais pesado e mais difícil. A causa pela qual Francisco propõe um novo modelo de gestão administrativa é o crescimento constante da obra e a dificuldade em gerenciá-la. A relevância particular que dá o Ir. Francisco ao grupo dos Irmãos estáveis “com o fim de tomar com eles regularmente as medidas necessárias” é uma mostra do novo modelo de gestão que intui, seguramente para desbloquear posições do Conselho que não permitem introduzir novidades, e também indica uma discrepância ou falta de entendimento com o Regime, que não consegue entender e aceitar sua pro-

posta. A saúde não parece o argumento fundamental usado por Francisco, mas um dado a mais que influi na dificuldade de atender à administração que cada vez se torna mais complicada (cf. Lanfrey, 2015, Capítulo 46).

Na abertura, estão presentes 33 Irmãos estáveis, número que inclui os que pertencem ao Regime. A assembleia capitular passa a ser um Capítulo Geral, mas sem capitulares eleitos. Abriu-se com a mesma cerimônia que em 1852, porém em Saint-Genis-Laval.

O Ir. Francisco apresenta a situação como segue:

O Capítulo se reúne principalmente, como já lhes disse na Circular de convocação, para dar ajuda e colaboradores ao Regime para governar. Vocês mesmos veem e sentem a necessidade e a urgência desta medida, visto o estado de nossa saúde e a tarefa cada vez mais pesada e difícil que temos que cumprir, à medida que a Sociedade se propaga e se multiplica. Já faz algum tempo, os Irmãos nos faziam observações em relação a este tema

(Zind, 1960, p. 390).

Este novo Capítulo Geral, “mais que um novo Capítulo, é uma continuação do de 1852-1854, pois unicamente se trata de confirmar decisões tomadas em Conselho” (Lanfrey, 2015, capítulo 46).

Para o anúncio de que, depois de consultar o Secretário da SCOR, e de-

vido a seu estado de saúde, a administração do Instituto se havia tornado cada vez mais complicada, decidiu pedir à assembleia capitular que o exonerasse da responsabilidade da administração do Instituto (cf. *Chronologie mariste*, 2010, p. 198)¹⁸, o dia-chave é 18 de julho de 1860¹⁹.

¹⁸ “O Ir. Francisco está preocupado em mostrar que a decisão foi tomada pelos três superiores e inclusive invoca a autoridade do Pe. Champagnat. Este é o nascimento do mito dos *três-um*” (Lanfrey, 2015, capítulo 46).

¹⁹ Para narrar os acontecimentos desse dia, sigo o relato contido em Zind, 1960, p. 393-395. Recordo que usaremos os sinais “...” para indicar as citações textuais que Zind faz em seu artigo, deixando de indicar a referência correspondente. Ocasionalmente recolherei ideias de outros autores, que indicarei com a citação correspondente.

“É preciso colocar à frente do Regime um homem que possua todas as qualidades físicas e intelectuais necessárias para abarcar todos os aspectos da administração de todo o Instituto e substituir assim o Superior-Geral em tudo o que ele não pode fazer por si mesmo”.

Ao mesmo tempo, propõe transferir ao Irmão Luís Maria a autoridade plena e todas as faculdades necessárias para a administração e o governo-geral do Instituto, como Vigário do Superior-Geral.

A solução que agora se propõe ao Capítulo havia sido examinada detidamente no Conselho e se havia decidido, de comum acordo, consultar Roma. A gestão foi encomendada ao Pe. Favre, Superior-Geral dos Padres Maristas, que aproveitou uma viagem a Roma, em maio de 1860, para consultar sobre o assunto Dom Bizzarri, secretário da SCOR. A resposta de Bizzarri é que “dado que os Pequenos Irmãos de Maria estão atualmente em processo para obter a autorização de seu Instituto pela Santa Sé, não é oportuno fazer mudanças sensíveis na administração. Portanto, se o Irmão Superior-Geral não pode cumprir suas funções, é necessário que seja substituído pelo Irmão primeiro Assistente”.

Não se disse quem comunica ao Pe. Favre a decisão nem se especifica o conteúdo da consulta que há de fazer em Roma. Favre não se esquivou do encargo, mas aceita realizar a gestão. Terá, porém, Fabre a esperança de que a Santa Sé coloque os Irmãos sob o protetorado dos Padres?²⁰ A resposta de Roma faz alusão a mudanças na administração e nas funções do Superior-Geral. E não fala de saúde, nem de demissão ou substituição, mas de suplência. A suplência é interpretada como mudança não sensível, mas de pouca importância e transitória.

Com essa resposta, Bizzarri, e com ele a SCOR, parecem obter uma vitória, pois na prática mantêm seu critério de que o Superior-Geral seja eleito temporariamente, já que aceitar que outro substitua o atual Superior-Geral praticamente derruba o critério expresso pelos Irmãos em suas Constituições de manter um Su-

²⁰ Já conhecemos a opinião do Pe. Champagnat sobre a união e dependência dos Irmãos em relação aos Padres. Entretanto, em 1845, de 9 a 19 de setembro, houve um Capítulo Geral dos Padres, em Lyon, no qual se estudou a questão da união dos Irmãos e dos Padres. O Pe. Colin perguntou ao Capítulo “É conveniente que o Superior-Geral dos Padres Maristas seja também superior dos Irmãos do mesmo nome?” A resposta do Capítulo foi negativa (cf. *Chronologie mariste*, 2010, p. 164). Pouco depois, em 4 de junho de 1852, o Pe. Colin, Superior-Geral dos Padres Maristas, se dirigiu ao II Capítulo Geral do Instituto manifestando sua convicção de que chegou o momento de os Irmãos se governarem por si mesmos e obterem uma aprovação pontifícia própria, já que a Santa Sé não admite o projeto da Sociedade de Maria com quatro ramos (cf. *Chronologie mariste*, 2010, p. 177). A intervenção aparece nas Atas do II Capítulo Geral, p. 122-124. Em 16 de fevereiro de 1859, o cardeal De Bonald, arcebispo de Lyon, escreve a Roma, a propósito dos Irmãos Maristas, dizendo que acha necessário que os Irmãos Maristas estejam sob a dependência dos Padres Maristas, como no passado (cf. *Chronologie mariste*, 2010, p. 194).

perior-Geral vitalício. Ao mesmo tempo essa decisão põe em evidência a opinião discrepante da SCOR a respeito da pessoa que ocupa atualmente o cargo. O descontentamento de alguns oficiais da SCOR para com a pessoa de Francisco como Superior-Geral gestou-se através das visitas que lhes fez durante sua permanência em Roma, com as informações chegadas de Paris e Lyon e

talvez com os preconceitos antifranceses existentes na cúria. A decisão discutida no Conselho do Regime e resolvida com a consulta a Roma agora se submete ao Capítulo. Segundo as indicações de Roma, Francisco não podia abdicar pura e simplesmente, mas devia ser substituído, em tudo e por toda a parte, pelo Irmão Luís Maria (Martínez Estaún, 2015, p. 98-99).

Daí a proposta:

“É por isso que lhes proponho revestir o querido Irmão Luís Maria da autoridade plena e completa e de todos os poderes necessários para a administração e o governo-geral do Instituto, como Vigário do Superior-Geral. E o faço com tanta confiança, quanto parece que se cumprem hoje as palavras que o Padre Champagnat nos dirigiu a cada um dos dois, alguns dias antes de morrer. Vocês sabem, por outro lado, que, desde nossa primeira nomeação, sempre estivemos juntos para tratar dos assuntos da Congregação, seja em Notre-Dame de l’Hermitage, seja em Paris, ou em Roma de onde nos vem a indicação desta medida nas circunstâncias em que nos encontramos”.

Por sua vez, o Irmão João Batista apoiou a proposta perante os capitulares no sentido de que o Reverendo Irmão Superior-Geral confiasse ao primeiro Assistente os cuidados incompatíveis com o estado de sua saúde. Por deferência para com a Santa Sé, o Capítulo se apressou a sancionar essa medida.

Nesse momento, o Irmão Luís Maria se levantou e fez reivindicações muito fortes, com grande vivacidade, deu várias razões regadas com muitas lágrimas, recusou o voto por aclamação e exigiu uma votação secreta, com a esperança de evitar o pesado fardo imposto a ele.

A atitude do Irmão Luís Maria diante do Capítulo é a manifestação pública de quanto vinha refletindo e vivendo no seu interior durante os últimos anos em que Francisco expôs

perante o Conselho seu desejo de introduzir mudanças no governo do Instituto, mas que não podia expressar abertamente por se sentir de alguma maneira implicado (Martínez Estaún, 2015, p. 99).

O Irmão Pascal, terceiro Assistente, apresentou então um compromisso inteligente: determinar por votação secreta se o Capítulo acolhia a opinião de Dom Bizzarri, ou se ele mesmo se constituía juiz do assunto. A proposta de Roma foi mantida por 31 votos contra 2. Depois dessa votação, o Capítulo, em sua totalidade e por unanimidade, outorgou ao Irmão Luís Maria todos os poderes do Superior com todas as suas responsabilidades. A partir desse momento, foi o Irmão Luís Maria quem dirigiu o Instituto e assumiu o cuidado de todos os assuntos.

No dia seguinte pela manhã, por iniciativa do Irmão João Batista e para evitar confusões, o Capítulo decidiu por unanimidade chamar o Irmão Francisco “Reverendo Irmão Geral”, e o Irmão Luís Maria “Reverendo Irmão Superior” (cf. Zind, 1960, 180, p. 396; Anônimo, 1967, p. 633. O Ir. Avit confunde os títulos outorgados, como se pode ver em Ir. Avit, 2012, ano 1860, n. 28).

Apesar de seu título oficial, o Irmão Francisco não se considerou mais que um superior honorário, considerando o Irmão Luís Maria como seu sucessor, apesar de que, na realidade, era seu Vigário (cf. Ponty, 1899, p. 229; Circular de 2 de julho de 1860 do Ir. Francisco, p. 402-403).

Aproveitou-se essa reunião capitular também para reorganizar as Províncias existentes e para criar outras novas, o que exigiu novas eleições (cf. Anônimo, 1967, p. 633). Depois da cerimônia do abraço fraterno, os capitulares procederam à eleição dos três novos Assistentes; no primeiro escrutínio foi eleito o Irmão Teofânio, que era diretor de Valbenoîte-Saint-Étienne, por 26 votos sobre 33; no segundo, o Irmão Philogone, que por sua vez era o diretor do Noviciado, por 20; e no terceiro, o Irmão Chrysogone, diretor de l’Arbresle, por 27 (cf. Ir. Avit, 2012, ano 1860, n. 29; Zind, 1960, p. 395-396).

Nesse momento de sua renúncia, Francisco obteve, por fim, um triunfo para seu modelo de gestão ao conseguir essas três nomeações.

No encerramento dos trabalhos do Capítulo, o Ir. Francisco, com palavras bem sentidas, anunciou que sua autoridade sobre o Instituto ha-

via acabado, e que agora queria ser visto como o avô dos Irmãos. No momento em que o Irmão Francisco deixava de exercer suas funções como Superior-Geral tinha apenas cinquenta e dois anos (cf. Ponty, 1899, p. 204; Chastel, 1948, p. 100).

Em sua primeira Circular, publicada em 27 de dezembro de 1860, o Irmão Luís Maria “indica as Províncias reservadas a cada Irmão Assistente, nomeia o Secretário-Geral e mantém em suas funções o Ecônomo-Geral” (*Chronologie mariste*, 2010, p. 200).

O novo Regime decidiu dividir a Província Centro em dois: Secção de Notre-Dame de Saint-Genis-Laval, e Secção de Notre-Dame de l’Hermitage. A primeira foi confiada ao Irmão João Batista, primeiro Assistente, e a de Notre-Dame de l’Hermitage ao Irmão Philogone, quarto Assistente; as duas do Sul (Saint-Paul-Trois-Châteaux e La Begude) ao Irmão Pascal, segundo Assistente, e a do Norte, junto com as casas do Oeste, ao Irmão Teofânio, terceiro Assistente. O Irmão Chrysogone, quinto Assistente, se encarregou da direção da Casa Mãe e do noviciado, que continuou sendo comum para as Províncias de Saint-Genis-Laval e Notre-Dame de l’Hermitage (cf. Ir. Avit, 2012, ano 1860, n. 86; Circular de 27 de dezembro de 1860 do Ir. Luís Maria, p. 29-30).

Em 19 de outubro de 1860, o Reverendo Irmão Superior nomeia o Reverendo Irmão-Geral diretor da casa de Notre-Dame de l’Hermitage. “Faço-lhe, disse o Ir. Luís Maria ao Ir. Francisco, o mesmo que você me fez. Outorgo-lhe todo o poder e a responsabilidade sobre essa casa,

como você me deixou todo o poder e a responsabilidade sobre o Instituto” (Zind, 1960, p. 399; Ponty, 1899, p. 210).

O Ir. Francisco conservará o título de Reverendo Irmão-Geral até 22 de julho de 1863, já que depois da aprovação por Roma das Constituições, em 9 de janeiro de 1863, o IV Capítulo Geral procedeu à eleição de um Superior-Geral para terminar com a situação provisória criada em 18 de julho de 1860. Ao proceder à eleição, o escrutínio dos votos outorgou 37 votos sobre 40 ao Ir. Luís Maria e 2 ao Ir. João Batista. A partir de então, o primeiro toma o título de Reverendo Irmão Superior-Geral, e o Ir. Francisco volta a ser um simples Pequeno Irmão de Maria.

No dia seguinte, 23 de julho de 1863, o Ir. Francisco abençoa o Ir. Luís Maria com esta bela fórmula: “Que o Senhor Ihe conceda a autoridade de um pai, a ternura de uma mãe ao conduzir-nos todos ao céu”²¹.

Ao regressar a Notre-Dame de l’Hermitage, Francisco “se dedicou somente a rezar, meditar e edificar os Irmãos por suas numerosas e eminentes virtudes, junto ao túmulo do venerado Fundador” (Ir. Avit, 2012, ano 1860, n. 67).

9. AS TRADIÇÕES SOBRE O PAPEL DO IR. FRANCISCO NA HISTÓRIA DO INSTITUTO²²

As cartas pessoais do Ir. Francisco o apresentam como um superior ao mesmo tempo fraterno e firme. Nesse sentido, parecem contradizer uma tradição que nos foi transmitida, em particular pelos Irmãos Luís Maria, João Batista e Avit.

Nada mais impressionante nesse sentido do que a Circular que o Ir. Luís Maria dedicou ao Ir. João Batista depois de sua morte, em 1872, enquanto o Ir. Francisco ainda vivia. Para Luís Maria, “o Venerável Padre deve [ao Ir. João Batista] o haver podido sobreviver a si mesmo trinta e dois anos”, pelo que “não é para nós como um segundo Fundador?” O Ir. João Batista “teve uma missão particularmente especial no Instituto, a de constituir-lo, e completá-lo”, ninguém como ele foi capaz de “penetrar, como só ele podia fazê-lo, nos pensamentos íntimos e primeiros do Padre Fundador [...] retroceder, com o mesmo conhecimento das pessoas e das coisas, até as origens do Instituto; determinar, com a mesma autoridade, o espírito, a finalidade, as regras, em conformidade com o Regime e o Capítulo Geral”²³.

²¹ O texto da bênção se encontra nas Atas do IV Capítulo Geral. Os detalhes citados sobre o Capítulo de 1860 podem ser lidos nas Atas do III Capítulo Geral, p. 206-217.

²² Cf. Richard, 2015, p. 85-100.

²³ Circular do Ir. Luís Maria, de 8 de abril de 1872, p. 239-306. A maior parte do que está entre aspas neste parágrafo foi tomada da página 250.

O Ir. Francisco, apesar de ser o primeiro Superior e o discípulo mais veterano, parece, pois, bastante esquecido. Porém, já na biografia do Ir. Luís, o Ir. João Batista havia feito um elogio bastante ambivalente:

O Irmão Francisco sempre amou a vida oculta: cativa-o rezar e unir-se aos mistérios de nosso Salvador. Assim pôde elevar-se à altura da virtude que todos admiramos nele, e prestar serviços tão importantes ao Instituto. Eleito superior, deixa os empecilhos administrativos nas mãos dos assistentes; encarrega-os de tratar os negócios temporais com os homens, enquanto ele, elevando as mãos ao céu, os trata com Deus, e alcança as bênçãos que foram a causa principal do desenvolvimento e do progresso extraordinário da congregação

(H. Juan Bautista, 1986, p. 43-44).

Em seus Anais, o Ir. Avit formulará, como de costume, julgamentos mais críticos e amargos:

Apesar de ser muito estimado por todos, o querido Ir. Francisco não tinha o caráter, a iniciativa, a energia e o entusiasmo do Pe. Champagnat. Não sabia conquistar-se os corações e não dominava as vontades como o fazia tão bem o falecido e saudoso Padre. Os Irmãos não gostavam muito de seu estilo frio, lento e sentencioso nas instruções. Consideravam-no demasiado meticuloso, ao atribuir, às vezes, demasiada importância às pequenas faltas, aceitando dificilmente as escusas e temendo demasiado as observações

(Ir. Avit, 2012, ano 1840, n. 684).

Evocando a Circular sobre o Espírito de Fé, publicada pelo Irmão Francisco a partir de 1848²⁴, parece estranha a eminente doutrina que nela se encontra e continua:

Permitimo-nos dizer que a Circular era sobretudo obra do Pe. Matricon e do querido Ir. Luís Maria²⁵. Por outra parte, o querido Ir. Francisco começava a sentir-se cansado por frequentes dores de cabeça, tornando-lhe penoso qualquer trabalho sério

(Ir. Avit, 2012, ano 1850, n. 53).

Quando o Irmão Francisco apresenta sua demissão em 1860, o Irmão Avit insistirá de maneira um tanto pesada sobre o afeto e carinho do Ir. Francisco por l'Hermitage e seu desejo de ver-se desonerado do governo do Instituto (cf. Ir. Avit, 2012, ano 1860. n. 25 e 67).

²⁴ Estará publicada em quatro partes.

²⁵ Sim, é verdade que o Ir. Francisco não foi o único redator dessa Circular, mas o Ir. Avit exagera ao lhe atribuir uma participação mínima.

Por último, ao comentar a notícia de sua morte, se limitará a estas palavras:

Entretanto, nada mais acrescentaremos ao que já dissemos várias vezes desse virtuoso falecido, a não ser que unia seus conhecimentos de medicina à sua doce e agradável propensão pela poesia religiosa. Foi ele que escreveu quatro dos cânticos de nossa coleção

(Ir. Avit, 2012, ano 1881, n. 36).

O Ir. Silvestre é o transmissor da tradição oposta. Em suas memórias sobre o Pe. Champagnat, cita 35 vezes o nome do Ir. Francisco²⁶ e o apresenta não só como um Irmão modelo. Quando expõe o “maravi-

lhoso desenvolvimento da congregação”, depois da morte do Pe. Champagnat, insiste no papel proeminente do Ir. Francisco e evita de recordar o nome do Ir. Luís Maria na aquisição e construção de St Genis-Laval:

Sob o mandato de seu sucessor imediato, as vocações são cada vez mais numerosas, as fundações se multiplicam, de tal modo que l'Hermitage, este grande relicário do Padre Champagnat, como o chamava o Irmão Francisco, primeiro Superior-Geral, já não é uma casa nem suficientemente espaçosa nem apropriada para ser o centro do Instituto... Saint-Genis-Laval, cantão situado a alguns quilômetros de Lyon, é escolhido como o lugar de instalação da nova Casa Mãe da Congregação, da qual l'Hermitage não será mais que uma sucursal preciosa sob todos os conceitos... Sob o mandato de seu sucessor, o Irmão Francisco, é aprovada a Congregação pela Santa Sé, com a faculdade de eleger canonicamente um Superior-Geral e de fazer os votos religiosos

(Ir. Silvestre, 1990, p. 94-95).

Parece-me que o estudo das Cartas pessoais do Ir. Francisco ajuda a reforçar a tese do Ir. Silvestre, a fragilizar as declarações ou apreciações do Ir. Avit e a matizar as dos Irmãos Luís Maria e João Batista.

De fato, foi sob o generalato do Irmão Francisco que houve mudanças fundamentais no Instituto, que não se devem atribuir unicamente a seus dois assistentes. E o Ir. Avit parece

esquecer que, depois de sua demissão, o Ir. Francisco ainda manteve numerosas atividades na formação dos Irmãos (conferências, retiros) como o demonstram seus cadernos. Mas é lamentável e estranho que nada nos tenha ficado de sua correspondência posterior a 1860, pois é pouco provável que sua atividade como diretor espiritual tenha cessado (cf. Richard, 2015, p. 99).

²⁶ 21 vezes o Ir. Luís Maria e muito pouco o Ir. João Batista. Mas é preciso considerar que o Ir. Silvestre está constantemente se referindo à Vida do Fundador, escrita por este último Irmão.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente dos fatos pontuais que demonstram que os *três-um* tiveram também seus momentos de desacordo e que sustentavam opiniões e políticas distintas, encontramos um motivo de desacordo fundamental entre eles, especialmente entre Francisco e Luís Maria: a maneira de animar, administrar e governar o Instituto.

O Ir. Francisco queria um governo mais numeroso em sua composição e com tarefas mais claras, em que o Superior tivesse um papel próprio. Os Irmãos mais antigos e os Assistentes não compreenderam sua maneira de conceber o governo.

Seguramente nesse mal-entendido se baseia a fama de má saúde que acompanha os retratos que nos deixaram as biografias do Ir. Francisco. Interpretou-se que queria retirar-se, quando o que queria era um modo diferente de governar.

A carta de Luís Maria, de 1841, sobre as reformas em l'Hermitage mostra que os *três-um* mais funcionavam como um triunvirato. O Ir. Francisco se molestava pela ausência de regras precisas de governo. Os Assistentes exerciam também as funções de visitantes, ao passo que Francisco permanecia mais em l'Hermitage para assegurar o seguimento das tarefas administrativas. Nesse primeiro período, o Ir. Luís Maria mantém laços muito fortes com o Pe. Colin, dada a formação eclesiástica de ambos. Os 3 superiores não têm a mesma concepção do que é, nem do que deve ser a Congregação.

Por um lado, a carta do Ir. Francisco, de 1846, resulta muito provocadora, pois parece não levar em conta nem seus próprios Assistentes, nem o Pe. Colin, apesar de que todos eles terão que inteirar-se do assunto mais cedo ou mais tarde. Por outro lado, parece uma chamada aos que o elegeram em 1839, como se eles estivessem legitimados para mudar o modo de governar. Pareceria que o Ir. Francisco quisesse opor a tradição dos Irmãos Maristas às tendências de seus dois Assistentes, mais inclinados a uma política de entendimento com os Padres Maristas.

Em sua maneira de conceber o governo, o Ir. Francisco invoca o princípio de subsidiariedade: cada nível deve ser capaz de resolver os temas de seu próprio nível, sem elevá-los ao nível superior para sua resolução. É uma resposta à excessiva implicação em tarefas subalternas às quais se vê obrigado a responder pelo modo de governo adotado.

Obter a aprovação legal do Instituto na França foi o grande êxito do Ir. Francisco, que conseguiu algo que nem sequer o Pe. Champagnat obteve, apesar dos múltiplos intentos que realizou.

O Ir. Francisco não conseguiu que os Irmãos aderissem ao seu pensamento sobre qual o papel do superior no Instituto, apesar de seu pensamento ser fruto de abundante meditação e reflexão sobre o tema, como podemos comprovar por seus escritos refletidos em seus cadernos. Começa a se estender entre os Irmãos a ideia de que Francisco é partidário da vida retirada.

Durante o período de 1852-1860 o conceito que os Irmãos têm do Ir. Francisco como governante começa a declinar. Sua reunião com os Irmãos capitulares, sem contar com seus dois Assistentes, lhe permite expor seus desejos de consagrar-se à formação espiritual dos Irmãos mais que às tarefas administrativas, e expõe alguns problemas de saúde, com mais clareza que em 1846, porém os capitulares não lhe dão assentimento e se mostram reticentes, inclusive para nomear um novo Assistente, embora o consiga no final. O Ir. Luís Maria começa a agir na prática como Vigário-Geral, ainda que não tenha sido nomeado para tal. Portanto, Francisco conseguiu impor parcialmente sua visão, porém o tema não é bem compreendido, especialmente pelo Ir. Avit, que nos transmite uma imagem de um Superior enfermo que se retira da gestão dos assuntos ordinários.

O fracasso em obter a autorização canônica de Roma, em 1858, termina por colocar Francisco numa posição difícil. Volta de Roma com as mãos vazias depois de haver estado lá seis meses. Durante sua ausência, seus Assistentes asseguraram o governo. A Casa Geral mudou de l'Hermitage para Saint-Genis-Laval. O prestígio do Ir. Luís Maria incrementou-se ao ser encarregado da construção da nova Casa Geral. Muito provavelmente todos esses acontecimentos pesaram fortemente no desejo de o Ir. Francisco se retirar.

O Capítulo de 1860, mais que um novo Capítulo, é uma continuação do de 1852-54. Não há delegados eleitos e só participam os Irmãos estáveis

(todos antigos). Não se trata mais que de aprovar as decisões já tomadas no Conselho. O Ir. Francisco tem a missão, especialmente em seu discurso de abertura, de mostrar que a decisão já foi tomada pelos *três-um*.

Quando o Ir. Francisco fala de *nossa saúde*, não está falando unicamente da sua, mas também da de seus dois Assistentes originais, que tiveram sérios problemas de saúde refletidos em suas respectivas biografias. É curioso que o Ir. João Batista, asmático, que passará em semirretiro o resto da vida em Saint-Genis-Laval, não se propunha renunciar. É que a saúde não é o motivo principal. Trata-se de organizar melhor o governo do Instituto para conduzir com acerto seu crescimento e afrontar as dificuldades provenientes do interior (Irmãos pouco edificantes) e do exterior (mudanças na sociedade e multiplicação das tarefas administrativas e de gestão). No fundo, Francisco está consciente de que se está diante de uma crise estrutural. E tudo isso se mescla com as dúvidas expressas pelas autoridades eclesiais e romanas sobre a capacidade dos superiores para governar e sua opinião de que o governo dos Irmãos Maristas está excessivamente centralizado.

Francisco sabe que perante os Irmãos aparece cada vez mais como o vínculo fraco do grupo de sucessores de Champagnat no governo. Dá-se conta de que é o único que se pode retirar sem que os Irmãos entrem em crise e de que, também, tem a autoridade necessária, por ser um dos primeiros Irmãos, para fazer que se aceite a mudança. Estou convencido de que se sacrifica voluntaria-

mente para dar a resposta de que o Instituto necessita.

No final, obteve algumas mudanças, que ele tentou desde 1845, sem sucesso. O grupo de governo se amplia, e o Superior-Geral vai ter uma autoridade sem oposição. No fundo, sua renúncia foi a melhor preparação para que seus sucessores pudessem governar como ele acreditava que devia ser. Porém, tal lucidez e desprendimento não serão compreendi-

dos em profundidade. Daí o mito de que Francisco renuncia por razões de saúde e porque se sente atraído pela vida retirada.

E seu retiro, ademais, será muito relativo, já que rapidamente se encontra desempenhando a função de Diretor de l'Hermitage. Entretanto, prevalecerá a imagem de Moisés na montanha, que é preciso usar com precaução se se quiser ser fiel à verdade histórica.

Referências

Fontes

Atas do II Capítulo Geral em AFM²⁷ 31.02.

Atas do III Capítulo Geral em AFM 31.03.

Atas do IV Capítulo Geral em AFM 31.04.

Carta do Ir. Luís Maria ao Ir. Francisco, de 26 de maio de 1841, em Lessard (Ed.), 2007, doc. 267.

Carta do Pe. Favre, de 21 de fevereiro de 1858, em Bourtot, 1999, p. 58-61.

Circular do Ir. Francisco, de 2 de julho de 1860, em *Circulaires* (Vol. 2). Lyon-Paris: Emmanuel Vitte, p. 400-401.

Circular do Ir. Luís Maria, de 27 de dezembro de 1860, em *Circulaires* (Vol. 3). Lyon-Paris: Emmanuel Vitte, p. 5-38.

Circular do Ir. Luís Maria, de 8 de abril de 1872, em *Circulaires* (Vol. 4). Lyon-Paris: Emmanuel Vitte, p. 239-313.

Caderno 301 do Ir. Francisco, em AFM 5101.301.

Caderno 304 do Ir. Francisco, em AFM 5101.304.

Caderno 305 do H. Francisco, em AFM 5101.305.

Sur les traces de Frère François, Pèlerin a Roma, em AFM 51119.121a.

Livros e artigos

Vie du Frère Louis-Marie, deuxième Supérieur Général de L'Institut des Petits Frères de Marie 1810-1879. Lyon-Paris: Emmanuel Vitte, 1907.

L'Œuvre de nos Chapitres Généraux. *Bulletin de l'Institut*, 27, 207, p. 631-645. 1967.

Bourtot, B. *Frères et pères de la Société de Marie sous le généralat de Frère François 1840-1860*. Saint Priest: Document SM n. 53, 1999.

Chastel, G. *Le Frère François*. Paris: Editions Alsatia, 1948.

Chronologie mariste. Roma: Casa General, 2010.

H. Avit *Anales del Instituto*. Zaragoza: EdelVives, 2012.

H. Juan Bautista. *Biografías*. Zaragoza: Luis Vives, 1986.

H. Juan Bautista. *Sentencias. Enseñanzas Espirituales*. Zaragoza: Luis Vives, 1988.

H. Juan Bautista. *Vida de José-Benito-Marcelino Champagnat*. Zaragoza: Luis Vives (edición del Bicentenario), 1989.

H. Silvestre. *Memorias. Vida del P. Champagnat*. Zaragoza: Luis Vives, 1990.

Lanfrey, A. *Impressions après lecture de la Vie du Frère François par le frère Gabriel Michel* (Não publicado) Curitiba : PUCPR, 2015.

Lanfrey, A. Mathieu Patouillard, vizinho de l'Hermitage. *Cadernos Maristas*, 33, 2015, p. 115-122.

²⁷ Sigla referente aos Arquivos dos Irmãos Maristas, na Casa Geral de Roma.

- Lessard, G. *Colin sup. Documents pour l'étude du généralat de Jean-Claude Colin (1836-1854)* (Vol. 1). Rome: Padri maristi, 2007.
- Martínez Estaún, A. (2015). *Historia de las Constituciones de los Hermanitos de María desde los orígenes hasta la aprobación en 1903, narrada a través de los textos de las Circulares de los Superiores Generales*. Disponível em: <http://www.champagnat.org/510.php?a=6a&id=4313>.
- Michel, G. *Frère François, Gabriel Rivat, et 60 ans d'histoire mariste*. Saint-Chamond: Delta 7, 1996.
- Perrin, E. (2014). Nascimento de l'Hermitage de Champagnat em Gaux. *Cadernos Maristas*, 32, p. 133-164.
- Ponty, L. *Vie du Frère François premier Supérieur Général de L'Institut des Petits Frères de Marie 1808-1881*. Lyon: Emmanuel Vitte, 1899.
- Richard, L. O Ir. Francisco em suas cartas pessoais. Governo do Instituto e direção espiritual. *Cadernos Maristas* 33, p. 85-100. 2015.
- Zind, P. A la découverte du F. François - Essai sur sa démission (18 juillet 1860). *Bulletin de l'Institut*, 24, 179, p. 278-294; 180, p. 387-401. 1960.

CAMÉRISTES, BESACIERS, FORAINS nas escolas dos irmãos maristas no século XIX



André Lanfrey,
fms

Os *Annales des Maisons*, do Ir. Avit, nos falam, com detalhes, de muitas centenas de nossas escolas no século XIX. Muitas delas não são apenas escolas da comunidade local: além dos estudantes externos, que frequentam a escola todos os dias, recebem várias categorias de internos, mais ou menos difíceis de definir:

Os **“besaciers”**: O nome em francês indica que os estudantes vêm à escola com um saco (uma *besace*) em que eles colocam suas provisões da semana: bacon, batatas, frutas... Por uma pequena taxa eles dormem na escola e são servidas sopas como uma refeição quente. Vêm de lugarejos distantes da vila ou de vilas próximas. O critério que os define é a distância da escola. Mas a palavra *“besacier”* tem também uma tonalidade pejorativa: a *“besace”* era o saco do vagabundo, do marginal. Não sendo habitantes da vila de uma comuna, mas dos povoados, os *“besaciers”* são vistos como grosseiros. Além disso, eles só vêm à escola no inverno e muitas vezes de forma irregular.

Os **“caméristes”**: essa palavra designava tradicionalmente os alunos que moravam com um habitante do lugar ou com um mestre de pensão para poder seguir os cursos de um “colégio”, que era muitas vezes apenas um “pequeno colégio” de nível muito medíocre. Muitas vezes, o próprio “colégio” tinha um *cameristat*. No vocabulário marista, as palavras *“camérist”* e *“besacier”* podem significar a mesma realidade: alunos que vêm de longe e permanecem na escola durante a semana. No entanto, a palavra *“camérist”* é mais notável: evoca estudantes de um meio mais elevado e mais assíduos na escola.

Os **“forains”**: a palavra se refere ao estudante ou aluno que não é da comuna ou da cidade onde a escola está estabelecida, seja externo ou interno. Assim, certo número de *besaciers* ou *caméristes* são ao mesmo tempo *“forains”*. As vilas, quando admitem *“forains”* na sua escola, fazem com que eles paguem uma taxa maior do que os alunos do seu território.

Os pensionistas: se são da comuna ou não, eles vivem permanentemente no estabelecimento, desfru-

tam de refeições e um alojamento especial. Grande número de externatos das vilas tem alguns pensionistas que lhes possibilitam um apoio financeiro, mas também exigem serviços pesados.

Ao longo do século, algumas palavras tenderão a substituir os termos antigos acima. Pouco a pouco, a diferença entre pensionistas e “*caméristes*” desaparece e a palavra “interno” pode designar tanto os “*caméristes*” quanto os pensionistas. Além disso, vários “*caméristats*” se transformam em pequenos pensionatos.

Meio pensionista: Este termo tende a substituir os velhos termos “*besacier*” e “*camériste*” no fim do século XIX, para designar os alunos que fazem sua refeição na escola.

Restam outras categorias mais fáceis de definir: externos, em estudo supervisionado ou não, curso para adulto...

A escola dos Irmãos nas cidades e pequenas vilas é, portanto, uma instituição complexa, que acolhe frequentemente crianças, e às vezes jovens, de várias origens e com status diferentes. Não é estritamente falando uma escola rural, mas um pequeno centro cultural se inspirando mais pela tradição do que pequeno colégio do Antigo Regime (o latim deixado de lado) que pela escola paroquial dedicada ao catecismo e praticando o método individual.

1. CHAMPAGNAT E A PRÁTICA DO “CAMÉRISTAT”

A Vida nos diz que Marcelino fez sua primeira comunhão aos 11 anos¹ (Ch. 1, p.4) o que não é impossível, mas parece bem precoce, pois que geralmente era feita aos 13 anos. Além disso, nenhum documento convincente corrobora esta afirmação do Ir. Jean-Baptiste. Se fosse assim, significaria que Marcelino tenha frequentado a escola do dia de Todos os Santos até a Páscoa, a partir de 1798 ou 1799, de 9 a 11 anos, para aprender ao mesmo tempo a leitura e o catecismo. De uma aldeia perto da vila de Marlhès, ele era certamente externo, mas também misturado com outros alunos “*besaciers*” ou *caméristes*² de aldeias distantes.

Quando Marcelino foi estudar em St Sauveur-en-Rue, em 1804-1805, na pequena escola de seu cunhado, a uns 12 km de Marlhès, ele era pensionista ou *camériste*?³ É bem provável que, por questão de economia, ele devia retornar a cada semana a Marlhès para se abastecer. É em Verrières e depois em Santo Irineu que ele experimentará a vida pensionista.

Nós encontramos Champagnat em La Valla estabelecendo um “*caméristat*” em uma data infelizmente

¹ Nos *Annales des Maisons* (Marlhès), o Ir. Avit diz que ele fez sua primeira comunhão em 1800.

² Descrevendo a escola dos Irmãos em 1818-22, o Ir. Avit lembra que eles acolhiam um grande número de “*caméristes*”, apesar da exiguidade do local.

³ Não era uma escola primária, mas uma “pequena escola” ou “*pédagogie*”.

difícil de precisar (Vida ch.7, p.6), porém, sem dúvida depois de 1820. Como a escola se tornou numerosa, está agora dividida em duas classes; um certo número de estudantes se alojam nas casas dos habitantes do lugar de acordo com o antigo costume do *caméristat*⁴. Como eles ficavam abandonados a eles mesmos depois das aulas, M. Champagnat fez alterações na casa da escola para acolhê-los. Parece-me, além disso, que a famosa mesa conservada na sala de Champagnat, muito baixa e com várias gavetas, havia servido aos *caméristes* ou *besaciers*.

O estabelecimento desse *caméristat* há mais importância do que parece, pois ele mostra que o Fundador considera a escola como um centro educativo com influência mais ampla. E não é por acaso que, por volta de 1820, o acusam de ter um colégio clandestino.

O Prospecto de 1824 não diz nada sobre o *caméristat*, nem menos o de 1838 (C. 1, p. 240). Ao contrário, aquele de 1840 (C.1, p. 343) precisa no seu último artigo: “Os pensionistas, os meio-pensionistas e os externos de fora do município, estão sob a responsabilidade e em proveito dos Irmãos”. De fato, o Instituto deve manter com as comunas uma luta, passo a passo, para preservar seu controle sobre os alunos externos à comuna: uma luta cujos contratos relatados pelo F. Avit nos

Annales des Maisons testemunham amplamente.

Mesmo depois da lei Guizot (1833), que obriga cada comuna a dispor de sua escola para meninos, o Instituto se recusa a se fechar em uma função de escola comunal e mantém sua tradição de escola aberta em um território bastante grande. Ao mesmo tempo, mal pagos pelas comunas “avarentas” (“*liardeuses*”), os Irmãos diretores desejam ter certeza de uma autonomia financeira. Enfim, o vocabulário empregado mostra que os termos tradicionais como “*bessacier*” ou “*camériste*” são considerados inadequados.

2. UM MODELO DE ESCOLA SEGUNDO O PADRE CHAMPAGNAT

Pouco antes de sua morte, em 21 de janeiro de 1840 o P. Champagnat escreveu ao Padre Gire, pároco de Saint Privat d’Allier, os planos da escola ideal⁵. Ele não usa o nome “*camériste*”, mas faz implicitamente uma diferença entre *caméristat* e pensionato.

“É preciso que haja no andar térreo uma cozinha, uma copa, um refeitório e duas grandes salas contíguas [...] de maneira que os Irmãos possam se ver um ao outro. [...] É preciso que a primeira dessas duas salas possa conter 60 alunos, que estão aprendendo a escrever; a segunda, uns 70 a 80, que estão aprendendo a ler⁶.

⁴ Eu conheci ainda esse costume em St Martin-en-Haut, durante o ano 1962-63: um irmão conduzia uma parte dos pensionistas que devia dormir nas casas de diversos habitantes.

⁵ *Cartas*, n° 315

⁶ O ensino simultâneo da leitura e da escrita não está, portanto, ainda em uso.

Se o número habitual de pensionistas for de 20 a 30, é preciso construir uma terceira sala contígua às duas primeiras para dispô-los numa aula separada [...]

O primeiro andar deve ter dois ou três quartos e um dormitório que comporte umas quarenta camas com um metro de distância entre as fileiras. Convém abrir nos quartos dos Irmãos uma janela de comunicação (sic) através da qual poderão observar e vigiar os meninos no dormitório”.

Champagnat considera, pois, nitidamente, três status: os externos, da cidade e das regiões rurais próximas; os pensionistas que têm seu dormitório próprio e, se eles são numerosos (20 a 30), uma classe à parte; os *besaciers* e os *caméristes* mais numerosos (40).

O modelo seguido por Champagnat não pertence à escola paroquial ou comunal, mas se inspira, antes, no pequeno colégio, susceptível de servir de centro educativo a competências mais amplas. De fato, ele faz concorrência ao colégio, mesmo que esse conserva o privilégio, muitas vezes mais teórico que real, do ensino do latim. Nos capítulos XX-XXIII da *Vida de Padre Champagnat* (2ª parte) que descreve sua ação educativa, o Ir. João Batista nada diz sobre esta prática complexa do internato, no entanto difundido e bastante desafiador na vida cotidiana das escolas. Mas, é verdade que o Ir. João Batista era muito contrário aos pensionatos que ele nominava de “esgota-irmãos”.

3. CONSTITUIÇÕES E REGRAS DE GOVERNO (1854)

A Regra de 1837 não diz nada sobre os *caméristats* ou sobre os pensionatos. A de 1852 se contenta com uma alusão: no capítulo IV, artigo 8, pede que os alunos não se tornem muito familiares na casa, notadamente, “que eles entrem nos apartamentos dos irmãos e mesmo na cozinha, sem bater na porta e sem permissão”...

No capítulo IV da 2ª seção das Constituições de 1854, a Regra dos Irmãos diretores apresenta vários artigos sobre os alunos que são pensionistas na casa dos Irmãos. O artigo 10 proíbe aulas particulares nas escolas sem a permissão do Superior Geral, assim como alunos nas residências dos alunos. E o artigo 11 diz: “Ele (o diretor) não pode receber os pensionistas nem mesmo se encarregar dos alunos externos depois das aulas sem permissão”. O artigo 14 prevê que “nas casas onde há pensionistas” haverá um regulamento particular para os Irmãos vigilantes. O artigo 32 faz alusão claramente ao *caméristat* sem dizer a palavra: “Quando há alunos que dormem na casa”, dever-se-á assisti-las ou observá-las cuidadosamente.

Evidentemente, os textos legislativos não têm por finalidade descrever a sociologia dos alunos da escola e, manifestamente, rejeita-se utilizar expressões muito familiares. Institucionalmente, o instituto só conhece

os pensionistas, “aqueles que dormem na escola” e os externos.

João Batista, o Ir. Louis-Marie era partidário de

4. OS PENSIONATOS CHEZ OS SUCESSORES DO P. CHAMPAGNAT

Nos *Annales de l'Institut*, o Ir. Avit se detém um instante sobre a política dos superiores quanto aos pensionatos (Année 1852, § 74-78) citando uma carta ao pároco de Neuville que quer aí instalar um pensionato conveniente. O Ir. Francisco é contra o projeto:

“Quanto mais caminhamos, mais percebemos que o melhor para nossos Irmãos é ter apenas simples escolas e depois ir tranquilamente a seus exercícios de piedade e viver no recolhimento e na exata observância de suas regras”.

O Ir. Avit acrescenta que, se esse ponto de vista era partilhado pelo Ir.

“pensionatos bem organizados, com pessoal suficiente e que poderiam criar recursos financeiros ao Instituto”.

O Irmão Francisco visa, portanto, um tipo de estabelecimento que sobrecarrega os Irmãos e sua convicção inclui, sem dúvida, qualquer forma de internato com os mesmos efeitos. Duas soluções são, portanto, possíveis: fechar os pensionatos (o que teria feito o Ir. João Baptista nas províncias de St. Paul e Aubenas) ou deixar à improvisação. Mas a escassez de recursos das escolas dos Irmãos e a necessidade de responder às necessidades da população farão com que o sistema do *caméristat*, funcione por muito tempo, principalmente nas províncias de St Genis e l'Hermitage, as mais antigas.

Tabela das escolas com *Bessaciers*, *Forains*, *Caméristes*, por Província, de acordo com o Ir. Avit

Províncias	<i>Besaciers</i>	<i>Forains</i>	<i>Caméristes</i>	Total
Aubenas	0	31	8	39
NDH	16	33	26	75
SGL	16	54	24	94
St Paul	0	21	0	21
Beaucamps	0	14	1	15
Lacabane	1	5	2	8
Varennes	2	19	16	37
Total	35	177	67	279

Essa tabela mostra claramente que os *besaciers* e os *caméristes* são uma tradição das províncias mais antigas: Notre-Dame de l'Hermitage, St Genis Laval e, em parte, Varen-

nes. No sul e no norte, para populações geralmente mais concentradas ou mais urbanizadas (Beaucamps), essa tradição quase não existe. Mas a influência do Ir. João Batista certa-

mente pesou nas províncias do sul (St Paul e Aubenas).

5. OS BESACIERS NA PROVÍNCIA DE NOTRE-DAME DE L'HERMITAGE

São 27 escolas com *caméristes* e *beaciers*. Seis dentre elas têm pensionistas, sobre um total de 91 estabelecimentos, numa proporção de cerca de 30%. O Ir. Avit nos dá uma boa ideia do contrato entre a escola e os *besaciers*: “em Craponne os Irmãos devem lhe fornecer sopa 3 vezes ao dia, aquecimento, iluminação e constante vigilância”. Em Marlies, as condições são quase semelhantes: os *caméristes* pagam 4 F por mês, isto é, 0,133 F por dia. “Eles recebem alojamento, caldo 2 vezes por dia, aquecimento, iluminação, vigilância de dia e de noite, e a instrução”. Geralmente, o Ir. Avit acompanha suas informações com um comentário, sublinhando que havia pouca relação entre a carga de trabalho e o valor pago: “não era caro”. Ele ressalta que em Firminy havia alguns *caméristes* “de mal espírito” (de difícil relacionamento) – NT (O Ir. Avit utiliza uma expressão que encontramos somente essa vez: “*qui étaient mal peignés (pénibles)*”). – É, portanto, uma tarefa muito exigente e o Ir. Avit observa que em Crémeaux, em 1875, o visitador, observando que o Ir. Céran, diretor, não tinha o seu brevet, acrescenta: “Os estudos se reduzem a bem pouco nas casas onde há *besaciers*”.

O Instituto queria suprimir essa exigente tradição, como em Lay, em

1873, onde “o Ir. Visitador insistiu na supressão dessa *besacerie*”. Mas, as pessoas querem uma educação barata. Assim, em Jonzieux, comuna vizinha de Marlies, em 1866-68, a escola tem duas salas com 87 alunos no inverno, dos quais 8 *caméristes* e 45 “*paysans*”, e 40 no verão. Esta palavra, que não existe em outro lugar, equivale ao “*besacier*” e é igualmente pejorativo. O Analista acrescenta também um detalhe interessante: “se permitia sempre de dormir juntos, aos internos que eram irmãos. [...] Apesar das interdições dos Irmãos Visitadores, se tolerava, ainda, dois internos na mesma cama”.

O Instituto, pois, dificilmente impôs a populações recalcitrantes, a modernidade educativa de que é imbuída. Ela deve tolerar práticas arcaicas e julgadas, muitas vezes, moralmente suspeitas. Mas particularmente, a *besacerie*, ao mesmo tempo produzindo muito pouco e exigindo muito, não permite instruções sérias. Em St Pierre du Champ, em 1874, há um grande número de *besaciers*, mas não pagam mais de 3 F por mês, “e a maior parte desaparece durante o verão”. A *besacerie*, portanto, está muito relacionada com a escola de inverno, do Dia de Todos os Santos até a Páscoa.

6. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E FREQUÊNCIA ESCOLAR

Em St Jus en Bas, em 1864-1876, temos uma descrição precisa das situações diversas dos alunos. As classes contam em média no máximo 101 alunos e no mínimo 35, dos

quais 52 externos pagantes e 26 internos, geralmente *besaciers*, o que significa que o número de alunos gratuitos deve ser 23.

Mas, os *Annales* precisam que os estrangeiros à comuna (os *besaciers forains*, em suma) pagavam 5 F de pensão por mês e os outros 2F50, em sua contribuição mensal. “Os poucos pensionistas pagavam 25 F por mês”. O analista acrescenta: “Com essas taxas e um recebimento fixo de 1100 F, os Irmãos não corriam o risco de se tornarem milionários”. Em St Jean Soleymieux já 60 internos: os pensionistas pagam 320 F por ano e os *besaciers* 4 ou 5 FF por mês. O recebimento legal é de 1900 F. Em St Didier, por volta de 1840 e 1850, a escola dos Irmãos tem 200 alunos, e compreende um grande número de *besaciers*. A escola é gratuita para os externos. Os *besaciers* ou *camériste* da comuna pagam 2F50 por mês, e os estran-

geiros 5F. Seu número varia de 40 a 50. Os 4 Irmãos, dispendo de um recebimento de 1200 F, “não têm como pagar todo caviar todos os dias” - (“*pas de quoi se payer souvent des becfiques*”). Em St Sauver, a média do máximo de alunos é de 130, o mínimo de 61, dos quais 14 *besaciers* pagam 5F, os outros são gratuitos. Em Montagny, nas 3 classes estão inscritos 123 alunos dos quais 17 *besaciers* pagando 8 francos, se eles não são da comuna, e 6 se eles o são.

Em Craponne, após o acordo entre a comuna e o superior geral, “os *forains*, os pensionistas e os meio-pensionistas: será permitido aos Irmãos receber, como no passado, como os da comuna de Craponne, a taxa escolar segundo a classe que eles frequentarão”. Em 1862, o recebimento é de 2200 F, mais 3F50 por mês por cada *camériste* e 2F por cada externo.

Escola	Data	Total de alunos	Pension.	Besaciers	Externos pagantes	Externos assistidos
Andance	1860-66	112 (em média)	12	14	41	24
Charlieu	1850	?			alguns	
La Valla	1868 1869	103 113		7 16	0 0	
Usson	1849	175		14		
St Pierre du Champ	1874			Grande número		
St Just en Bas	1864-76	101 max. 35 min.	raros	<i>Besaciers</i> e <i>forains</i>		
St Jean-Soleymieux	?	184	Sim	Sim (60 internos)		
St Pal en Chalancon	?			Sim (sala separada)		

Escola	Data	Total de alunos	Pension.	Besaciers	Externos pagantes	Externos assistidos
St Didier	1840-50	200		40 a 50		Estudo gratuito
St Sauveur	1875-85?	130 max 61 min.		14	0	
Tarentaise	1840 1860	57	Sim. (Quantos?)	Sim. (Quantos?)		
Serrières	1876 1877-79	30 a 40 61	9	4		15
Pélussin (2 escolas)	1872 1873 1874 1875	227 280 202 269	10 12 7 10	8 15 20 25		45 27 50 50
Montagny		123		17		
Lay	1873 ?	77 max. 56 min.		6 8	34	
Craponne						
Crémeaux	1876			Sim. (Quantos?)		
Jonzieux	1861-66 1867-68?	96 max 39 (min.) 87 (inverno) 40 (verão)		<i>Caméristes</i> 8 cam. 45 componeses		
Vanosc	1855-59	125 (inverno) 70 (verão)		20 cam.		
Vion	1872			3 cam.		6
St Maurice sur Loire	?	64		4		
Préaux	1851	80 (inverno) 28 (verão)		2	40	
Marlhes						
Doizieux	1864-69	90		15 cam.		10
Firminy	1840	140		alguns		
Boulieu	1836			12	20	
Peaugres	1836			50	50	
St Sauveur	1836				80	

CONCLUSÃO

Está claro que a tradição de acolher estudantes de um grande território remonta ao Padre Champagnat que procurou gerar um tipo de escola inspirada talvez mais ao pequeno colégio das cidades e povoados do que à escola paroquial. Mas ele foi também muito pragmático. Pensionistas, *caméristes* e *besaciers*, portanto, correspondem a um tipo de regime educacional antigo, fortemente marcado por algumas características precisas: frequência à escola no inverno; relutância das pessoas e das comunas a gastar com a educação; fraca identidade da escola comunal. A função do professor ainda permanece em grande parte uma profissão liberal que inclui, como nos antigos colégios, a dupla tarefa dono de pensão e professor.

Essa atividade liberal será, cada vez mais, regida pelo Estado que fixa um salário mínimo (200 F com a lei Guizot e 600 F com a lei Falloux)

para o professor comunal e, às vezes, o adjunto. É a comuna que paga o professor. É o preceptor quem recebe as taxas escolares para o orçamento da comuna; e os Irmãos, melhoram sua situação financeira recebendo internos de diversos status. Até às leis laicas de 1881-86, as escolas dos irmãos serão regidas por contratos instituto-comuna que dão origem a amargas negociações.

A ideia de que Champagnat fundou sua obra para o mundo rural é ao mesmo tempo correta e falsa. Na verdade, ele procurou estabelecer centros educacionais para crianças em cidades, pequenas cidades e áreas rurais circundantes. Os irmãos, embora com frequência de origem rural, tiveram uma ação urbanizadora em ambientes pelo menos semi-urbanizados. Ao receber pensionistas, *caméristes* e *besaciers*, eles não estavam relutantes em misturar classes sociais. A utopia do Instituto foi a instrução religiosa e profana de crianças de várias classes sociais, seja rural ou urbana.

ANEXO

MARIE-MADELEINE COMPÈRE, NA OBRA *DU COLLÈGE AU LYCÉE (1500-1850)*, ARCHIVES, 1985, APRESENTA UMA HISTÓRIA DOS COLÉGIOS ALTAMENTE ESCLARECEDORA PARA A HISTÓRIA MARISTA

Concebido no início do século XVI em Paris, o modelo se espalhou em todas as cidades do reino. A Igreja e o Estado consideram que é a ferramenta de formação mais adaptada às elites. A partir do fim do século XVII, aparecem os sinais de desagregação. O colégio perde seu monopólio educativo: está competindo com as escolas de caridade (especialmente da F.E.C.) nascida em 1680 para as quais o latim já não é indispensável. Nesta corrente se inserem escolas primárias, técnicas, profissionais. Também está sujeito à concorrência da educação privada: a dos preceptores, pedagogos, os

que abrigam estudantes. E os donos da pensão se veem no direito de ensinar a seus pensionistas. Nos vilarejos proliferam novas escolas, de qualidade muitas vezes medíocre e pouco preocupadas com o projeto humanista primitivo. Os pequenos seminários se multiplicam. Napoleão estabeleceu o monopólio da universidade em 1806-1808, mas em 1830 o Estado já não conseguiu reforçar o seu monopólio do ensino secundário. Após a lei Falloux (1850) que quebra esse monopólio, será o apogeu do pensionato sob o Segundo Império (1852-1870). Ele absorverá todas as outras formas de acolhimento.

AS COMUNIDADES DE INSERÇÃO NA BÉTICÁ MARISTA depois do Concílio e do XVI Capítulo Geral



José Luis de Vicente, fms

Nota do editor:

Como a quantidade e a extensão das notas alongavam este interessante artigo, além do que convém a uma publicação desta natureza, encurtamos ou eliminamos a maioria das notas da versão original. Os interessados nessa versão podem solicitá-la ao autor.

1. A IGREJA DO PÓS-CONCÍLIO NA ESPANHA

O Concílio Vaticano II favoreceu uma mudança no rumo da Igreja, possibilitando que o aparentemente imutável, mudasse; que o atado, se desatasse; e o petrificado se derretesse. Ainda que os bispos espanhóis voltassem um tanto em desacordo com isso, assumiram com generosidade e decisão a tarefa de colocá-lo em prática, mesmo se alguns documentos conflitavam com o regime político, passando de uma Igreja de “cristandade” a uma Igreja de “missão”. Para isso convocaram uma “Assembleia Conjunta de Bispos e Sacerdotes”¹, que preparou o caminho para a renovação. Essa mudança

também foi percebida na Vida religiosa e deu origem a uma série de conflitos porque as novas formulações não conseguiram mudar práticas de anos nem introduzir outras mudanças mais profundas que, quando vislumbradas, foram rejeitadas pelos responsáveis porque asustavam e desestabilizavam.

2. A RESPOSTA MARISTA AO CONCÍLIO VATICANO II

2.1. A resposta do Instituto

O XVI Capítulo Geral, a pedido do Concílio, definiu com clareza o estilo de vida e a tarefa apostólica da Congregação: “a educação cristã da juventude, com particular atenção aos

¹Acolhida com esperança pela maioria do clero, ao qual se uniram religiosos, leigos e seminaristas, trabalharam os documentos em mais de 1700 grupos. Expressaram, honesta e abertamente, o que pensavam. Nunca, na história eclesial espanhola, se deu um debate tão maduro e sincero.

menos favorecidos. A promoção humana e a promoção da justiça, por meio da escola católica ou qualquer outra que permita a respeitosa educação da pessoa. A catequese fora da escola e outras formas de apostolado adaptadas às necessidades dos tempos”.

2.2. A resposta da Província Bética

2.2.1. Os Capítulos Provinciais

O primeiro deles, presidido pelo Ir. Javier G. Terradillos, propõe, entre outras coisas, “lançar-nos, generosamente, ao apostolado dos pobres e marginalizados, abrir as portas de nossos colégios ao maior número possível dentre eles” e, para facilitá-lo, pede-se que façam concurso para professores da escola pública, e colocar-se a serviço de “escolas Patronato”, subvencionados pelo Estado”².

No segundo (Cap. Provincial), se reflete sobre “a crise vocacional e o futuro dos Maristas na Andaluzia” e se propõe a implantação (entre os Irmãos) de um novo estilo de vida religiosa marista³. Essa questão continua nos estudos do terceiro Capítulo, juntamente com a situação de nossos colégios e de sua orientação futura. Consta-se o desnível existente

entre a doutrina oficial e o que se faz, geralmente, na opção prioritária pelos menos favorecidos e no pluralismo das opções educativo-apostólicas, intimamente relacionadas com o problema vocacional. No quarto, mesmo reconhecendo que não há suficiente sensibilidade e motivação entre os Irmãos e que seria preciso capacitá-los mais, aborda o tema do “Plano de Pobreza e da Justiça”. O quinto dedica sua terceira sessão a avaliar e a pronunciar-se sobre as Comunidades de inserção. Há acordo em aceitá-las e melhorá-las. No 7º, entre os Planos Provinciais Trienais, elabora-se o da Pobreza e Justiça.

2.2.2. A Visita do Ir. Basílio

Realizada em 1972, foram trabalhados 12 questionários, nessa visita, durante os retiros do mês de julho, para conhecer a realidade da Província de Bética. Conclui com uma mensagem que convida a província a “caminhar em favor da renovação com unidade e caridade, evitando tensões provocadas por um grupo minoritário que se manifesta em contrário”. Nesse parágrafo foi e continua a ser a chave do problema. Propõe-se, teoricamente, a unidade que, na prática – como dizem muitos autores –, “além de ser impossível, é inútil. Finalmente, sempre se impõe o grupo conservador”.

² Assumia-se assim o desejo do XVI CAP. GERAL: “Nas novas fundações deixe-se a criação, a manutenção e a própria gestão das escolas a organismos privados, tais como as associações de pais de família, paróquias, dioceses, ou ao próprio Estado. (...) Este testemunho de autêntico desprendimento é um dos aspectos aos quais o mundo de hoje se mostra mais sensível”

³ Vê-se a necessidade de criar um estilo de vida marista andaluz, diferente do resto da Espanha, na medida em que a Andaluzia é diferente, de modo que possa encarnar-se entre os andaluzes e lhes ajudar a tomar em suas mãos os postos de responsabilidade.

2.2.3. O tema da crise vocacional

Constituía grande preocupação na Província que olha com nostalgia o auge de seus primeiros anos. O então Irmão Julián Nebreda, encorajado pelo Ir. Basílio, realizou um estudo científico e fundamentado, demonstrando que a crise no Instituto começa no início do século XX, devido a causas políticas ou bélicas. A partir do Concílio, surge a atual, a mais aguda e comprometedora, por suas repercussões de longo prazo. Tem causas distintas e mais profundas que as anteriores e não é transitória como elas. Pede outra forma de conceber e de encarnar a identidade marista e durará enquanto isso não for assumido, e se dê resposta adequada da qual depende, em grande parte, um novo ressurgir das vocações. Caso contrário, caminhar-se-á, lentamente, até a extinção.

2.2.4. Renovação pouco assumida

Assim como aconteceu na Igreja, apesar dos esforços dos Capítulos, houve retorno à tradição, na maioria dos Irmãos que não desejavam uma mudança. O Instituto foi bastante aberto à mudança, mas aplicar as decisões exigia capacitar adequadamente os Irmãos e levá-los a uma sincera aceitação. Faltaram superiores suficientes e pessoas preparadas e qualificadas, num momento, talvez, sem precedentes, querido pela Igreja e impulsionado pelo Espírito Santo, com consciência clara de assim ser, além de sua responsabilidade em levar a aceitação dessa mudança a feliz término.

2.3. Algumas iniciativas

2.3.1. Um setor da Província ansiava por abrir caminhos novos de renovação

Preponderantemente, os jovens demonstram, como disse o Ir. Provincial no III Capítulo, “um estado de insatisfação por nossa maneira de ser e anseiam por abrir caminhos de renovação”. No entanto, encontraram, de modo geral, toda espécie de dificuldades.

2.3.2. Impulso pastoral pelas obras educativas

Graças a esse setor, formou-se uma Equipe de Pastoral que ajudou a rever e a orientar o trabalho educativo dos colégios, na dimensão social e religiosa, estimulando o compromisso do alunado com os mais necessitados e com os movimentos apostólicos, e organizando a “Família Marista” com Irmãos e Leigos.

2.3.3. Grupo de reflexão de Irmãos

A partir de 1969 o Ir. Terradillos implantou reuniões com os Irmãos jovens, bastante numerosos naquela época. Muitos deles nutriam inquietações em torno do ser Maristas, no mundo atual. Imaginavam a possibilidade de fazer as coisas de outro modo, como pediam os novos documentos, e buscavam meios e pistas para torná-los realidade. Dali nasceu um grupo de reflexão aberto a todos⁴.

⁴ Estas reuniões, em que participaram uns 50 Irmãos, com maior ou menor assiduidade, prolongaram-se, praticamente, até os últimos anos da Província.

3. AS COMUNIDADES DE INSERÇÃO

3.1. As comunidades de inserção na Igreja da Espanha

Como resposta às mudanças que pedia o Concílio, alguns grupos de religiosos começaram a elaborar projetos para evangelizar o mundo atual por caminhos novos. Perceberam que grande dificuldade era o fato de não aceitar que iniciava uma era pós-cristã, na qual os símbolos religiosos deixavam de definir a cultura; os sacerdotes e consagrados perdiam a aceitação, o reconhecimento, a relevância e a distinção... Era preciso uma atitude de encarnação e de inculturação, pelo que trataram de encontrar formas de vivê-las para continuar a anunciar o Evangelho na sociedade, não a partir de cima e do centro, mas a partir do serviço, da entrega e do seguimento de Jesus pobre e humilde.

3.2. As comunidades de inserção na Província Marista de Bética

3.2.1. *Irmãos que desejavam dar resposta aos chamados do Concílio e dos Documentos Capitulares*

Assim como outros grupos na Igreja, percebiam como começavam a nascer nas cidades cinturões suburbanos nos quais se amontoavam novos pobres, novos problemas e novas necessidades que precisavam de novas respostas. Concluíram que isso exigia duas atitudes: a primeira, edu-

car os alunos, nos colégios, para que, em sua vida e na escolha de sua profissão, fizessem opção pelos valores evangélicos e pelos menos favorecidos. A segunda, fazer-se presentes nesses cinturões, através de comunidades de inserção. Com o apoio do Ir. Terradillos, iniciaram com a primeira.

3.2.2. *A comunidade do bairro de “La Picuriña”, em Badajoz*

Desde 1954, os Irmãos estavam presentes neste subúrbio, em que as necessidades de escola, de formação humana e religiosa eram notórias. A partir do ano escolar de 1973-74, a Província abriu também ali uma comunidade. Seus membros colaboravam com a associação de vizinhos, entidades de bairro e com a paróquia, em cujo colégio alguns deles lecionavam. Em agosto de 1983, com a falta de Irmãos disponíveis, o Conselho decidiu fechá-la, temporariamente – o que foi visto com pesar pelo bairro –, com o compromisso de abrir ou de colaborar em uma obra social, em substituição. Isso foi cumprido, em 1992, quando se concordou em assumir a fase de reinserção da obra diocesana para a reabilitação de dependentes de drogas, o “Projeto Vida”, destinando a ela três Irmãos que também trabalhavam no colégio em que viviam. Em 2001, depois de uma etapa de reflexão, ajudados pelo Ir. Provincial Ventura Pérez, expõem ao Conselho um plano de ação e missão que começam a realizar em 2003. Foram morar num apartamento do Bairro “Las Malvinas”, de estilo simples, acolhedor e próximo ao povo, cola-

borando com a Paróquia, com as demais entidades e o programa de religiosos em bairros periféricos da cidade.

3.2.3. A Comunidade do Polígono Norte de Sevilla

No ano de 1974, de acordo com o Conselho Provincial e depois de negociações com alguns Bispos da Andaluzia para implantar nova comunidade de inserção, foi aceita a proposta do Cardeal de Sevilla, Dom José Maria Bueno, no Polígono Norte, um bairro operário em que a maioria de seus habitantes vivia em situação de pobreza em todos os sentidos. Iniciaram no dia 12 de outubro, depois de elaborar o projeto comunitário, durante uma semana de oração e de reflexão, acompanhados pelos Irmãos Basílio, Superior Geral, e Terradillos, Provincial. Desde o primeiro momento, propõem-se três objetivos: a) Colaborar com a paróquia, apenas criada, que atendia a sete bairros vizinhos com uma população de umas 20.000 pessoas, nela se integrando e formando equipe com o pároco, as Irmãs Carmelitas e as pessoas comprometidas da paróquia. b) Estar muito atentos à realidade. c) Trabalhar na escola pública e nas instituições civis e sociais, de modo a estarem presentes de nova maneira na sociedade, não a partir de meios próprios como alguém a mais, mas em atitude de serviço.

Diante das frequentes tensões surgidas entre essas duas comunidades com a maioria dos Irmãos da Província e com o Provincial e seu Conselho, foi necessário realizar uma reunião com eles e o Ir. Basílio, Superior Geral. Como consequência foi nomeado o Ir. Fernando Hinojal como representante e mediador do Conselho ante essas comunidades. As comunidades recebem a visita dos Conselheiros Gerais, acompanhados do Ir. Provincial⁵. Constata-se mais uma vez que, se os que visitam as Províncias e falam sobre o tema da Pobreza e Justiça não estão identificados com ele, eles eliminam o desejo de trabalhar, em vez de entusiasmar. Em 1990, recebem a visita do Ir. Superior Geral, Charles Howard, muito cordial e intensa. Em setembro, o Conselho decide dar outra orientação à comunidade. Diante da falta de Irmãos, encerrou-se em setembro de 2004.

3.2.4. Outras Comunidades

A partir de 1997, foram criadas, na Província, outras comunidades de inserção. Falta-me espaço para tratar sobre elas.

3.3. As Comunidades Maristas de inserção, na Espanha

Surgiram também algumas nas demais Províncias. A Comissão de 'Novas Formas de Vida Comunitária',

⁵ Em 1979, de Arturo Chaves e Luis Silveira. Encontraram muitos valores no projeto, não vendo nele nenhuma conotação política. Em 1987, a visita dos Irmãos. Eugenio Magdaleno e Alain Delorme. Não os vê muito em sintonia com essa forma de vida marista. A diferença com as anteriores é enorme.

preparatória ao 17º Capítulo Geral, convocou-as para uma reunião, em El Escorial. Desde então, periodicamente, sempre acolhidos pelo Ir. Superior, Casimiro Sánchez, continuaram a reunir-se ali para conhecer-se, comunicar, trocar experiências, aprofundar e iluminar-se mutuamente em diversos temas. Além disso, tomaram contato com grupos de outros países, dos quais recebiam notícias.

3.4. Os objetivos dessas Comunidades de inserção

3.4.1. Aplicar os Documentos dos Capítulos Gerais

Vários deles constatavam o “caráter superficial de não poucas comunidades, não solidariamente comprometidas com as tarefas apostólicas. Não se percebe, suficientemente, a participação de todos. Correm o perigo de já não serem uma “comunhão” de Irmãos, em atitude de busca de Deus, atentos a seus chamados e dispostos a se ajudarem para responder. As relações de fraternidade não são satisfatórias e carecem de atrativo para a juventude”. Ante essa realidade, desejavam “aumentar a paixão por Jesus e por seu Evangelho e conseguir fé suficiente para sustentar a missão e a vida, com estilos mais simples, evangélicos e acolhedores”.

3.4.2. A partir de comunidades sinal e referência do novo estilo de vida marista

Estavam convencidos, como diziam os Documentos, de que “nossa es-

piritualidade é comunitária, expressa-se, exprime-se e vive-se melhor quando estamos reunidos como família ou comunidade. Relacionamo-nos de maneira significativa e garantimos nossa presença comprometida. A experiência de amar e de sentir-nos amados torna-se parte de nossa vida cotidiana. Reconhecemos a bênção de Deus nos companheiros de comunidade que compartilham nossa missão e nossa existência, em tudo o que fazem: trabalhar, lutar em favor da justiça, servir a sociedade, rezar ou partilhar o alimento e o descanso”. Sentiam-se chamados a revitalizá-las, inserindo-se num bairro pobre e periférico, trabalhando em projetos para a juventude, em cooperação com outras instituições e pessoas (paróquia, centro escolar, Cáritas, Associação de vizinhos, voluntários...).

3.4.3. Com a ajuda de Projeto de Vida Comunitária

Consideravam-no como um dos meios mais importantes para construir a comunidade, porque ajuda a progredir na partilha da vida, dos sentimentos, da missão e da fé” e a “criar estruturas que favorecem as relações fraternas, a prática da acolhida, da escuta, do intercâmbio, da ajuda mútua entre todos os membros”. Cuidavam de precisar nele “os valores que querem viver, os objetivos que se propõem alcançar e os meios para consegui-los, tendo como ponto de referência as Constituições”. Todos cooperavam em sua elaboração.

3.4.4. E de Encontros de oração, de reflexão e comunicação em profundidade

“Para dialogar e se ajudarem a crescer na fé, na vida e na missão” a partir do que cada um descobria em torno do porquê e do como viver a vida marista, na sociedade atual em processo de secularização, entre os pobres, os marginalizados e nos bairros. Avaliavam “a vida de oração e de apostolado em comunidade. Partilhavam experiências, esforços, projetos, lutas, decepções e conquistas. Refletiam sobre diversos temas e avaliavam o projeto comunitário”. Isso lhes permitia enfrentar as dificuldades e “exercer a responsabilidade na busca da vontade de Deus”. Para alguns assuntos, a comunidade convidava outras pessoas do bairro: comunidades religiosas, pároco e outros cristãos comprometidos.

3.5. A Opinião dos Irmãos que viveram nessas Comunidades

3.5.1. Dificuldades e defeitos

Não foi um caminho sem dificuldades. Apesar do entusiasmo por cumprir os objetivos, não faltaram erros e defeitos, tomando a palavra em seu sentido etimológico: “o que resta por fazer ou para ser feito”, porque não há nada perfeito neste mundo e tampouco nas comunidades de inserção. Transcrevemos, aqui, algumas de suas opiniões.

a) Em nível de Província:

1. A relação com os superiores e com os Irmãos

Consideravam que era boa com os de Roma, mas tensa e difícil com os da Província, que tinham boa vontade, mas em geral, não estavam preparados para assimilar as mudanças. Os Provinciais se encontraram com dois grupos: uma minoria, ainda que numerosa, geralmente dos Irmãos mais jovens, que assumiram as diretrizes dos Capítulos (a minoria “progressista”). E uma maioria que, na expressão do Ir. Benito, parou em 1967 (a maioria “conservadora”), que não queria a mudança e protestava e se inquietava com as propostas e sugestões da minoria. Havia tensões que constituíam um dilema para os Superiores:

a) *Optar por apoiar o grupo mais jovem*, muito criticado pelos grupos conservadores. Isso significava que uma grande parte dos Irmãos idosos estaria insatisfeita, por alguns anos, mas não iria abandonar a Congregação e, com certeza, se teria acomodado à nova situação, ainda que não a assimilasse.

b) *Optar por apoiar o grupo mais idoso*, o que significava que haveria paz aparente, mas que os Irmãos inquietos seriam quemados e não se realizaria a renovação. Foi escolhida, com exceção do Ir. Terradillos, a se-

gunda opção. Em consequência, produziu-se, lentamente, o desânimo de não poucos. Foi surgindo também um grupo de Irmãos que se integrou no movimento dos focolarinos. Estavam de acordo com o grupo das comunidades de inserção de que seria preciso voltar ao Fundador e tomar a sério o carisma do Instituto, mas os da inserção acentuavam a metodologia do ver, julgar e agir, buscando a conversão das estruturas e o grupo dos focolarinos acentuava a espiritualidade e a conversão pessoal. Sua proposta foi sempre reforçada pelos superiores.

2. O Carisma - o nosso

Era outro foco de conflitos. Para a maioria dos Irmãos, ele se concretizava unicamente nos colégios, pelos que dedicaram toda sua vida, sacrificando-se por construir os novos. Falar-lhes de um carisma renovado e de novas presenças provocava uma repulsa visceral, que era transmitida a essas comunidades. Incomodava-os seu trabalho e implicação social, não a compreendiam nem desejavam o tipo de educação e de comunidade diferentes pedidos pelos novos documentos. Quanto mais essas comunidades se aproximavam dessa linha, paradoxalmente maior se tornava a distância. Criticavam-nas com dureza e olhavam-nas com suspeita e até com desconfiança.

3. Unidade - Uniformidade - Pluralismo

A coesão interna do grupo sempre foi uma preocupação dos superiores para levar adiante o projeto provincial. Sem negar sua necessidade, esses Irmãos buscavam o equilíbrio entre a uniformidade e o pluralismo, o qual sempre se temeu. A maioria dos Irmãos “tradicionais” não assumiram o fato de que se estava num mundo em mudança e que era preciso adaptar-se aos novos ambientes e modelos de educação.

4. Disponibilidade e obediência

O modo diferente de entender este binômio foi um dos pontos que mais desgostos ocasionou. Tradicionalmente, eram vistos com certo aspecto militar e funcional, em que predominava o serviço aos colégios. A nova teologia pretendia uma obediência mais adulta e responsável que dava mais importância à liberdade pessoal, ao discernimento, às mediações, aos sinais dos tempos e aos pobres. Os superiores, na linha tradicional, pediam aos Irmãos dessas comunidades a disponibilidade para trabalhar nos colégios (“o nosso”). Por outra parte, apenas eram encontrados Irmãos disponíveis para serem destinados a essas comunidades entre aqueles que eram necessários nos colégios. É preciso ter a humildade suficiente para reconhecer que, às vezes, não se atuou como necessário em ambas as partes; não se fez o melhor.

5. Excesso de radicalismo

Isso foi consequência, por vezes, da falta de clareza da parte dos Irmãos dessas comunidades, na hora de comunicar o projeto de vida marista que desejavam assumir. E porque, em algum momento, acreditaram ter mais força do que tinham realmente. Isso os levou, talvez, a uma postura excessivamente crítica na relação com os demais Irmãos e superiores. De ambas as partes ocorreram julgamentos genéricos, o que conduziu a enfrentamentos e receios. Fica a dúvida se uma mudança de formas teria podido implicar em maior aceitação ou se a inércia teria tragado os projetos.

b) Em nível comunitário

1. Nem sempre se conseguiu uma adequada síntese

entre oração, apostolado e vida comunitária; entre contemplação e ação, conforme reconhecem os entrevistados. Em alguns casos faltaram oração e reflexão cristã porque a atividade transbordava.

2. Excesso de individualismo e projetos pessoais

Às vezes, houve pouca assertividade na forma de dizer o que se sentia, o que dificultava a comunicação. Não se completou um processo de discernimento sério, entre eles e os superiores, o que

teria ajudado a distinguir entre o que era ilusão ou realidade, para clarificar a identidade e para descobrir o que deveria ser conservado e do que se poderia prescindir.

3. O número e as circunstâncias dos Irmãos

O número foi sempre muito pequeno. E se “a comunidade só pode chegar a ser um centro de vida espiritual, se é constituída por adultos responsáveis e dinâmicos que alcançaram certo nível de maturidade afetiva e social e um mínimo de dotes humanos, como o reto juízo, a preparação profissional suficiente, a capacidade de assumir responsabilidades, para viver com sentimentos de igualdade, amizade, entusiasmo e esperança”⁶; com demasiada frequência se destinava a elas alguém que não cumpria esses requisitos. Ou quem não se identificava com a missão em periferia, quem vinha com sérios problemas vocacionais e com decisões já tomadas. E quando saíam da Instituição constituía um duro revés. Isso não ajudou para que se pudessem desenvolver adequadamente.

c) Em nível de encarnação

Com base nas opiniões, constata-se que, às vezes, não viam com clareza que posição tomar para tornar

⁶XVI CAP. G.

realidade o compromisso de construir o Reino neste mundo de pobres, marginalizados e oprimidos, para adaptar-se e ser entendidos pelo povo. Estavam conscientes de que não era pelo fato de viver no bairro que a pessoa já é um deles. Mas pensavam que, mesmo se não fosse possível em plenitude, já que tinham uma série de conhecimentos e recursos que os tornava diferentes, poderiam, sim, ir assumindo progressivamente a situação deles (casa, diversões, comida, relações, roupa, tempo livre, transporte, situação econômica, etc.), mesmo eliminando o que constituísse aspiração falsa. Em vista de sua formação, do saber falar e de sua preparação, sucumbiram mais de uma vez à tentação de dirigir os processos. Cederam a certo maniqueísmo que os fazia ver como inimigos os poderes econômicos e políticos e idealizar a classe operária. E aconteceu que, muitas vezes, mesmo sendo admirados, apenas eram seguidos. Os pobres, pelo fato de sê-lo, não eram tão simples nem tão encantadores; participavam de todas as limitações humanas e nem sempre evangelizavam.

3.5.2. Valores e sucessos

a) Um projeto que tratava de dar vida às ideias pós-conciliares e capitulares, para ser maristas hoje

Os entrevistados opinam que, apesar dos defeitos assinalados no parágrafo anterior, houve uma expe-

riência rica, gratificante e forte em todos os níveis, com muitas e intensas vivências. Sua criação foi uma decisão profética e de grande coragem da parte do Ir. Terradillos, seu propulsor, de seu Conselho e com a colaboração de um grupo de Irmãos, digna de louvor⁷. Apesar de alguns a obstaculizarem e que, finalmente, fosse fechada pelas dificuldades surgidas e pela falta de Irmãos, significou um grande salto para uma instituição quase bicentenária, a criação, em colégios bem organizados, de comunidades de inserção, sobre as quais ainda não havia nada de determinado e escrito.

b) A partir de novo tipo de comunidade,

apoio e trampolim de sua missão

Como eles dizem, buscavam viver seu caráter de consagrados “numa comunidade de pessoas adultas, responsáveis, livres e autônomas”. Com a experiência de serem convocados pelo mesmo Senhor para serem “especialistas em humanidade”, como dizia Paulo VI. Não apenas viviam juntos, mas se propunham que a vida cotidiana fosse lugar de cordialidade e comunicação espontânea, buscando a participação de coração a coração. Com atenção a cada pessoa, fomentando a amizade, a aceitação e o apoio mútuos. Por meio de relações pessoais que conduziram a uma adequada maturidade afetiva e humana; a uma progressiva comunicação ideológica e existencial de ação, vida e fé pes-

⁷ Cf. Parágrafo 3.4. deste trabalho.

soal, comprometida e comunitária; a uma abertura constante a Deus, centrando a própria vida em torno da escuta e da fidelidade à sua Palavra; e a uma formação permanente que ajudasse a alcançar, adequadamente, os objetivos. Tentavam viver a vida como alegre notícia, em chave de esperança. Cuidaram para transformar as estruturas monacais e conventuais, adotando uma vida doméstica humilde e uma opção flexível nos horários. Isso lhes permitia estarem abertos ao bairro, aos companheiros de trabalho, aos operários e aos marginalizados, criando espaços de paz e de acolhida. Experimentaram a necessidade de tempos fortes para a oração, a vida de família e a relação profunda com outras comunidades, os superiores e os Irmãos da Província. Apesar de seus defeitos, havia (em suas vidas) forte ressonância das primeiras comunidades dos seguidores de Jesus e de Marcelino.

c) Sustentados por uma fé profunda e uma oração criativa, encarnada na realidade

Mesmo conscientes de sua pequenez e imperfeição, trataram, a partir da fé, de encontrar no Evangelho a vontade de Deus que transmitia Jesus, de quem estavam enamorados. Por isso, deram muita importância à oração como valor primordial, trataram de garantir-lhe tempo e lugar e se esforçaram por criar novas formas que facilitassem e permitissem partilhar vida, sentimentos e experiências. Consideravam-na uma relação interpessoal com o Senhor que se desenvolvia em sua vida interior,

um abandonar-se nele e saboreá-lo. Pediam-lhe, por meio de Maria, a luz necessária para ir, como Marcelino, por seu caminho e sua ajuda, de modo a encontrar meios de conhecer e amar as pessoas com difícil horizonte de vida. Era um tipo de oração que, ainda que inspirado nos Documentos, afastava-se do que predominava (talvez, ainda hoje) nas comunidades, reduzido a um espaço e a um tempo, sem olhar muito para o mundo e para aqueles que sofrem. Estavam conscientes de que, sem ela, a vivência do Evangelho poderia reduzir-se a uma ética ou ideologia.

d) Sua missão comunitária:

a educação cristã dos menos favorecidos do ponto de vista da encarnação e da inculturação

Pretendiam adaptar a atividade ao carisma, como pedem os Documentos. E concluíram que deveriam realizá-la com a presença evangelizadora e missionária, silenciosa, mas ativa, encarnada e inculturada, num bairro operário, pobre e periférico. Não foi fácil. O preço era alto. Exigia mudança, esforço contínuo e grande generosidade, trabalhando lado a lado com o povo, segundo seu ritmo, compartilhando suas aspirações. Foram tomando consciência de que viver ali leva a pensar sobre o Evangelho, as Constituições, a Teologia... a partir da opção por eles. Viviam de seus salários, destinando uma parte à Província e outra para a Caritas. A sua casa era como as demais, simples, com as mínimas comodidades, mas limpa, agradável, ordenada e acolhedora. Sinal de que se pode viver comodamente e com elegância,

sem cair nas exigências da sociedade do consumo. Aberta para todos, sempre havia acolhida e atendimento. O compromisso pela promoção humana e cristã das crianças e dos jovens, com os quais se trabalhava e, indiretamente, das famílias, do bairro e dos membros de suas associações se realizava, progressivamente. Perdia em poesia e ganhava em realismo, buscando instâncias nas quais se pudesse influir para que a situação mudasse. Isso supôs um tempo de conhecimento e de convivência, permitindo situar-se e trabalhar em função das necessidades que eram detectadas e a se esforçar para saber estar aí. Os Irmãos fizeram um estudo profundo das ideologias políticas, valendo-se da contribuição das Ciências Sociais.

e) Presença e trabalho

em bairros e em centros públicos

A decisão de procurar ser semelhantes aos vizinhos levou os Irmãos a uma nova maneira de marcar presença na sociedade, trabalhando, geralmente, em obras que não eram propriedade da Instituição, em vez de criar alguma obra no bairro. Isso tinha de positivo o sair do pequeno “reino” próprio, despojando-se da posição e da segurança de ser proprietários e diretores. A intenção era de conseguir, aos poucos, uma comunidade de Irmãos animando um Centro Público num bairro periférico ou em alguma zona rural não atendida, com um grupo de leigos maristas e de cristãos comprometidos. Desejavam trabalhar com os companheiros e fomentar a pastoral de conjunto (paróquia, centro educa-

tivo, família), sem necessidade de ser proprietários, empresários, de fazer contratações que, com frequência, geram compromissos; sem a necessidade de manter, em nossos centros, professores que não acolhem o ideário marista e que ali trabalham por um salário, etc., como pediam os Documentos. Implicaram-se muito no campo da educação, na coordenação com a Associação de Vizinhos, a Paróquia e os colégios. Ali, o contato com as crianças e os jovens, suas famílias e os companheiros foi gratificante. A direção felicitava-se com sua presença no pátio. Mantinham relação próxima e cordial com todos quantos viam com evidência sua atitude de serviço, levando-os a aceitar sem medo o tipo de Igreja que representavam e encarnavam.

f) A Integração

na paróquia

Realizavam, a partir da paróquia, sua tarefa pastoral, passando do estilo de assistência e sacramentos ao da coerência e da missão, centrado no testemunho de uma vida comprometida. Esperavam que a transmissão de sua experiência chegaria, cedo ou tarde, a germinar e a originar, no entorno, um núcleo cristão de base; que forneceria, com a força do Espírito, um homem novo livre, sadio, comunitário e equilibrado, capaz de realizar-se integralmente e de realizar plenamente sua vocação histórica. Isto significa aberto a Deus, com fé pessoal e comprometida no trabalho por uma sociedade nova e democrática, com maior justiça e solidariedade, em favor do Reino; que

fosse uma interpelação para os satisfeitos, poderosos e ricos; que construísse uma comunidade cristã nova que, a partir da Palavra, crescesse na comunhão de fé e de bens, tendo como ponto de encontro a Eucaristia; que fosse visto como sinal da salvação de Deus no mundo e anunciasse, adequadamente, a fé. Trabalhavam muito unidos e em rede com os sacerdotes, as religiosas e as pessoas mais comprometidas cristãmente na paróquia, bem como com outras Congregações, organizações diocesanas e grupos eclesiais.

*g) Encontros periódicos
com outras comunidades
de inserção*

Eram muito esperados e necessários para aguentar e compensar o seu “trabalho na intempérie e sem proteções”. Em clima de forte compromisso social e vontade de comunhão com a Igreja, punham em comum suas experiências e dificuldades e procuravam respostas. Concluíam com a Eucaristia, crisol do trabalho, da espiritualidade e do compromisso com os outros⁸.

CONCLUSÃO

Às vezes, como destacava o Cardeal Madariaga, é lamentável como se vai perdendo a memória dos esforços, das lutas, da busca,

êxitos e fracassos do turbilhão da vida pós-conciliar. Muitos Irmãos jovens, filhos de uma nova época, antropologia e cultura e com modo diferente de comprometer-se, mal fazem ideia do que aconteceu nesses anos; o quanto custou chegar até o momento presente, graças aos que assumiram a parte do esforço que se necessitava, naquela época, e se entregaram com generosidade e entusiasmo a serviço da inculturação entre o povo e da atenção aos mais desfavorecidos.

Alguns religiosos daqueles tempos se perguntam com tristeza se foram estéreis seus trabalhos, ao constatar que hoje não interessa recordar essa história. Eles têm a impressão de que há quem trate de anular aqueles que ainda tentam de recordá-la e desejam que se abandone o que eles chamam de “veleidades pós-conciliares”; desejam que se retorne ao estilo de vida dominante, nos anos anteriores ao Concílio, o qual querem difundir como o único possível. Entretanto, o esforço daqueles não foi inútil. Continua sendo necessário vencer a tentação, sempre presente, de ceder à acomodação e de transformar a instituição em ídolo ao qual se adore. Que seja possível, apesar dos aparentes fracassos, reviver o Emaús que continua dando sentido a nossa vida marista, hoje, agora e aqui. Assim como eles trataram de fazê-lo.

⁸Também em *El Escorial* se faziam encontros das comunidades maristas de inserção da Espanha (Cf. Parágrafo 3.3.).

ITINERÁRIO ESPIRITUAL DE CHAMPAGNAT

Um estudo de sua vida mística

Antonio Martínez Estaún, fms

O Irmão Manuel Mesonero publicou uma obra intitulada *San Marcelino Champagnat. Biografía del fundador de los Hermanos Maristas*¹ com a data de 2 de janeiro de 2017, um fato cronológico que marca o cumprimento do 200º aniversário da fundação do Instituto.

O Irmão Patricio Pino, escreve a apresentação do trabalho, e enfatiza que no livro podemos descobrir “a experiência de humanidade, de crescimento, de fé, de busca de sentido, de risco, de decisão e de abandono de Marcelino”.

Nas linhas onde o autor expressa sua gratidão inclui uma referência especial a uma mulher, que participou do trabalho, por sua contribuição como “psicóloga e sua sensibilidade como mulher e mãe”. O leitor poderá encontrar as contribuições desta mulher no estudo que se faz sobre a vida de Marcelino entre os anos 1803 e 1805, especialmente.

O livro está dividido em seis momentos que marcam o processo em que o autor enquadra a vida de Marcelino: 1789-1816: Etapa de conversão e vida ascética. 1816-1825: Etapa de amor e dedicação. 1826-1827: Fase da noite escura. 1827-1837: Etapa que descreve a via iluminativa e a mística do *Nisi Dominus*. E, finalmente, 1838-1840, a etapa de abandono em Deus e a noite escura do espírito.

Na bibliografia consultada, o autor

se refere às obras maristas fundamentais do patrimônio espiritual marista e a dois santos eminentes da Igreja que marcaram o caminho espiritual de muitas almas: Teresa de Jesus e Inácio de Loyola, cuja influência é palpável como ferramenta de análise utilizada pelo autor para descrever o itinerário espiritual de Champagnat.

Os capítulos vão expondo histórias conhecidas da vida de Champagnat, apoiados por textos autógrafos fundamentais, mas enriquecidos com o valor acrescentado da análise que o autor faz da experiência mística de Marcelino, que dá ao trabalho uma riqueza e novidade particulares. O estudo da “noite escura” e a longa etapa de maturação interior que Marcelino viveu no Hermitage é muito sugestivo. O trabalho como um todo é uma proposta para basear a infância espiritual como própria aos maristas.

Passar pelos processos da vida mística de Marcelino pode ser um pouco difícil para muitos leitores que conheceram uma hagiografia que sublinhou os dados históricos mais do que um estudo aprofundado dos segredos da vida espiritual. Mas este trabalho tem sido muito útil para descobrir uma faceta de Champagnat que permaneceu nas sombras e neste trabalho adquire um relevo particular.

¹ Este é o título que aparece na capa e nas duas primeiras páginas do interior, que são a página de título, mas na parte inferior de cada página do livro, o título diz: *Biografía de San Marcelino Champagnat*.

HISTÓRIA da Província da Alemanha

André Lanfrey, fms

A Província da Alemanha publicou recentemente, em Furth, um livreto de 128 páginas, em duas versões: alemão e inglês, intitulado: “1814-2014. Marist Brothers, Germany. 100 years” e assinado por três autores: os Irmãos Augustin Hendlmeier, Alois Engel, Heinrich Schamberger. Aprendemos aí, entre outras coisas, que os primeiros irmãos alemães entraram no noviciado de Beaucamps em 1872. A partir de 1888, sua formação terá lugar em Arlon, na Bélgica: dessa data até 1914, houve 456 entradas de irmãos alemães no Instituto, 213 trabalharam então na província de Beaucamps e 140 partiram para as missões. O Instituto não poderá estabelecer casas na Alemanha até 1914. Um distrito foi criado em 1920. E a província da Alemanha será oficialmente erigida em 1946, em condições, imaginamos, muito difíceis.

No mesmo ano de 2014, o Ir. Heinrich Schamberger publicou um livro de 296 páginas, intitulado “140 Jahre. Deustshe Maristenbrüder. 1874-2015”. De fato, o texto é muito limitado e a maioria do livro com-

preende muitas fotos, estatísticas, mapas... que percorre, em imagens, a história da província da Alemanha. Dois folhetos o acompanham: o primeiro (168 páginas) oferece uma lista alfabética de 1240 Irmãos alemães, precisando a data de nascimento e lugar de origem, para da profissão, da morte ou da saída do Instituto, e a província à qual eles pertenceram, de 1874 até 2014. Mesmo para aqueles que não falam a língua alemã (que é o meu caso), é um documento facilmente utilizável. Mas o segundo folheto (149 p.) é, a meu ver, ainda mais interessante porque apresenta uma classificação dos dados do anterior; e aí percebemos claramente a geografia e a importância da missão alemã no Instituto relatada na tabela abaixo. Permito-me incorporar um rápido cálculo das taxas de perseverança por país que ofereça resultados surpreendentemente diferentes. Seria prematuro tentar uma explicação, porém espero ter mostrado um pouco a importância dessa tabela estatística para uma abordagem global de uma província.

Província ou país	Número de Irmãos	Falecidos ¹	Saídas	% de perseverança
Alemanha	656	209	447	31,5
Europa Centro-Oeste ²	50	17	0	
Brasil	127	83	43	65,3
Bélgica-Holanda	103	38	65	36,8
Beaucamps	103	46	57	44,6
África do Sul	55	25	29	47,2
Uruguai	31	24	5	82,7
Argentina	22	18	2	90
China	16	13	3	81,2
U.S.A.	14	6	7	46,1
Austrália	13	3	8	23
Nova-Zelândia	12	8	4	66,6
Reino Unido	12	6	6	50
Síria-Líbano	10	2	8	20
Espanha	9	3	5	
Constantinopla	7	1	6	
Canadá	4	0	4	
Kênya	3	1	0	
Chile	2	1	1	
México	2	1	1	
Peru	2	1	1	
Sri Lanka	1	2	0	
Itália	1	1	0	
TOTAL	1255³	509	702	42 %

Também é interessante notar que a entrada de jovens alemães no noviciado de Beaucamps começou em 1872, logo após a guerra franco-alemã, com a anexação da Alsácia-Lorena à Alemanha. Então, graças à catalogação que precisa o lugar de origem e a data dos primeiros votos dos irmãos alemães, podemos facil-

mente identificar os irmãos da Alsácia-Lorena.

O início das primeiras profissões da Alsácia começou em 1871-79 (5 profissões). A partir de 1891 e até 1910 o recrutamento se tornara regular. As primeiras profissões da Alsácia começaram em 1887 e pararam apenas em 1914.

¹ O total dos falecidos e de saídas apresenta, às vezes, um total inferior, pois há algumas lacunas nas listas.

² O número 50 indica o total de irmãos no momento da fundação da província em 2000-2004. Em 2014, o total de irmãos da Alemanha será, pois, de 50-17=33.

³ Total que compreende certamente os irmãos que ainda vivem.

Períodos	1^{as} profissões de Irmãos da Alsácia	1^{as} profissões de Irmãos de Lorena
Avant 1871	0	2 (1855 et 1862)
1871-1880	1 (1878)	5 (1871-79)
1881-1890	3 (1887-90)	2 (1883-86)
1891-1900	33	30
1901-1910	11	23
1911-1914	9	2
Total	57	64

As disputas fronteiriças e de nacionalidade não tiveram um efeito negativo sobre o recrutamento nas regiões germânicas,

mesmo na Alsácia-Lorena, onde, ao que parece, seguiu um desenvolvimento comparável ao do resto da Alemanha. Temos, talvez, uma boa indicação do espírito universalista da Congregação.

Em suma, a Alemanha foi um dos maiores fornecedores de missionários maristas e em um grande número de países. O trabalho recente tem o mérito de lembrar e esclarecer um fato pouco conhecido.

PUBLICAÇÃO DO LIVRO MÍSTICA, SABEDORIA E AUTORIDADE NO SÉCULO XIX

Estudos sobre o Irmão Francisco, primeiro superior geral dos Irmãos Maristas

Fabiano Incerti e João Luís Fedel Gonçalves

As recentes investigações acerca da vida e da obra do Ir. Francisco, realizadas pelos pesquisadores do Laboratório de Estudos do Instituto Ciência e Fé da PUCPR e Memorial Marista da Província Marista Brasil Centro-Sul, ao mesmo tempo em que evidenciam um representante típico da espiritualidade do século XIX, descortinam, por outra parte, uma personalidade singular, cujo teor místico de sua vida ajuda a responder aos desafios que as transformações do mundo e, em especial da França, impunham à Igreja e ao Instituto naquele momento. Se, por um lado, ele teve de gerir e de consolidar a obra iniciada por Marcelino Champagnat, que cresceu vertiginosamente nos anos em que esteve à frente da Congregação, por outro, assumiu a responsabilidade de buscar junto ao governo francês o estatuto oficial e a Roma a aprovação canônica do Instituto. Com saúde frágil e tendendo à introspecção, ambas as tarefas lhe pesaram sobremaneira, tornando-se um “superior pouco apreciado” (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 35). Teríamos então um perfeito religioso, mas que é inexpressivo quando se trata do governo do Instituto e que, por isso, pede demissão do cargo? Faz-se necessária

a revisita às fontes históricas.

Boa parte da pesquisa tem sido feita a partir do estudo dos seus *Carnets*, cujos originais ainda não publicados estão nos arquivos da Casa Geral. No entanto, o conteúdo desses originais foi colocado à disposição dos pesquisadores por meio da transcrição dos textos e da cópia digital desse material (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 18-19). Suas mais de seis mil páginas distribuídas em 22 volumes, “com notas de retiro, esquema para palestras, anotações de estudo religioso, anotações de estudos científicos, diário espiritual etc.” (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 17), mostram um conhecimento, simultaneamente enciclopédico e autodi-data, que transita das obras mais densas de autores místicos da Igreja até empolgantes receitas de cerveja, passando por diferentes infusões de chás para toda ordem de enfermidades, já que ocupou, entre outros ofícios, a de enfermeiro na comunidade de l’Hermitage.

Seus escritos revelam que Ir. Francisco “desenvolveu um sofisticado modelo de vida espiritual que, ancorado numa sólida tradição filosófico-teológica de exercício e práticas, transformou-se numa arte de vi-

ver, numa atitude concreta que abarcou toda a sua existência” (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 141). No que se refere às suas práticas espirituais, além da leitura e da anotação, recomenda a “reserva no uso da linguagem, a escuta, a obediência, a lembrança da morte, o exame de consciência e uma série de atitudes corporais, como a prostração, a penitência, a dietética, entre outras” (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 143). Suas inspirações são as que recebeu como Irmão marista nos primeiros anos de formação, mas tantas outras que foi acrescentando em sua vasta biblioteca de leitura, em que encontramos “cerca de 50 autores” (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 103), com destaque para os autores jesuítas. Ademais, possivelmente inspirado pelo modelo de vida dos Padres do Deserto, do qual se tornou leitor contumaz, foi obcecado pelo silêncio, a ponto de ser caracterizado mais como homem da escrita do que da fala.

Desse conjunto depreende-se temas de profundidade mística. Alguns são reconhecidamente mais caros à tradição marista, como a espiritualidade marial, também presente em outros escritos do Irmão Francisco, como as circulares. Mesmo nesse terreno comum, “percebe-se com o Irmão Francisco um deslocamento da Mariologia das devoções para uma Mariologia das atitudes” (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 235). Há outros temas, cujas características revelam aproximações significativas com a escola francesa de espiritualidade, como é o caso do Ato

de Consagração e de União Perfeita, que tem longa história desde o século XVI e que é copiado e modificado pelo Irmão Francisco. A comparação entre original e reescrita revela, surpreendentemente, uma “relação intrínseca entre mística, ética e práxis de uma inapreensível busca da vontade de Deus” (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 267).

Tal rigor espiritual e pessoal se traduz, sobretudo, na organização metódica dos cadernos, aos quais se dedica a escrever por toda vida. Contudo, seríamos insensíveis e até utilitaristas se não notássemos que as linhas, que por vezes ocupam, de ponta-a-ponta, as margens da folha, evidenciam as fragilidades, as angústias e os medos de um ser humano num movimento de constante busca. São, por isso, páginas que se perguntam a todo tempo sobre o sentido da vida e da vocação. Mas é verdade que, com igual força, se questionam sobre o significado de uma obra da qual ele se entende participante. São, dessa forma, uma colaboração inestimável para o “acabamento” de um projeto maior, ora testemunhando “a formação espiritual dos Irmãos”, ora constituindo-se “fonte fundamental para o estudo desses inícios” (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 80).

Mas há o fato da demissão do Irmão Francisco. O “discípulo fiel do fundador”, duas décadas após ter assumido o cargo, decidiu declinar de sua função. Vale lembrar que ele aceita ser o sucessor do fundador “em condições bastante precárias, pois sua eleição ocorre dentro de certo vácuo institucional”, dado que

“Champagnat não teve tempo para concluir o projeto de fundação mediante Constituições que definissem as competências das autoridades, as estruturas e os processos organizacionais” (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 40). A hipótese da tradição diz que foi por motivos de saúde. A leitura atenta dos fatos nos obrigam a aprofundar aspectos importantes, como a relação com os Padres Maristas, os modelos de governo, as polaridades entre Irmãos antigos e jovens Irmãos, o reconhecimento do Instituto, os Capítulos Gerais, a posição de Roma em relação ao Instituto. Ainda assim não é fácil dizer se a demissão é fruto da “tomada de consciência progressiva que [Irmão Francisco] adquire de suas limitações e carências ao confrontar com a realidade” (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 74), ou se, numa perspectiva weberiana, deve-se ao fato de que “sua autoridade [carismática] volta a ser enfraquecida pelas circunstâncias e falta de legitimidade entre os Irmãos” (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 196). Talvez nem seja o caso de escolher uma ou outra hipótese, mas de continuar a pesquisa e o aprofundamento.

Não é incomum que a história reserve para indivíduos singulares, em especial para os místicos, certo isolamento do mundo. Com o Irmão Francisco não foi diferente. Os desafios congregacionais cada vez mais agudos e a reconhecida falta de estrutura para uma gestão eficiente converteram seus últimos anos de vida numa experiência de constante “deserto”. Enquanto a administra-

ção geral migrava para o “centro”, ele retornava às origens. Decidiu habitar a casa-mãe, a “Nova Jerusalém”, que ele mesmo denominou de “grande relicário do padre Champagnat” (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 37). Curiosamente, foram os anos em que, aparentemente menos escreveu em seus cadernos. Aparentemente, porque, na verdade, retoma seus escritos, organiza-os, cria índices, faz anotações nas margens e nas entrelinhas, e utiliza tudo para crescimento pessoal e para formação dos Irmãos.

Nessa “mística do cotidiano”, própria do Ir. Francisco, certamente encontramos traços essenciais do que reconhecemos hoje por “valores maristas” e que, muito provavelmente, por desconhecimento, não conferimos a ele. Mas é exatamente isso que os cadernos, que hoje nos dispomos a estudar, confirmam linha por linha: cuidado, presença, simplicidade, vida de oração são as marcas indelévels de um carisma em constante construção, que teve na figura de seu primeiro superior geral, um pilar ético-espiritual; uma pessoa inteiramente dedicada a uma proposta educativo-evangelizadora que já acreditava ele, ser capaz de mudar a realidade de crianças e jovens. Ao mesmo tempo, é fundamental inserir a contribuição do Irmão Francisco no conjunto do catolicismo desse período: ele “não é somente uma personalidade religiosa interessante, mas um bom representante de uma poderosa corrente do catolicismo que, pelo menos para os séculos XIX e XX, não encontrou um reconhecimento histórico à altura de sua im-

portância” (*Mística, sabedoria e autoridade no século XIX*, p. 274).

Esses e outros aspectos encontram-se publicados pela Editora PUC-PRESS, por ora somente em português, no livro *Mística, sabedoria e autoridade no século XIX – Estudos sobre o Irmão Francisco, primeiro superior geral dos Irmãos Maristas*. Ele é o

resultado de dois anos de trabalho do Laboratório de Estudos, que envolveu oito pesquisadores, leigos e Irmãos, de diferentes áreas do conhecimento, sob orientação do Ir. André Lanfrey, e que tornaram mais acessível ao grande público, essa novidade que é a vida e a obra do primeiro superior geral dos Irmãos maristas.

“O QUINTO EVANGELHO” Correspondência do Irmão Henri Vergès

Michel Morel, fms

É uma peça de teatro, escrita por Adrien Candiard (O.P.), adaptada por Francesco Agnello, e geralmente interpretado pelo ator Jean-Baptiste Germain.

O título da peça são palavras do Ir. Henri Vergès, relatadas pelo seu amigo, o Padre Christian de Chergé, prior da trapa Notre Dame de l’Atlas, na Argélia, assassinado com seis de seus Irmãos em 21 de maio de 1996. “*O quinto evangelho que todo mundo pode ler, é nossa vida*”. (Tibhirine, outubro de 1984, reunião em Ribat).

Trata-se de uma correspondência fictícia entre dois personagens:

- Ahmed, imaginado por Adrien Candiard como antigo aluno de Ir. Henri no liceu de Sour-el-Ghoslane, e que mora em Damasco, como jovem diplomata.
- E Irmão Henri Vergès, seu antigo professor de matemática, que ficou na Argélia.

Sete cartas (4 de Ahmed e 3 de Henri), cujo conteúdo é inspirado na vida e nos escritos de Ir. Henri, estruturam a peça. Ao lhes datar de julho de 1990 a 12 de maio de 1994 - alguns dias antes do assassinato do Ir. Henri, na biblioteca da rua Ben Cheheb, em Casbah d’Agler, no dia 8 de maio de 1994 -, o autor ajuda o espectador a perceber melhor a situa-

ção cada vez mais tensa na Argélia nesses anos “negros” que precedem a onda de assassinatos de 19 religiosos, religiosas e padres de 1994 até 1996; Irmão Henri sendo o primeiro e Dom Pierre Claverie, bispo de Oran, o último.

Histórico da peça

O sucesso da peça “**Pierre et Mohamed**”, produzida pelos mesmos atores (Adrien Candiard e Francesco Agnello) está na origem dessa peça.

Em novembro de 2012

Ir. Maurice Berquet, então provincial de L’Hermitage, quando de uma assembleia de religiosos e religiosas da França, em Lourdes, onde a peça foi apresentada, ele ficou impressionado pela qualidade da representação evocando a morte de Dom Claverie e de seu jovem amigo, Mohamed. Ele pensou que seria bom apresentar aos jovens estudantes de hoje a vida do Irmão Henri Vergès. (Este permaneceu 25 anos a serviço da juventude da Argélia, em diversos estabelecimentos escolares, onde suas qualidades de religioso educador eram reconhecidas).

Os contatos são feitos pelos Irmãos Maristas com o diretor do teatro, **em maio de 2015**. Eles pedem

que ele crie um espetáculo que apresente as qualidades de educador do Ir. Henri.

Francesco Agnello, de posse de uma boa documentação sobre o Irmão Henri, fornecida pelo Irmão Alain Delorme, decide então se dirigir a Adrien Candiar (O.P.), para a escrita do texto.

Entre os objetivos procurados para a criação desse espetáculo, estava a vontade de dar a conhecer a um grande público uma figura de “Pequeno Irmão de Maria”, religioso-educador, na perspectiva do bicentenário do Instituto em 2017. Havia também o desejo de oferecer especialmente aos jovens estudantes a ocasião de uma reflexão e de um diálogo sobre o Islã, em particular na França, no contexto de tensão com a comunidade muçulmana, depois de uma série de atentados terroristas que atingiram o país.

Em 3 de agosto de 2016

Em Notre Dame de l’Hermitage, quando do Capítulo provincial, Francesco Agnello (diretor de teatro e percussionista) e Jean-Baptiste Ger-

main (ator) fizeram a primeira apresentação do espetáculo “O quinto Evangelho”, diante de um público de irmãos e de leigos. A força da mensagem, o excelente desempenho do ator, as lembranças dos laços tecidos com o Ir. Henri entre bom número de irmãos fizeram desse espetáculo um momento de grande comunhão fraterna, impregnado de uma grande emoção.

Do dia 3 de agosto de 2016 até o dia **12 maio de 2017**, 52 apresentações foram feitas, na França, em diversas circunstâncias, para públicos variados, sempre impressionados pela qualidade artística do espetáculo e a força da mensagem de fé e de esperança que ele suscita.

Um livreto foi publicado pela AIR-CAC (Association Internationale de Recherche et de Création Artistique Contemporaine). Ele faz uma breve apresentação da história da peça, dos autores e do irmão Henri. O livreto reproduz especialmente, com a autorização do seu autor, Adrien Candiar, o texto que ele escreveu.

SÃO MARCELINO CHAMPAGNAT apresentado ao público francês

André Lanfrey, fms

O pequeno livro litúrgico mensal “Prions en Eglise” (“Rezemos na Igreja”) de junho de 2016 apresentou a figura do nosso Fundador. Embora o título “O Irmão educador” parece ser um pouco aproximativo, esta apresentação, acompanhada de um retrato, permite que São Marcelino Champagnat seja conhecido por um grande público francês. Eis o texto escrito por Alain Lecoeur.

Em 28 de outubro de 1816, há quase duzentos anos, o padre Champagnat foi chamado à cabeceira de João-Batista Montagne, um adolescente de 17 anos morrendo de tuberculose. O vigário de La Valla en Gier, perto de Saint-Chamond (Loire), deu-se conta que o adolescente morria sem nunca ter ouvido falar de Deus; Champagnat ficou transtornado. Todo o seu passado lido outra vez, invadiu-lhe a memória: uma infância verdadeiramente sem instrução; a passagem providencial de um sacerdote na fazenda da família, que o inspirou a estudar; as dificuldades encontradas no seminário menor de Verrières, e mais tarde seminário maior de Lyon, para preencher muitas lacunas; a ordenação sacerdotal de 22 de julho de 1816, e finalmente a promessa feita a Nossa Senhora de Fourviere, com alguns amigos, para fundar uma “Sociedade de Maria” para recristianizar a França. No longo caminho de volta, Marcelino

Champagnat compreende que o encontro com o jovem Montagne era um sinal de Deus convidando-o a implementar o projeto que tinha no seu coração: a educação cristã das crianças do campo.

Já em 2 de janeiro de 1817, o Padre Champagnat reuniu numa simples casa dois jovens voluntários interessados na sua ideia. Assim, começou o Instituto de “Pequenos Irmãos de Maria” (Irmãos Maristas) nome de que o fundador gostava porque resumia três de suas prioridades: humildade, vida fraterna e a devoção à Santíssima Virgem. Em 1824, Marcelino Champagnat, deixa o seu trabalho de vigário para se dedicar à formação pedagógica e espiritual de seus irmãos, abrir suas primeiras escolas, construir a casa de Notre Dame de l’Hermitage ... Em 1836, fez seus votos religiosos na Sociedade de Maria, liderada por seu amigo Jean-Claude Colin, mas, exausto pelo seu apostolado, morre quatro anos depois.

O seu Instituto se desenvolveu realmente, apesar do ceticismo ou hostilidade de alguns. Deve-se dizer que o Padre Champagnat, dotado de uma fé e de uma confiança inquebrantáveis em Jesus e Maria, costumava perguntar: “Podemos temer não ter sucesso quando temos o bom Deus bom por nós e fazemos a sua obra?”

MARCELINO CHAMPAGNAT DE VARENNES-SUR-ALLIER A MARLHES ou das margens do Allier às margens do Rieu Marlhien

Lucien Brosse, fms

No dia 4 de dezembro de 2016, o lugarejo de Rosey, em Marlhès viu, com alegria, o busto esculpido do filho desta aldeia colocado perto da casa Champagnat.

Esta escultura é de Antoine Anet Matussière, irmão do Irmão Jean Matussière, que morreu no dia 5 de dezembro de 2013 em St-Genis-Laval, tendo passado a maior parte de sua vida servindo à comunidade de Varennes-sur-Allier.

O artista viveu em Lempdes, no Puy-de-Dôme, e é naturalmente a pedra vulcânica de sua região que ele usou em 1999, para dar um rosto ao jovem fundador dos Irmãos Maristas, então canonizado. O busto foi colocado no espaço memorial da propriedade de Varennes-sur-Allier até à partida dos Irmãos em 2015. Estava

colocado em uma coluna de basalto, onde podíamos distinguir um baixo-relevo que representava tubos de órgão com as primeiras notas da música da Salve Regina.

Somente o busto fez a viagem a Marlhès e está colocado perto da porta do chamado “quarto de Marcelino”, de frente ao sol nascente que o inunda com os seus raios todas as manhãs.

A base da escultura tem a data do nascimento e da morte de Marcelino (1789-1840) e a data de sua canonização por João Paulo II (20-04-1999).

O suporte de metal que apoia a escultura contra o granito da capela de Rosey é trabalho de Bernard Fermond, ex-aluno do Internato Saint-Jean de Pélussin e da Escola Técnica La Mache de Lyon.

FESTA DO BICENTENÁRIO EM ROMA 6 de junho de 2017

Michel Morel, fms

O Conselho geral escolheu evidenciar, de uma maneira especial, o bicentenário da fundação do Instituto na Casa Geral, no dia 6 de junho de 2017, dia da festa de São Marcelino Champagnat.

Umhas 170 pessoas: irmãos, leigos e convidados se encontraram para marcar esse duplo acontecimento: irmãos da administração geral e das comunidades maristas da Itália; religiosos e religiosas, membros dos conselhos gerais de diversas comunidades de Roma; pessoas a serviço da Casa geral; e também todos os membros da Comissão internacional do Patrimônio espiritual marista, uma vez que o primeiro momento importante dessas celebrações foi a apresentação oficial da História do Instituto.

Um breve relato dos três grandes momentos da celebração.

Apresentação do livro “História do Instituto”

Após o tempo de acolhida dos convidados, a partir das 16h30, na Sala Champagnat, todos se dirigiram à Sala *Unamesino* do Hotel. O Irmão Emili Turú, Superior geral, dirigiu uma palavra de acolhida e lembrou o sentido desse encontro festivo.

A apresentação da *História do Instituto*, em três volumes e nas 4 (quatro) línguas, começou pela en-

trevista dos dois autores dessa História feita por Estefania Aguirre, jornalista do escritório de comunicações da Administração Geral. Cada sequência dessa entrevista foi marcada pela apresentação de *slides* memoráveis, feitos pelo irmão Antonio Marinez Estaún, a partir de fotos de Irmãos e de leigos de diferentes países ao longo dos 200 anos de sua história.

O Irmão André Lanfrey, autor dos dois primeiros volumes, foi convidado a responder sucintamente algumas questões:

- Que interpretação dar à renúncia do Ir. Francisco em 1860 (volume 1)?
- Como explicar os contrastes do desenvolvimento das províncias, particularmente entre a da China e da Turquia?
- Qual a importância da secularização para o Instituto ao longo do Século XX?
- Por que tanta diferença na formação dos Irmãos nos diversos lugares?

O Irmão Michael Green, autor do terceiro volume, respondeu às seguintes questões:

- Ir. Michael, na introdução do terceiro volume, o senhor diz que optou por uma abordagem temática, em vez de fazer uma simples história narrativa. Como

o senhor estruturou o livro e, também, por que levou o senhor a escolher o título: “A luz incerta da aurora”?

- É difícil escrever a história de uma época tão recente, de 1985 até 2016? E como o senhor superou essa dificuldade?
- Na última parte do seu livro, o senhor sugere que a história do Instituto nos seus 50 últimos anos pode ser dividida em três grandes etapas: renovação, refundação, reinvenção. O que o senhor quis dizer com isso?

Apresentação de uma exposição de fotos do mundo marista hoje

O Senhor Conor Ashleig, autor das fotos, fez uma introdução sobre essa exposição, antes de iniciar a visita. A exposição é o fruto de um trabalho de mais de um ano, realizada por esse jovem australiano, ex-aluno do Colégio São Francisco Xavier, em Hamilton, a quem o Conselho geral pediu para percorrer o mundo marista para fazer todas as fotos que ele quisesse nos lugares onde vivem e trabalham leigos e irmãos.

Uma primeira seleção dos milhares de fotos feitas (em torno de 10.000, em 18 países), foi realizada por uma pequena equipe composta de irmãos e leigos da Administração Geral, para chegar a uma escolha de 379 imagens. Uma segunda seleção chegou a 47. Aumentadas para o formato A2 e A1, elas foram expostas no corredor dos Superiores gerais da Casa geral. Será produzido um álbum com as fotos, “IRMÃOS”, a ser entregue aos Irmãos capitulares, quan-

do do XXII Capítulo Geral, e também a ser enviado a todas as comunidades do Instituto.

Missa solene

A Celebração da Eucaristia foi presidida pelo cardeal João Braz de Avis, prefeito da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, do Vaticano. Dois bispos estavam também presentes: Dom Jorge Carlos Patron Wong, ex-aluno marista do México, e Dom Gerardo de Jesus Rojas Lopez, bispo da diocese de Tabasco, no México, assim como muitos padres, entre os quais os capelães da Casa Geral e padres religiosos das Congregações convidadas para o evento.

Uma assembleia tão diversa na sua composição assinala bem a presença do Instituto na Igreja universal; as leituras feitas nas diversas línguas e a procissão das oferendas à maneira africana acentuam sua internacionalidade.

No momento da procissão de entrada, o Irmão Alain Delorme depositou sobre o altar o manto (*burnous*) do Irmão Henri Vergès, assassinado na Argélia, em 8 de maio de 1994, simbolizando com esse gesto todos os Irmãos maristas que doaram sua vida pela fé ao longo desses 200 anos de história. No fim da missa, essa relíquia foi solenemente entregue a Dom Angelo Romano, representante da Comunidade de Santo Egídio e reitor da Basílica São Bartolomeu, da ilha Tiberina de Roma, santuário dedicado aos mártires dos séculos XX e XXI, para que ela fique aí depositada.

Partilha de uma refeição cordial

Um bufê foi servido no grande terraço do restaurante do Hotel Villa Eur. A organização por mesas, se-

gundo o critério linguístico e com pessoas de diversas procedências, permitiu aos convidados prosseguir esse belo encontro com partilhas fraternas.

MEMORIAL MARISTA – BRASIL

Benê Oliveira, fms¹ e Dyógenes Philippsen Araújo²

Inaugurado no dia 29 de abril de 2017, o Memorial Marista se tornou o marco da celebração do Bicentenário do Instituto na Província Marista Brasil Centro-Sul (PMBCS). Está localizado na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, no sul do Brasil. Uma síntese da inauguração pode ser vista em < https://www.youtube.com/watch?v=GSCGP_LiiEk >

O Memorial nasce como expressão da gratidão e da responsabilidade compartilhada entre Irmãos e Leigos. É fato: se somos o que somos e chegamos tão longe, devemos isso a Deus e às pessoas que nos precederam. Boa parte delas ainda permanece no anonimato, pois não deixaram retratos ou escritos, sequer foram mencionadas nas fontes oficiais, embora tenham conduzido suas vidas com fidelidade, descrição e solicitude – como o fez Maria. Outras despontaram como notórios líderes, santos, profetas, místicos, benfeitores e heróis. Todavia, na trilha de Champagnat, foram todos autênticos protagonistas dessa história, assim como nós o somos agora. Portanto, resgatar, pre-

servar e difundir a memória Marista é, sobretudo, um exercício de compreensão dos dilemas e reconhecimento daqueles que dedicaram a vida ao carisma herdado de Marcelino Champagnat, nosso fundador.

A reflexão sobre nossa tradição espiritual, pedagógica, cultural e histórica é o cerne do Memorial, na medida em que possibilita (re)descobrir as origens e os propósitos que nos impulsionaram nessa jornada. Permite, ainda, (re)apaixonarmo-nos pelo carisma como novos Maristas de Champagnat, para assumir os atuais desafios da missão com esperança e fraternidade, com um corpo global, rumo ao um novo começo do Instituto Marista.

¹ Provincial da Província Brasil Centro-Sul

² Coordenador e Curador do Memorial.



O Memorial Marista tem a missão de promover o patrimônio histórico, cultural e espiritual do Instituto Marista por meio de ações educacionais, artísticas e religiosas, bem como processos qualificados de pesquisa, catalogação, conservação da memória marista e de seu legado para a Igreja e para a sociedade.

Dentro de uma década, se almeja que o Memorial seja reconhecido na Igreja local e entre seus congêneres (centros de formação, centros culturais, museus e memoriais em geral), pela inovação, criatividade, dinamicidade, usabilidade, importância das pesquisas e experiências formativas, bem como pela relevância dos serviços ofertados para diferentes públicos, sejam eles crianças, jovens ou adultos. No âmbito interprovincial, o Memorial deseja contribuir com boas práticas que fortaleçam a Rede de Centros de Memória Marista (Brasil e Região América Sul) enquanto atua

em sinergia com o Arquivo Geral e Irmãos pesquisadores do PHEM (Patrimônio Histórico e Espiritual Marista). Para a PMBCS/Grupo Marista, o Memorial cumprirá o papel de formar Irmãos, leigos, jovens e líderes mais carismáticos e engajados.

Para tanto, a atuação do Memorial está alicerçada em quatro pilares estratégicos:

Formação:

deseja sustentar a oferta de cursos estruturados e vivências com foco na identidade marista, em nível de aprofundamento, para Irmãos, Lei-

gos, lideranças e jovens, estendendo-os como serviços formativos para o Grupo Marista, Região América Sul e Instituto Marista.

Arquivo e salvaguarda:

para organizar o arquivo provincial (acervo documental, pictórico, áudiovisual e tridimensional) com base em boas práticas e parâmetros internacionais, facilitando o acesso à informação, promovendo segurança e sinergia entre redes, para garantir às futuras gerações maristas o direito à memória.

Pesquisa:

objetiva formar novos quadros de pesquisadores do PHEM com auxílio dos Irmãos de referência, fomentando a pesquisa qualificada e a produção de conhecimento histórico-crítico, com estudos inéditos e relevantes, voltado às necessidades da província e Instituto Marista.

Exposição histórico-temática:

convida a celebrar a memória do bicentenário do Instituto Marista

prospectando o terceiro centenário a partir de um roteiro multiplataforma, de múltiplas linguagens, que permita aos usuários experiências sensoriais, interativas, lúdicas e espirituais, potencializando as ações formativas e a comunicação do legado Marista na Igreja e sociedade.

O itinerário histórico-temático desenvolvido no Memorial é um recorte, uma narrativa inacabada. Apresenta-se com exposições de longa e curta duração que instigam o visitante a fazer um mergulho na história com os seus sentidos e sensibilidades.

Um exemplo desse design multiplataforma são os tours-virtuais, que permitem realizar passeios guiado nos locais fundacionais utilizando-se smartphones ou tablets. Acesse uma amostra em < q-r.to/bak5gx > Outro exemplo é a obra “VIDAS EM MISSÃO – BIOGRAFIAS E CRÔNICAS DOS IRMÃOS MARISTAS”³. Obra artística com suporte de conteúdo interativo.

³ Informações técnicas:

Autores do mosaico: Bea Pereira, Leticia Melara (roupa, livros, mesa e harmonização dos objetos); Rosangela Kusma Gasparin (rosto e mãos); Paulo Rogério Biscaia, Luiz Moacir Havrechaki Junior, Leão Moliterno (microcenários e acabamentos); Dyogenes Philippsen Araujo (idealização e croqui).

Tamanho aproximado: 6m².

Tempo de execução do mosaico: 150 dias.

Biografias e crônicas dos Irmãos: Angelo Alberto Diniz Ricordi, Ir. Afonso Levis, Ir. Carlos Wielganczuk, Ir. Ivo Strobino e Ir. Benê Oliveira.

Seleção de objetos pessoais: Maria Palicz, Francieli Nierotka, Ir. Rogério Polimeni e Ir. Joaquim Sperandio.

Tempo de pesquisa e produção de conteúdo: 180 dias.

Face da criança: Jorge Willian Taques Ribas Filho – Colégio Marista Pio XII

Fotografia: João Borges.

Programação do monitor touch screen: Páprica.



O tema central do Mosaico é a educação de crianças e jovens, a missão do Instituto Marista, que se confirma na figura da criança, um aluno marista em atividade escolar. Propomos a você dois olhares. Primeiro, de longe: avista-se um fundo surrealista, com texturas, brilhos e cores exuberantes que exaltam o universo infantil. Depois, de perto: revela-se uma mescla inusitada de objetos e fragmentos coloridos. Esses objetos são, basicamente, materiais escolares e brinquedos doados por alunos dos Colégios e Centros Sociais Maristas, bem como materiais de reuso. Numa perspectiva mística, pode-se dizer que todos os objetos utilizados estão plasmados da energia vital de quem os utilizou: milhares de crianças e jovens e centenas de Irmãos.

Ao fundo, repousam 229 objetos figurativos. Cada objeto serve como indexador para contar a história de um Irmão Marista. Os objetos que remetem aos Irmãos falecidos provêm do Arquivo Provincial. Os demais foram escolhidos e doados pelos próprios donos: são itens de valor sentimental, relíquias e instrumentos que remontam a fatos da vida ou que simplesmente simbolizam aspectos da personalidade de quem os doou. O Presépio (Sagrada Família), o Altar (cálice, patena e cibório) e a Cruz (Jesus Cristo) – “os três primeiros lugares maristas” – formam um triângulo invisível (a Santíssima Trindade) que unifica o conjunto temático: a vida dos Irmãos (vocação) junto da criança sendo educada (missão).

De maneira descontraída, interagindo com um monitor touch screen,

o visitante é convidado a clicar nos objetos da tela (que espelha o mosaico) para descobrir histórias, fotos e vídeos dos Irmãos maristas. Encontrará histórias de vida inspiradoras na forma de biografia para os falecidos, outras ao estilo de crônica dos vivos. * Interatividade: Monitor touch responsivo com textos, áudio e vídeo.

Antes de concluir, cabe ressaltar que somos imensamente gratos a todas as pessoas que, ao longo de mais de uma década, participaram dos Grupos de Trabalho e contribuíram com ideias e ações para que a realização do Memorial fosse possível. Em especial, ao Conselho Provincial, pela audácia e visão de futuro: Ir. Benê Oliveira, Ir. Delcio Balestrin, Ir. Joaquim Sperandio, Ir.

Jorge Gaio, Ir. Rogério Mateucci, Ir. Tercílio Sevenhani e Ir. Vanderlei Siqueira. Aos Irmãos Maristas, Colégios e Unidades Sociais, que contribuíram com a doação de acervo e de materiais para o desenvolvimento dos projetos artísticos, arquivísticos e museológicos. Aos Irmãos André Lanfrey, Afonso Levis, Carlos Wielganczuk, Dario Bortolini, Ivo Strobino e Juan Moral Barrio, que contribuíram na revisão dos conteúdos. Aos parceiros da Infraestrutura, Comunicação Institucional e Setor de Vida Consagrada e Laicato de nossa província.

Enfim, sintam-se convidados a conhecer o Memorial Marista! Sempre acolhemos a todos com muito carinho e atenção, no desejo de servir.

finito di stampare nel mese di maggio 2018
presso la CSC Grafica (Roma)
www.cscgrafica.it
